



ELIENE BRITO TEIXEIRA

As mulheres do Acampamento Terra Cabana na luta paraense pela reforma agrária popular na Amazônia

São Paulo – SP
2024

ELIENE BRITO TEIXEIRA

As mulheres do Acampamento Terra Cabana na luta paraense pela reforma agrária
popular na Amazônia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (área de geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, educação e cultura.

Orientadora: Professora Ândrea Francine Batista

São Paulo – SP

2024

Teixeira, Eliene Brito.

T266 As mulheres do Acampamento Terra Cabana na luta paraense pela reforma agrária popular na Amazônia / Eliene Brito Teixeira. – São Paulo, 2024.

129 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Ândrea Francine Batista.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Reforma agrária – Brasil. 4. Reforma agrária – Pará. 5. Amazônia. 6. Mulheres do campo – Brasil. I. Título.

CDD 301.35098113

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Ênfase na luta das mulheres e em especial das mulheres negras, historicamente marginalizadas, assumem o protagonismo, impactando e articulando entre a luta pela terra e o feminismo negro e camponês, evidenciando como as mulheres negras estão no centro dessa resistência no contexto da Reforma Agrária Popular na Amazônia paraense entrelaçados nos seus afazeres domésticos e cotidianos.

POTENTIAL IMPACT OF THIS REARCH

Emphasis on the struggle of women and specially black women, who have been historically marginalized, take the lead, impacting and articulating between the struggle for land and black and peasant feminism, highlighting how black women are at the center of this resistance in the context of Popular Agrarian Reform in the Amazon region of Pará, intertwined in their domestic and daily chores.

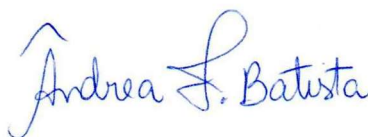
IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACION

Ênfase em que a luta das mulheres e especialmente as negras, historicamente marginalizadas, tomam protagonismo, impactando e articulando a luta por terra e o feminismo negro e camponês, destacando como as mulheres estão no centro desta resistência no contexto da Reforma Agrária Popular na Amazônia paraense entrelaçada em seus quehaceres domésticos e cotidianos.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ELIENE BRITO TEIXEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 19 dias do mês de agosto do ano de 2024, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ELIENE BRITO TEIXEIRA, intitulada **“AS MULHERES DO ACAMPAMENTO TERRA CABANA NA LUTA PARAENSE PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA AMAZÔNIA”**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. ÂNDREA FRANCINE BATISTA (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) . / Universidade Federal do Paraná -UFPR - Setor Litoral, Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE (Participação Virtual) do(a) Departamento de Letras Modernas / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Profa. Dra. NELISSA PERALTA BEZERRA (Participação Virtual) do(a) Ciências Sociais / Universidade Federal do Pará - UFPA. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. ÂNDREA FRANCINE BATISTA

A handwritten signature in blue ink, reading "Andrea F. Batista", is positioned above the printed name and title.

Andrea Francine Batista
Docente
Matr. 204902
Setor Litoral - UFPR

Dedico esta pesquisa à minha avó materna, Benedita, conhecida como Dona Bené, mulher negra e camponesa do nordeste da Amazônia paraense. Esta pesquisa é também oferecida a todas as mulheres da classe trabalhadora do campo e da cidade, especialmente às mulheres negras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que enriqueceram o meu feminismo através da vida cotidiana, da produção da vida e do conhecimento dos saberes, a partir de nossas práticas coletivas em luta pela Reforma Agrária Popular, realizada no território Terra Cabana

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, em especial: Às acampadas e companheiras do Terra Cabana: Iracy, Josy, Denise, Paula, Simone, Carol, Beronilde, Miriam, Marlucia, Yolanda e Manu, por entenderem que a luta é construída na coletividade, no nosso ser coletivo. Sabemos que dói perceber nossos equívocos e contradições, mas reconhecer o alcance do projeto de Reforma Agrária Popular nos transforma e nos conecta.

Aos meus pais, Abenaias e Dona Marlene, pelos inúmeros cafés durante a escrita difícil e calejada. Cada xícara de café florescia a esperança em meus dias de utopia, fortalecendo a coragem de perceber que vale a pena lutar, e que desejamos o pós-luta. A mística do balançar de minha rede, após uma boa tigela de açai, (rsrsrs) renova minhas forças.

Sou grata pela amizade de Agatha Letícia, meu raio de sol, que me acolhe nos momentos difíceis e alegres da vida.

Agradeço também pela experiência como coordenadora e militante do Terra Cabana, junto à companheirada de mulheres e homens, que foram a bússola da minha formação e compuseram nossa pesquisa.

À minha orientadora, Ândrea Batista, que com sua voz mansa e delicada, me mostrou as possibilidades da escrita, acreditando em mim quando eu mesma não acreditava. Ela teve e tem um papel fundamental no processo deste trabalho. Na memória, guardo com muito amor as orientações das professoras Ana Terra, Silvia Adué, Silvia Fernandes, Nelissa Peralta e do professor Heribert.

Agradeço demais à equipe da Escola Nacional Florestan Fernandes, Coordenação Pedagógica (Rosana, Carla, Selma), à secretária da ENFF Andréa, ao serviço da lavanderia, especialmente à Sandra, e à equipe de saúde, na pessoa da Ana, por uma experiência magnífica. Agradeço também à equipe da secretaria da UNESP do Programa TerritoriAL, na figura de Jefferson Paula, pelos inúmeros e-mails enviados e pelas respostas rápidas e decisivas para a continuidade do curso. Agradeço à coordenação do curso, especialmente à Professora Silvia Fernandes, por me orientar em várias inquietações e me ajudar a lidar com os trâmites burocráticos, com paciência rara no mundo acadêmico, o que foi primordial.

Agradeço ainda aos meus colegas e amigos do curso de mestrado, nos entendimentos e desentendimentos, amo vocês: Mara, Joaquim, Ana, Ronaldo, Jujubinha, Ursinho, Solzinho, Suely e Malegueta (alguns apelidos surgiram pelas peculiaridades do convívio). Ao meu núcleo de base, Luiza Mahin, “gente, o que foi essa conexão!” NB responsável pela mística que deu origem à turma de 2022, “Zacimba Gaba,” simplesmente inesquecível, com o grito de ordem “Aos nossos inimigos, o veneno da serpente.” “Seu Tupinambá quando vem da aldeia, ele traz na cinta uma cobra coral”, música que embalaram as místicas da turma Zacimba Gaba. Gratidão!

Às minhas duas crias pretas, Josielly e Josienny, a quem foi destinado o meu útero como casa, e o meu leite materno como seiva da vida, cantando para elas “cresça e desapareça” ou a música “Cria e Criatura”. Desejo a vida após a luta.

Ao meu companheiro Moisés, que me apresentou ao MST e me convidou para o desafio de lutar por direitos de forma coletiva e organizada em plena Pandemia do COVID-19.

Obrigada a todas e a todos!

Morrer na luta é melhor que morrer de fome!”

(Margarida Alves)

Carta à mulher ao norte que teima ser mesmo sem espaço. Que insiste ocupar lugar que dizem ser um vazio demográfico:

*A mãe não foi a poiada
A avó também não
As tias tampouco
Acostumadas com a falta de apoio
Criou resitências às desistências
Embora acabrunhada
Criou uma linha no chão só de ida
E prometeu
Não para a cada falta*

*Pois o que carrega
Não tem nome nem forma
É difícil de conter
Porque nasce com ela.*

*Pois o que carrega
Não tem nome nem forma
É difícil de conter
Porque nasce com ela
A cada dia que com coragem
Ela se levanta e anda*

*Se levanta e anda
Só de ida
Anda e se levanta.
Eu se, tem sido muito difícil.
Com ou sem a falta
Se anda e se levanta.
(Marcela Inajá)*

RESUMO

A luta feminista no Brasil ganhou força significativa durante a década de 1970, um período de repressão política da ditadura civil-militar (1964-1985). As mulheres enfrentaram restrições políticas e sociais, além de desafios específicos relacionados a gênero, raça e classe, contribuindo para um feminismo que entende a importância da luta interseccional. Este contexto histórico e social é crucial para compreender o papel das mulheres negras na luta pela reforma agrária, especialmente no Acampamento Terra Cabana. A dissertação analisa o protagonismo das mulheres negras acampadas no Acampamento Terra Cabana e sua contribuição para a luta pela Reforma Agrária Popular na Amazônia Paraense. O objetivo principal é investigar as dimensões pedagógicas da mística no processo de reprodução do espaço de luta das mulheres negras Sem Terra, especialmente na luta política e afirmação da terra. Os objetivos específicos incluem: a) Investigar a luta pela Reforma Agrária Popular na Amazônia, com ênfase no histórico do MST e nos processos organizativos e educativos do Acampamento Terra Cabana; b) Identificar as trajetórias e práticas sociais das mulheres negras no Acampamento Terra Cabana, explorando suas formas de resistência e a relação com a mística camponesa; c) Discutir o papel das mulheres negras na luta pela terra, destacando a mística como dimensão pedagógica e sua contribuição ao feminismo camponês e popular. A metodologia utilizada envolve pesquisa documental, entrevistas e observação participante. Os resultados destacam a centralidade das mulheres na organização e resistência do acampamento, evidenciando a mística como uma ferramenta crucial para a conscientização e mobilização. A luta das mulheres do MST no Acampamento Terra Cabana é um exemplo de feminismo radical e inclusivo, enfrentando desafios únicos, como a violência de grileiros e a marginalização das comunidades indígenas. A resistência das mulheres é essencial para a construção de um movimento inclusivo e emancipatório, integrando a luta por justiça social, econômica e ambiental.

Palavras-chave: mulheres negras; MST; reforma agrária; mística.

ABSTRACT

The feminist struggle in Brazil gained significant strength during the 1970, a period of political repression under the civil-military dictatorship (1964-1985). Women faced political and social restrictions, as well as specific challenges related to gender, race, and class, contributing to a feminism that understands the importance of intersectional struggle. This historical and social context is crucial for understanding the role of Black women in the fight for agrarian reform, especially in the Terra Cabana Camp. The dissertation analyzes the protagonism of Black women in the Terra Cabana Camp and their contribution to the struggle for Popular Agrarian Reform in the Amazon region of Pará. The main objective is to investigate the pedagogical dimensions of the mystique in the process of reproducing the space of struggle of Black women without land, especially in the political struggle and affirmation of land. The specific objectives include: a) Investigating the struggle for Popular Agrarian Reform in the Amazon, with an emphasis on the history of the MST and the organizational and educational processes of the Terra Cabana Camp; b) Identifying the trajectories and social practices of Black women in the Terra Cabana Camp, exploring their forms of resistance and their relationship with the peasant mystique; c) Discussing the role of Black women in the struggle for land, highlighting the mystique as a pedagogical dimension and its contribution to peasant and popular feminism. The methodology used involves documentary research, interviews, and participant observation. The results highlight the centrality of women in the organization and resistance of the camp, evidencing the mystique as a crucial tool for awareness and mobilization. The struggle of women in the MST at the Terra Cabana Camp is an example of radical and inclusive feminism, facing unique challenges such as violence from land grabbers and the marginalization of indigenous communities. The resistance of women is essential for building an inclusive and emancipatory movement, integrating the struggle for social, economic, and environmental justice.

Keywords: black women; MST; agrarian reform; mystica.

RESUMEN

La lucha feminista en Brasil ganó una fuerza significativa durante la década de 1970, un período de represión política bajo la dictadura civil-militar (1964-1985). Las mujeres enfrentaron restricciones políticas y sociales, así como desafíos específicos relacionados con el género, la raza y la clase, contribuyendo a un feminismo que comprende la importancia de la lucha interseccional. Este contexto histórico y social es crucial para entender el papel de las mujeres negras en la lucha por la reforma agraria, especialmente en el Acampamento Terra Cabana. La disertación analiza el protagonismo de las mujeres negras en el Acampamento Terra Cabana y su contribución a la lucha por la Reforma Agraria Popular en la Amazonía Paraense. El objetivo principal es investigar las dimensiones pedagógicas de la mística en el proceso de reproducción del espacio de lucha de las mujeres negras sin tierra, especialmente en la lucha política y la afirmación de la tierra. Los objetivos específicos incluyen: a) Investigar la lucha por la Reforma Agraria Popular en la Amazonía, con énfasis en la historia del MST y los procesos organizativos y educativos del Acampamento Terra Cabana; b) Identificar las trayectorias y prácticas sociales de las mujeres negras en el Acampamento Terra Cabana, explorando sus formas de resistencia y su relación con la mística campesina; c) Discutir el papel de las mujeres negras en la lucha por la tierra, destacando la mística como una dimensión pedagógica y su contribución al feminismo campesino y popular. La metodología utilizada implica investigación documental, entrevistas y observación participante. Los resultados destacan la centralidad de las mujeres en la organización y resistencia del campamento, evidenciando la mística como una herramienta crucial para la concienciación y la movilización. La lucha de las mujeres del MST en el Acampamento Terra Cabana es un ejemplo de feminismo radical e inclusivo, enfrentando desafíos únicos como la violencia de los grileiros y la marginación de las comunidades indígenas. La resistencia de las mujeres es esencial para la construcción de un movimiento inclusivo y emancipatorio, integrando la lucha por la justicia social, económica y ambiental.

Palabras clave: mujeres negras; MST; reforma agraria; mística.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1 -	Localização do Município de Benevides/ PA	33
Figura	2 -	Número de Conflitos no Campo – Brasil (2011-2021)	34
Figura	3 -	Mobilização da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra (2024)	55
Figura	4 -	Mística manifesta na marcha	56
Figura	5 -	Mesa de negociação com o Incra	57
Figura	6 -	Marcha do 8 de março de 2023	58
Figura	7 -	Plantio de mudas de árvores em memória aos trabalhadores	70
Figura	8 -	Encerramento da atividade de confraternização no Acampamento	70
Figura	9 -	Reunião de preparação do I Encontro de Mulheres Sem Terra no Acampamento Terra Cabana	71
Figura	10 -	Registro de Dona Ân: Marcha das mulheres (08.03.2023)	76
Figura	11 -	Atividade com Sem Terrinhas. Acampamento Terra Cabana.....	85
Figura	12 -	Mulheres fazendo a colheita do mangostão.....	87
Figura	13 -	Mulher fazendo colheita de Jambu	88
Figura	14 -	Momento de reunião de núcleo de família	89
Figura	15 -	Produção agroecológica de cheiro verde, pepino, manjeriço e outras hortaliças	91
Figura	16 -	Visita ao Lote Agroecológico (LAPO) de Dona Téó (Mosqueiro, Belém, PA)	92
Figura	17 -	Trabalho na Avenida Marielle Franco.....	94
Figura	18 -	Construção da horta coletiva no período pandêmico.....	95
Figura	19 -	Limpeza da Rua Paulo Vicente, Acampamento Terra Cabana, MST-PA	96
Figura	20 -	Manifestação na PA 391 contra despejo do Acampamento Terra Cabana em plena Pandemia de Covid-19	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPI	Comissão Pastoral da Terra
CTO	Centro do Teatro do Oprimido
CUT	Central Única dos Trabalhadores
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
LAPO	Lote Agroecológico de Produção Orgânica
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PA	Pará
POTMAS	Povos Tradicionais de Matriz Africana
SOF	Sempre Organização Feminina
TerritoriAl	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.2	Relatos iniciais.....	14
2	ACAMPAMENTO TERRA CABANA (BENEVIDES-PA) E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA REGIÃO AMAZÔNICA.....	24
2.1	Breve Histórico do MST.....	24
2.2	O MST no Estado do Pará.....	26
2.3	A resistência do Acampamento Terra Cabana na luta pela Reforma Agrária Popular.....	29
2.4	Espaço e Reforma Agraria Popular.....	40
3	A MULHER NEGRA E A MÍSTICA ACAMPADA NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR.....	50
3.1	As mulheres do Acampamento Terra Cabana na luta paraense pela Reforma Agrária Popular na Amazônia.....	51
3.2	O papel da mística na organização das mulheres do Acampamento Terra Cabana.....	64
3.3	Apontamentos sobre algumas estratégias de produção e reprodução social da vida das mulheres negras acampadas.....	75
4	O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NA LUTA PELA TERRA E A MÍSTICA COMO DIMENSÃO PEDAGÓGICA.....	99
4.1	Algumas reflexões prévias.....	99
4.2	A mulher negra e o Feminismo Camponês e Popular.....	101
4.3	Mulheres negras semeando a resistência no chão da terra.....	116
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	124

1 INTRODUÇÃO

1.1 Relatos iniciais

Eu fui presa e apanhei da polícia com a minha filha de colo no colo, o Conselho Tutelar, levou minha menina, aí eu disse - que quando eu sair eu vou resgatar a minha filha...Sou mãe de sete filhos. Uma batalha cada dia, todos dias da nossa vida a vida não é fácil. Tantas coisas eu quero – Já estou nessa luta há quase 18 anos...E se fomos despejados? Corremos o risco, né? Eu não sei como é que vai ficar aqui para frente, mas é assim, é uma luta, né? (Entrevista com Ira realizada em 2002, PA).

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subirem numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Sojournt Thuth, 1851)¹.

Início este texto sob os vocábulos destas epígrafes. A predileção por tais expressões se deu com uma outra pergunta - E nós não somos mulheres? A mulher negra ou a mulher afro-indígena da Amazônia tem muitas formas de estar no mundo, e nos questionamos é se todas essas formas são reconhecidas e valorizadas?

A entrevistada Ira (2022) descreve sua origem: “Nasci em Vigia, meu pai era marajoara, a minha mãe indígena, não os conheci, minha mãe morreu quando nasci, e o meu pai sumiu...” Ira é uma mulher é percebida socialmente como afro-indígena e atua como coordenadora do acampamento Terra Cabana, organizado pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra - MST, desde 2019. Possui vasta experiência em acampamentos da Regional Cabana-PA. É mãe solo de sete filhos e tem quatro netos. Não concluiu o seu ensino fundamental. Tem uma atividade intensa com grande apreço por suas criações de galinhas e sua horta, e fala com muito

¹ Em 1851, Sojourner Truth, uma ex-escravizada que se tornou oradora. Fez um discurso intitulado *Ain't I a Woman?* durante a *Women's Convention* em Ohio. Já nesse momento, Truth stacou a diferença gritante existente entre a situação da mulher branca e da mulher negra.

orgulho sobre sua atividade.

Sojournt Thuth (1797-1883), abolicionista, ativista dos direitos das mulheres, nasceu em Swartkill, Nova York na legislação escravagista, foi leiloada com nove anos de idade. Teve cinco filhos, a maioria foi vendida. Ela foi violada de todas as formas não imagináveis e fugiu. Em 1851 se pronunciou na conversão dos direitos das mulheres e teve sua frase mais emblemática dos últimos tempo, *E eu não sou uma mulher?*

Apesar das diferenças temporais e geográficas entre nossas experiências, sinto uma conexão profunda com Iracy e Sojourner. Assim como elas, enfrentei desafios significativos em minha vida. Como uma mulher negra, luto diariamente por justiça e dignidade em nossa comunidade. Vejo em Iracy uma fonte de inspiração, enfrentando as adversidades da vida nos acampamentos do MST com coragem e determinação. Da mesma forma, Sojourner Truth emergiu como uma voz poderosa na luta pela liberdade e igualdade durante a escravidão nos Estados Unidos. Apesar das diferenças em nossos contextos, compartilhamos o mesmo desejo por um mundo mais justo e igualitário. Nossas histórias são testemunhos da resiliência humana e da persistência em busca de um futuro melhor para todos.

Mãe solo de duas meninas iniciei minha jornada como militante do MST em 2019. Com formação em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, e nascida na capital de Belém, no coração da Amazônia, aceitei o convite do dirigente da frente de massa do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra (MST), Moisés Ferreira da Costa.

O convite era para me acampar no município de Benevides, no acampamento Terra Cabana. O início foi marcado por intensidade e tensão. Enquanto descrevia minhas memórias para registrar aqui, já antevia os desafios que enfrentaríamos com a chegada da COVID-19 no ano seguinte.

A ocupação já estava em andamento, enfrentando despejos e ataques golpistas, inclusive com mandatos de despejo. Motivada pela ausência que sentia, decidi me fazer presente e aceitar o desafio.

Espaço de condições desfavoráveis diante de um cenário de intensas discriminações, e de disputas incessantes do capital pelos recursos naturais finitos na Amazônia brasileira, gerando com isso diversos conflitos sociais imensuráveis, que a partir dessas espoliações destroçam modos de vida. Assim, baseadas pelas

estatísticas dos últimos anos do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) traduzem em pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor, alegrias e resistências (essas últimas não registradas). Mas quem vê?

Ao delinear minha pesquisa, busquei mergulhar na travessia da *escrevivência*², conectando-me com diferentes fontes que compõem este universo de cores e de dores. Encontrei inspiração em diversas obras literárias, como 'Olhos d'Água' de Conceição Evaristo, especialmente seu primeiro conto que ressoa profundamente em mim. Carolina Maria de Jesus em 'Quarto de Despejo' e Ana Maria Gonçalves em 'Um Defeito de Cor' também foram guias importantes nessa jornada de autoconhecimento e compreensão do mundo ao meu redor. Além disso, reconheço o poder transformador da arte em suas várias formas, desde a música até o artesanato, na motivação do povo e na luta contra a hegemonia. A mística, que se entrelaça em cada aspecto desta pesquisa, é uma força presente em cada página, me guiando e inspirando à medida que avanço nessa jornada de descobertas e reflexões.

Tão logo, a investigação deste trabalho e seu desenvolvimento se deram em torno das discussões que se apoiam na tangente aproximação da realidade de famílias subalternizadas em luta e resistência, reproduzindo suas vidas cotidianas e suas inter-relações com o espaço de uma luta coletiva pelo direito à vida. Isso ocorre na perspectiva das dimensões simbólicas da mística, entrelaçadas com a organicidade do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra. Este movimento se fundamenta na solidariedade, agroecologia, proteção do meio ambiente, paridade de gênero, identidade sem-terra e nossas contradições, como aspectos fundantes e indispensáveis a tais dimensões e suas tessituras, que se manifestam em via de regra.

Portanto, o contato da nossa pesquisa é minha própria experiência de vida coletiva-militante intensa nesses últimos anos, forjada na coletividade vivenciada e experimentada na luta por uma Reforma Agrária Popular na Amazônia. Essa experiência é atravessada pelas diversidades e pelos marcadores sociais dos sujeitos

² O termo “escrevivências” é uma concepção proposta pela escritora e ativista brasileira Conceição Evaristo, que combina as palavras “escrita” e “vivência”. Refere-se à prática de transformar experiências pessoais, histórias de vida e memórias em narrativas literárias, dando voz e visibilidade a vivências muitas vezes marginalizadas pela sociedade. Essa abordagem literária busca resgatar e valorizar as experiências individuais e coletivas de grupos historicamente excluídos, como mulheres, negros, indígenas e periféricos, e contribuir para a construção de uma narrativa mais inclusiva e representativa da diversidade humana (Evaristo, 2020).

e sujeitas que somos em um espaço de reprodução da vida, majoritariamente negra declaradamente.

Minha escrita aqui não é neutra, pois está imbuída de processos socioculturais e históricos que moldam suas formas e contornos, refletindo a realidade concreta do passado e, possivelmente, do futuro, através das experiências dos corpos que me precederam. Apesar de reconhecer que a literatura não se compromete com a verdade, percebo que nas poucas construções científicas que encontrei, somos frequentemente relegados ao papel de "objeto de curiosidade" pelo sujeito universal, muitas vezes representado pelo "homem branco". Encontrei na literatura produzida por mulheres e homens negros uma narrativa mais próxima de nossa própria experiência, que busca representação e transcendência, apesar de não ser reconhecida no rigor acadêmico da história-ciência.

Ao refletir sobre as contribuições de Grada Kilomba (2019) e Patrícia Collins (2019) para o campo do conhecimento científico, percebo que este não pode ser dissociado das relações de poder que permeiam nossa sociedade, como as questões raciais, de gênero, sexuais e territoriais. Kilomba (2019) nos alerta para o fato de que as epistemologias consideradas universais muitas vezes refletem os interesses de uma camada específica da sociedade, geralmente branca, colonial, burguesa e patriarcal.

Collins (2019), por sua vez, compartilha suas experiências como cientista social afro-americana, destacando os desafios que enfrentou ao tentar legitimar seu trabalho acadêmico sem considerar sua própria vivência e contexto social. Ela ressalta a importância de reconhecer o lugar das mulheres negras como "forasteiras de dentro" ou "estrangeiras de dentro", construindo saberes a partir dessa posição de marginalidade.

Diante dessas reflexões, posiciono-me na perspectiva da leitura do espaço, na interdisciplinaridade, tendo como base, as vivências das mulheres negras na produção de conhecimento, buscando contribuir para as epistemologias da psicologia social feminista negra e no campo. Reconheço a necessidade de incorporar experiências pessoais e coletivas na produção de conhecimento, valorizando a perspectiva das mulheres negras e suas análises únicas sobre as expressões das questões sociais.

Parafraseando com a literária em pretuguês³ na sua obra Quarto de Despejos, Carolina Maria de Jesus “(...) Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo” e ainda “Sei dominar meus impulsos”. A escrita necessita de paciência e determinação, hoje inspiro-me em Carolina, pois apesar de uma intensa atividade na porta de sua casa de crianças batendo e fazendo algazarra ela diz “sei que crianças não nasce com senso”. Carolina não deixa quase nada atrapalhar sua escrita, e faz uma comparação de criação dos filhos da vizinha com os delas pois isso é muito comum entre as mães.

Dito isto, a autora me inspira ao dar oportunidade para escrita, coisa que vem para mim depois dos afazeres domésticos. Assim, essas orações expressadas pela escritora citada, ao dissertar estas escritas que está intimamente ligado ao cotidiano das mulheres negras e essas narrativas ficcional, anuncia e cumpri em certa medida o preenchimento do vazio sociocultural-histórico do povo negro da escrita, e invisibilizados.

Quero destacar que minha entrada na Universidade Federal do Pará em 2010, aos 33 anos, marcou o início de uma jornada desafiadora no curso de Ciências Sociais. Optei pela ênfase em sociologia, conquistando essa oportunidade por meio das cotas sociais, raciais e por ter cursado a educação básica em instituições públicas. Durante minha trajetória na universidade, enfrentei diversas dificuldades de acesso e permanência, principalmente nos espaços não pensados para a população estudantil da classe trabalhadora. Excluída dos espaços de poder e sem acesso adequado à biblioteca, minha experiência acadêmica foi marcada pela ausência de representatividade e por uma abordagem eurocêntrica na grade curricular.

A busca por minha identidade acadêmica teve um ponto de virada quase no final do curso, quando encontrei minha vocação na luta camponesa por meio da disciplina de Sociologia Rural. Sob orientação do professor Dr. Heribert Schmitz, desde então, tenho me dedicado ao estudo dessa categoria, encontrando meu propósito na pesquisa e na defesa dos direitos das comunidades rurais.

As famílias assentadas na Fazenda Santa Maria Ie II, no município do Acará, permeiam-me de tal modo que ao conjugá-la me sinto misticamente parte desse

³ O termo “pretuguês”, como denominado por Lélia Gonzalez, refere-se à marca de africanização presente no português falado no Brasil. Essa influência linguística é evidenciada pelo caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, bem como pela ausência de certas consoantes, como o 'l' ou o 'r', por exemplo. Esses elementos linguísticos apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (Gonzalez, 1988).

processo da luta pelo direito de viver e possuir uma terra. Desde modo, o trabalho de conclusão de curso na graduação, teve como objetivo analisar os processos da posse definitiva da terra na fazenda Santa Maria, área que hoje configura o assentamento Santa Maria I e II no município do Acará, nordeste paraense. Assim, como em muitos assentamentos do Brasil, a luta pela terra esteve na base da conquista. Ademais, os camponeses buscaram também o reconhecimento da posse da terra, na qual já desenvolviam atividades agrícolas há décadas de forma posseira.

Trazendo brevemente os resultados, podemos dizer que o ápice desse embate ocorreu no dia 13 de julho de 1988, quando um grupo de policiais militares e um funcionário da fazenda entraram nela queimando casas e plantações. Famílias inteiras fugiram e aos poucos, apenas um pequeno número de famílias, sem alternativas de sobrevivência resolveram, retornar para a fazenda obrigando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a realizar o processo de desapropriação e a criação do assentamento.

A pesquisa foi iniciada pelo levantamento de literatura secundária, especialmente os jornais da época, e o estudo dos principais conceitos e noções relacionadas com a temática do conflito agrário, até esse momento eu não conhecia nada sobre os movimentos sociais históricos da luta camponesa.

A vivência de campo foi realizada por meio de vários estágios no assentamento e na região. Foram identificados, encontrados e entrevistados os camponeses que participaram do conflito e que, na sua maioria, não residem mais no assentamento. Além disso, foram realizadas entrevistas com os que residem e trabalham no assentamento Santa Maria I e II.

Verifiquei, que a luta pela terra e conquista da posse “definitiva” da terra, não é uma opção, e sim, resistências às desistências. Com isso, foi possível frente à expropriação e à violência, fortalecer a permanência social no meio rural. Ressaltando que os resultados e as discussões da pesquisa foram compartilhados junto com as famílias do assentamento Santa Maria, momento muito satisfatório, para mim e ao mesmo tempo com várias expectativas, uma vez que, os participantes da pesquisa estavam lado a lado com a pesquisadora.

Contudo, apenas seis anos após concluir o curso de Ciências Sociais e já residindo em uma ocupação no município de Benevides, no Estado do Pará, chamada Terra Cabana e organizada pelo Movimento Sem Terra, ressurgiu meu interesse em retornar ao ambiente universitário. Foi somente em 2021 que decidi me matricular no

curso de especialização em Práticas Pedagógicas na Educação do Campo, oferecido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá.

Meu objetivo ao ingressar nessa especialização foi investigar os vínculos da dimensão pedagógica da Educação do Campo para além da escola regular. Finalmente, em 14 de dezembro de 2022, defendi minha monografia sob a orientação da Professora Dra. Silvaneide Cortê Brilhante. Essa experiência acadêmica germinou meu atual projeto de pesquisa de dissertação, representando mais um passo em minha jornada de estudos e reflexões sobre as questões educacionais no contexto rural.

Portando, o germinar da pesquisa, me guiou e desguiou a partir das minhas tarefas como militante e os estudos, participação da organicidade realizado, nas experiências do movimentar-se das mulheres nos núcleos de família no acampamento Terra Cabana (MST), localizado no município de Benevides-PA., e me trouxe a seguinte inquietude: Como o protagonismo das mulheres negras acampadas no Acampamento Terra Cabana contribui para a luta e resistência camponesa, e de que forma as suas práticas se conectam com a luta pela Reforma Agrária Popular na Amazônia Paraense?

Esta prática me instigou a analisar o protagonismo das mulheres negras acampadas no Acampamento Terra Cabana e sua contribuição para a luta pela Reforma Agrária Popular na Amazônia Paraense, e que se delineia como objetivo geral dessa dissertação.

E os objetivos específicos: a) Investigar a luta pela Reforma Agrária Popular na Amazônia, com ênfase no histórico do MST e nos processos organizativos e educativos do Acampamento Terra Cabana; b) Identificar as trajetórias e práticas sociais das mulheres negras no Acampamento Terra Cabana, explorando suas formas de resistência e a relação com a mística camponesa; c) Discutir o papel das mulheres negras na luta pela terra, destacando a mística como dimensão pedagógica e sua contribuição ao feminismo camponês e popular.

Posto isso, está investigação se embasa e se constrói em uma perspectiva metodológica participante, que se baseia em princípios fundamentais de participação, engajamento e colaboração entre pesquisadores e membros da comunidade estudada (Brandão, 1981).

Brandão (1981) define pesquisa participante como aquela que se vincula

historicamente às experiências de educação popular na América Latina, envolvendo formação, organização e mobilização da classe trabalhadora pela transformação social.

A comunicação aberta e o diálogo são incentivados ao longo de todo o processo, com pesquisadores e participantes trabalhando juntos de forma colaborativa para identificar questões de pesquisa, desenvolver métodos e interpretar resultados (Brandão, 1981).

Reconhecendo a importância do contexto cultural e social, a pesquisa participante contextualiza a pesquisa dentro das experiências, valores e práticas culturais dos participantes (Brandão, 2006).

Esta forma de pesquisa, envolve investigação e ação social articuladas a partir da realidade concreta. Desde sua origem vinculada à luta popular, é conhecida a partir de uma multiplicidade de nomes no território latino-americano, como por exemplo: pesquisa ativa; pesquisa-ação; pesquisa participante; pesquisa militante, entre outras (Brandão, 2006)

Esta forma de pesquisa, além de seu vínculo com a realidade concreta e com a dimensão educativa da participação popular, exige uma contextualização das estruturas, organizações e dos sujeitos coletivos que integram o território - espaço da pesquisa, e pode ser entendida como um momento de um “processo de ação social popular”, que exige comprometimento de quem investiga para com o tema e os envolvidos na pesquisa (Brandão, 2006)

Essa pesquisa de caráter participante envolveu a articulação entre uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica perpassou pelo estudo e pela revisão das principais categorias e conceitos que envolvem o tema do trabalho, entre elas gênero, feminismo e Reforma Agrária Popular. Quanto à pesquisa de campo, utilizamos os seguintes instrumentos para captação de dados e informações relevantes para nossa pesquisa: caderno de campo, tendo em vista que a pesquisadora participa e participou de diferentes processos relacionados ao tema do trabalho, e, entrevistas semi-estruturadas com mulheres e homens integrantes do Movimento Sem Terra (MST), sejam integrantes do Acampamento Terra Cabana, sejam militantes e dirigentes que atuam em outras esferas da luta pela Reforma Agrária Popular.

Foram realizadas 11 entrevistas (08 mulheres e 03 homens) com uma faixa etária entre 27 e 52 anos. Das mulheres entrevistadas, 07 delas são negras e uma é

indígena. Os principais critérios de seleção das entrevistadas foram: vínculo orgânico a um acampamento ou a alguma função organizativa do MST; diversidade de funções e atuações dentro do MST. Ao mencionar as entrevistas durante essa dissertação, optamos por identificar as entrevistadas com a letra Inicial de seus nomes, mantendo uma certa discrição e seu anonimato. As entrevistas dialogam com os diferentes aspectos que envolvem a temática central desse trabalho, e enriqueceram enormemente as reflexões realizadas.

Na articulação com as entrevistadas, adotei uma abordagem centrada nos princípios da pesquisa participante, buscando estabelecer uma relação horizontal de colaboração e diálogo. Desde o planejamento da pesquisa até a análise dos dados, busquei envolver os participantes ativamente em todas as etapas do processo, garantindo que suas vozes fossem ouvidas e valorizadas.

Desse modo, a construção do espaço a partir dos seus modos de vida de produção e reprodução da vida em coletividade revelou a viabilidade das mulheres, e em particular das mulheres negras, como protagonistas de um projeto de transformação social que abarca e mobiliza esse território. Foi evidenciado que as mulheres negras desempenham um papel fundamental como germinadoras desse movimento, representando a maioria dentro desse contexto.

A pesquisa demonstrou que a práxis desse movimento está firmemente fundamentada na coletividade, na solidariedade e em uma relação respeitosa com a terra, especialmente na transição para práticas agroecológicas. Através da colaboração e do trabalho conjunto, as comunidades conseguem não apenas garantir sua subsistência, mas também promover uma relação sustentável com o meio ambiente e desenvolver estratégias de resistência frente às adversidades impostas pelo sistema dominante.

Desta forma, os resultados desse processo de pesquisa são sistematizados nesta dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos o cenário da luta pela terra e pela reforma agrária popular na regional amazônica, abrangendo um breve histórico do MST, os processos organizativos e educativos do Acampamento Terra Cabana na luta pela Reforma Agrária, e a discussão do conceito geográfico “Espaço”. Seu título: o Acampamento Terra Cabana (Benevides-PA) e a luta pela Reforma Agrária Popular na Região Amazônica.

O segundo capítulo, intitulado “A mulher negra e a mística acampada na luta Pela Reforma Agrária Popular na Amazônia paraense”, tem como objetivo apresentar

a trajetória das mulheres no processo de ocupação no acampamento Terra Cabana, suas histórias, as formas de produção e de reprodução social das mulheres negras acampadas, bem como reflexões sobre as relações entre a mística acampada e a mulher negra sem-terra.

No terceiro capítulo, intitulado “O protagonismo das mulheres negras na luta pela terra e a mística como dimensão pedagógica”, busca discutir a mulher negra no Feminismo Camponês e Popular, sua resistência e aspectos da mística acampada quanto ao processo de conscientização. Retomar o papel da mística para o MST e sua importância para a ocupação e para a luta pela Reforma Agrária Popular.

Em suma, os espaços de luta protagonizados por elas, trazem consigo valores e histórias de resistências ancestrais, (re) vivificados nos passos e caminhos de suas ações, na superação de um sistema histórico de opressão. A mística nesse contexto, como “ação cultural de conscientização” reconstrói memória colabora para produção de identidade Sem Terra, para tão logo se referenciar se ao território. Pois a Luta e a Mística conservam a memória viva daquelas e daqueles que tombaram na luta pela liberdade e dignidade de seu povo e são o nutriente de fortalecimento para as lutas presentes e vindouras.

A luta pela terra, então, é uma forma de apreensão do mundo e do nosso lugar nele, fortalecendo as mulheres negras, em seus corpos e suas mentes, como interfaces do mesmo território. As transformações nos territórios amazônicos em decorrência da luta pela terra, preconizam o protagonismo da mulher negra, em seus saberes e conhecimentos, e nos deixa um importante desafio, o de torná-las visíveis em sua práxis política.

2 O ACAMPAMENTO TERRA CABANA (BENEVIDES-PA) E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA REGIÃO AMAZÔNICA

[...] Nesse contexto, há muito o que apreender (e refletir) com essas mulheres negras que, do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria. [...] (GONZALEZ; LIMA e RIOS 2020, p. 269).

Pretende-se neste capítulo situar os principais conflitos agrários na região amazônica e a especificidade da luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular neste território. Diante deste contexto, trazer apontamentos sobre as relações entre: questão racial, questão de gênero e a questão agrária, bem como discutir o conceito de espaço a partir de Milton Santos (2000).

2.1 Breve histórico do MST

O Movimento das trabalhadoras e trabalhadores Sem Terra é fruto de uma história de expropriações e espoliações que remonta desde as invasões europeias na América Latina, especialmente no Brasil, e à subsequente escravização dos povos indígenas e negros deslocados forçosamente da África. Esses eventos desencadearam fissuras nas relações sociais e deram início às primeiras lutas e resistências, desde a chegada do colonizador, com os povos originários resistindo à sua própria extinção (Fernandes, 2000).

A expansão do modo de produção capitalista levou a uma remodelação das mercadorias e mão de obra barata em escala global, afetando profundamente o sentido do trabalho. Inicialmente, essas mudanças afetaram os povos indígenas, cujas lutas ancestrais pela terra e território foram potencializadas. Posteriormente, os povos africanos escravizados também se tornaram alvo dessas transformações, resultando em revoltas em todo o território brasileiro (Fernandes, 2000).

Segundo Traspadini (2018), enquanto os povos originários tinham a centralidade estava na relação sol-lua-terra-pessoa, os processos de colonização levaram à tirania do tempo da máquina - todas as formas de compreensão sobre a vida, as relações sociais e a história se destacam. Isso evidencia a complexidade das condições de resistência do campesinato, que reflete a formação social do Brasil e os diversos massacres, sequestros, estupros e formas de escravização enfrentadas ao

longo da história (Fernandes, 2000).

Durante o período escravagista, a espoliação dos trabalhadores atingiu níveis de extrema crueldade. Diante dessa realidade, a única alternativa para muitos foi fugir do processo de escravização e criar suas próprias formas de sociedade, buscando escapar da opressão (Stedile, 2003).

Após o declínio do paradigma agroexportador até a década de 1930, o camponato brasileiro passou por duas fases distintas. Primeiramente, houve a migração de camponeses pobres oriundos da Europa, seguida pelo surgimento do camponês sertanejo, excluído pela lei de terras de 1850 e forçado a buscar terras nas regiões interioranas do Brasil (Stedile, 2003).

A democratização da terra tornou-se um problema central nesses modelos de privatização, marginalizando e limitando a produção e reprodução da vida. Os camponeses sempre estiveram em conflito com os coronéis, grileiros e o Estado, que utilizaram ditaduras para manter seu poder (Fernandes, 2000).

Na segunda metade do século XX, os camponeses expropriados da terra manifestaram diversas formas de resistência, contribuindo para a construção das lutas pela terra e pela reforma agrária em todo o país. Esses caminhos incipientes deram forma às resistências e à construção do Movimento Sem Terra. Se desenvolveram lutas pela terra em quase todos os cantos do Brasil envolvendo dezenas de milhares de camponeses. Vale lembrar que tinham como referência e apoio do Partido Comunista Brasileiro, que entre os anos de 1922 e 1985 passou a maior parte do tempo na ilegalidade, sendo atingidos pela violência e repressão disseminadas (Fernandes, 2000).

As ligas camponesas, por exemplo, desempenharam um papel crucial na organização política camponesa, resistindo à expropriação da terra e precarização da mão de obra. No entanto, foram severamente perseguidas e dizimadas, principalmente após o golpe militar de 1964, com algumas de suas lideranças assassinadas e torturadas (Fernandes, 2000).

Já no campo institucional da Reforma Agrária tanto a igreja católica quanto o PCB queriam que ocorressem de forma gradativa, por meio de pequenas reformas, diferente das ações radicais do ponto de vista institucional de sua atuação que eram resistir na terra e ocupá-las. “Partes de algumas ligas tentou organizar grupos de guerrilheiros, quando então ocorreu a prisão de muitos camponeses, e o período do golpe militar em 1964 a liga camponesa e outros movimentos foram dizimados”

(Fernandes, 2000, p. 33).

O surgimento e a formação do MST remontam à primavera de 7 de setembro de 1979, quando 110 famílias ocuparam a gleba Macali, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Essas terras haviam sido palco de confrontos durante a década de 1960, quando o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) organizava acampamentos. De 1979 a 1984, ocorreu o processo de gestação do MST. Esse período marcou o início do movimento, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupação de terra. O MST foi oficialmente fundado em 1984, durante seu primeiro Encontro Nacional em Cascavel, Paraná, e realizou seu primeiro Congresso em 1985, iniciando o processo de “territorialização pelo Brasil” (Fernandes, 2000, p. 50).

Desde então, o MST tem sido um protagonista na luta pela terra e pela Reforma Agrária, resistindo à repressão e aos ataques dos governos golpistas. Com seu quadragésimo aniversário se aproximando, o movimento continua sua luta contra o grande capital e pela justiça social (Fernandes, 2000).

Hoje, se reconhecem os espaços ocupados pelos sujeitos que se identificam e relacionam com a luta pela terra, reivindicando suas ações em resposta aos longos períodos de perda de direitos sociais. As ocupações têm sido uma resposta às políticas públicas que negligenciam as necessidades desses grupos. O MST representa não apenas uma luta pela terra, mas uma luta pela dignidade, igualdade e justiça para os trabalhadores rurais e marginalizados do Brasil. Sua história e legado inspiram e mobilizam aqueles que lutam por um mundo mais justo e igualitário (Fernandes, 2000).

A repressão reiteradamente aos camponeses e a não concretização da tão sonhada Reforma Agrária, assim como os governos golpistas que tentaram limitar os movimentos camponeses e implementar um modelo de desenvolvimento agropecuário baseado na industrialização e na contínua expulsão de trabalhadores do campo, forjaram as condições para o nascimento deste movimento social popular – o MST.

2.2 MST no Estado do Pará

O processo de formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Pará teve início em 1989, quando grupos de

sem-terra oriundos de estados como Goiás, Maranhão, Ceará e Pernambuco começaram a espacializar a luta pela terra na região (Fernandes, 2000).

Essa iniciativa se deu em consonância com os eventos nacionais do MST, como o Primeiro Encontro Nacional em Cascavel e o 1º Congresso Nacional em Curitiba que haviam ocorrido nos anos anteriores, nos quais trabalhadores rurais paraenses participaram dos debates e em decorrência, buscaram criar e fortalecer o movimento no estado do Pará (Fernandes, 2000).

A primeira região em que o MST conseguiu inserir seus métodos de organização e ocupação foi em Conceição do Araguaia, área onde a influência da CPT era mais forte, podendo ser o fator que motivou a escolha desta localidade. Tratava-se, ainda, de um lugar de extrema conflitualidade e violência (Assis, 2007, p.121).

Neste contexto, o MST no Pará surge como uma resposta à violência e à injustiça enfrentadas pelos trabalhadores rurais na região, dedicando-se à luta pela terra e à construção de um modelo agrícola mais justo e igualitário. Os primeiros passos do MST no Pará contaram com o apoio de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se tornaram referências importantes para os sem-terra na articulação de apoio à construção do movimento no estado (Fernandes, 2000).

Morisawa (2001), indica que a primeira ocupação de terra no estado do Pará, organizada pelo MST, ocorreu em 1990, em Conceição do Araguaia, e teve a contribuição de militantes do Maranhão e do Piauí.

A citação abaixo apresenta outros detalhes sobre os primeiros passos do MST neste estado:

Em janeiro de 1992, posseiros e sem-terra comemoravam a implantação do assentamento Ingá. Depois de dois anos de luta e resistência dos posseiros e dos sem-terra, o MST conquistara seu primeiro assentamento. Ainda em 1990, no mês de julho 150 famílias organizadas no Movimento ocuparam a fazenda Canarana, também no município de Conceição do Araguaia, resistiram e a conquistaram em 1993. No final de 1990 e início 1991. Os sem-terra com o apoio da CPT intensificaram os trabalhos de base na microrregião de Marabá. Depois de sete meses de reuniões nas comunidades, mobilizaram em torno de três mil famílias, e decidiram organizar uma ocupação massiva. Nesse tempo. As lideranças foram seguidas pela polícia Federal e o telefone da secretaria do MST foi grampeado. Em meados de junho de 1991, as polícias Civil, Militar e Federal fecharam todas as saídas da cidade de Marabá para impedir a ação dos sem-terra. No dia 17, cercaram a quadra onde estava localizada a secretaria e prenderam 7 lideranças, acusando-as de serem guerrilheiros e de promoverem invasões de terras em série na região (Fernandes, 2000, p. 202).

Neste contexto, em 1993, parte das famílias sem-terra ocuparam a sede do INCRA em Conceição do Araguaia, como forma de luta e reivindicação da desapropriação da área, conquistada neste ano. Um ano antes (1992), o movimento se expande para a região de Carajás, e em 30 de novembro, mais de 500 famílias ocuparam a Fazenda Rio Branco, município de Parauapebas. Outras áreas foram ocupadas, muitas sofrendo despejos violentos, até que em setembro de 1995 formase um acampamento com mais de 2 mil famílias, à beira da rodovia PA-275, em Curionópolis, próxima da antiga Fazenda Macaxeira. As lutas pela desapropriação desta área seguiram por vários meses, até que em abril de 1996, ocorreu o episódio do Massacre de Eldorado dos Carajás (Morisawa, 2001).

O Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, deixou uma marca indelével na história da luta pela terra no Brasil. Naquele dia fatídico, cercados pela Polícia Militar, trabalhadores rurais sem-terra foram brutalmente reprimidos enquanto protestavam pacificamente na curva do S, em Eldorado do Carajás, sudeste do Pará. O objetivo do protesto era marchar até Belém para reivindicar a desapropriação da fazenda Macaxeira, ocupada por 3,5 mil famílias sem-terra (Barbosa, 2020).

O ataque da Polícia Militar resultou na morte de 21 camponeses, 19 deles no local do massacre, e deixou outros dois mortos no hospital. Entre os sobreviventes, a dor se transformou em luta. Polliane Soares (que atualmente integra a direção Estadual do Pará, Setor de Frente de Massas), então com 11 anos de idade, marchava junto com sua família rumo a Belém quando recebeu a terrível notícia do ataque. Ao chegar à curva do S, deparou-se com um cenário de destruição, marcado pelo sangue e pelas marcas deixadas pelos trabalhadores (Barbosa, 2020).

O Massacre de Eldorado do Carajás foi uma ação covarde da Polícia Militar, que cercou os trabalhadores e disparou indiscriminadamente contra eles. Dos 19 mortos no local, oito foram assassinados com seus próprios instrumentos de trabalho, como foices e facões, enquanto os outros 11 foram alvejados com 37 tiros, demonstrando uma clara intenção de execução por parte dos policiais (Barbosa, 2020).

Apesar da impunidade que marcou o caso, com apenas dois policiais condenados e vários outros absolvidos, o Massacre de Eldorado do Carajás não será esquecido. A data de 17 de abril se tornou o Dia Mundial da Luta pela Terra, e o local do massacre é reverenciado como sagrado pelo MST. O monumento das castanheiras

queimadas, erguido em memória das vítimas, é um testemunho permanente da luta e do sacrifício daqueles que tombaram na busca por justiça e igualdade (Barbosa, 2020).

Mesmo diante da dor e da violência, a memória do massacre continua viva na luta do MST e na busca por um país mais justo e igualitário. O espaço onde ocorreu o massacre é utilizado como acampamento pela juventude do movimento, como uma forma de manter viva a chama da resistência e da esperança por um futuro melhor. A luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais continua, alimentada pela memória daqueles que deram suas vidas por uma causa nobre (Barbosa, 2020).

Outros acampamentos nasceram e outras ocupações foram materializando o enfrentamento ao latifúndio improdutivo e às consequências do desenvolvimento do capital no campo, como por exemplo o Acampamento Terra Cabana, que desde 2015 faz a resistência na luta pela terra homenageando a histórica Cabanagem.

2.3 A resistência do Acampamento Terra Cabana na Luta pela Reforma Agrária Popular

O Acampamento Terra Cabana é mais do que um território de trabalhadores e trabalhadoras Sem-Terra; é um símbolo vivo da resistência e da luta pela terra, cujas raízes remontam à histórica Cabanagem. Localizado na região amazônica, no estado do Pará, o acampamento leva em seu nome uma homenagem direta à Cabanagem, um dos movimentos sociais mais significativos da história brasileira.

A Cabanagem foi um dos mais significativos movimentos sociais e políticos da história do Brasil, ocorrido entre os anos de 1835 e 1840, na região amazônica, especificamente na então província do Grão-Pará, que compreendia parte dos atuais estados do Pará, Amazonas e Maranhão. Este movimento revolucionário foi marcado por uma série de demandas sociais, políticas e econômicas, refletindo as tensões e desigualdades presentes na sociedade brasileira da época (Freyre, 2001).

Originada em um contexto de profunda insatisfação popular, a Cabanagem teve suas raízes em uma série de causas complexas. Entre elas, destacam-se as condições de vida precárias da população local, a exploração dos trabalhadores pelos grandes proprietários de terra, as altas taxas de impostos e a exclusão política das camadas mais pobres da sociedade.

Melo e Santos (2020) discutem como um dos principais líderes do movimento, identificado como Batista Campos, desempenhou um papel crucial na luta dos

cabanos. Ele se destacou ao publicar uma carta não autorizada que questionava e criticava as práticas políticas do Governo Imperial na região. Esta ação foi o estopim da revolução.

Em 1835, os cabanos conseguiram invadir e tomar o controle do quartel e do palácio do governo em Belém, resultando no assassinato de Bernardo Lobo de Sousa, presidente da província na época, e do comandante das armas. No entanto, a falta de organização e planejamento adequado levou à desordem entre os cabanos, resultando em vários conflitos internos (Melo; Santos, 2020).

Após a posse do palácio de Belém, Malcher foi nomeado presidente pelos cabanos, mas foi posteriormente morto por um membro do grupo, alegadamente por ter interesses alinhados com o governo central. Isso levou à ascensão de Francisco Vinagre como líder dos cabanos, que tentou negociar a paz com Manuel Jorge. No entanto, Jorge não cumpriu sua palavra, levando os cabanos a se rebelarem novamente, desta vez liderados por Antônio Vinagre e Eduardo Angelim. Durante os nove dias de batalha que se seguiram, Antônio Vinagre foi morto em combate, e os cabanos recuaram para o interior antes de retornarem à capital (Reis, 2009).

Eduardo Angelim assumiu a liderança do movimento e aterrorizou a elite local por dez meses. As vitórias conquistadas pelos cabanos sob o comando de Angelim provocaram a indignação do Império, que nomeou o brigadeiro Francisco José de Sousa Andrea como novo presidente da região do Grão-Pará, declarando guerra publicamente contra os cabanos. As tropas do Império bloquearam as entradas e saídas de Belém, forçando os cabanos a deixarem a cidade. Francisco José considerava a fuga de Angelim como uma ameaça, e iniciou buscas implacáveis por ele (Reis, 2009).

Em 1840, a cabanagem foi derrotada após muitos conflitos e mortes, com o brigadeiro José Francisco capturando Eduardo Angelim e ordenando o fuzilamento de todos os simpatizantes do movimento. Isso resultou na morte de 30% a 40% da população da região do Grão-Pará (Melo; Santos, 2020). Após o fim do movimento, a região enfrentou dificuldades relacionadas à produção de alimentos, mão de obra e doenças, como a varíola, além de outros transtornos decorrentes da cabanagem.

Durante os cinco anos de conflito, a Cabanagem foi marcada por episódios de violência extrema, com combates entre as forças rebeldes e as tropas imperiais, além de saques, massacres e perseguições políticas. A população rural e urbana envolveu-se ativamente na luta, buscando não apenas melhores condições de vida, mas

também uma transformação radical na estrutura social e política da região (Schwartz, 2004).

Por seu caráter popular e revolucionário, a Cabanagem foi brutalmente reprimida pelas forças do governo imperial, resultando em muitas mortes e na destruição de comunidades inteiras. Após anos de conflito, as tropas imperiais conseguiram retomar o controle da região, pondo fim ao movimento e reprimindo seus líderes.

Apesar de sua derrota militar, a Cabanagem deixou um legado duradouro na história do Brasil. O movimento destacou a capacidade de resistência e mobilização das classes populares, bem como a necessidade de reformas sociais e políticas para atender às demandas da população. Além disso, a revolta contribuiu para o fortalecimento do sentimento nacionalista e para o processo de construção da identidade brasileira.

Apesar de a Cabanagem ter ocorrido há quase dois séculos, suas repercussões continuam a ecoar na sociedade paraense e na consciência histórica do Brasil. A revolta dos cabanos foi um levante significativo contra as injustiças sociais, econômicas e políticas que afligiam a população da região do Grão-Pará na época. No entanto, ao analisarmos os eventos que se seguiram ao conflito, é evidente que as feridas deixadas pela Cabanagem ainda não foram totalmente cicatrizadas.

O legado da Cabanagem é um lembrete constante das profundas desigualdades e injustiças que permeiam a história do Brasil. O movimento, embora tenha sido reprimido com extrema violência, trouxe à tona questões fundamentais sobre acesso à terra, representação política e direitos humanos que continuam a ressoar na sociedade contemporânea.

No entanto, é preocupante observar que muitos dos problemas que levaram à Cabanagem ainda persistem. A concentração de terras, a falta de acesso à educação e saúde de qualidade, a violência policial e a marginalização política continuam a ser realidades enfrentadas pela população paraense e por muitos brasileiros. Além disso, a memória da Cabanagem muitas vezes é relegada ao esquecimento ou distorcida por narrativas que buscam minimizar ou justificar as atrocidades cometidas durante o conflito.

É fundamental reconhecer que a história da Cabanagem não é apenas uma página do passado, mas um espelho que reflete as lutas e desafios enfrentados pela sociedade brasileira até os dias atuais. A Cabanagem nos lembra da importância de

permanecermos vigilantes contra a opressão e a injustiça, e de continuarmos lutando por uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, é essencial que a memória da Cabanagem seja preservada e celebrada como parte integrante da história do Brasil. Devemos aprender com os erros do passado e nos comprometermos a construir um futuro em que os princípios de igualdade, justiça e dignidade humana sejam verdadeiramente respeitados. Só então poderemos verdadeiramente honrar o legado daqueles que lutaram e sacrificaram suas vidas na busca por um país mais justo e democrático.

Essas histórias não escritas de resistências, de rebeliões e revoluções camponesas, são estudadas por James C. Scott (2011). Segundo o autor, mesmo que os levantes populares, revoluções e motins, tenham sido insucessos, vale lembrar os extraordinários momentos históricos, realçando a visibilidade da resistência.

O fracasso, pode se conquistar alguma coisa: algumas concessões por parte do Estado ou dos latifundiários, uma breve suspensão de novas e penosas relações de produção e, não menos importante, uma lembrança de coragem que pode ficar guardada para o futuro (Scott, 2011, p. 218).

O acampamento do Movimento Sem Terra, conhecido como Terra Cabana, ergue-se como um símbolo poderoso de resistência e luta pela justiça social no município de Benevides, Pará (PA). Ao analisarmos o nome "Terra Cabana", somos remetidos a uma profunda reflexão sobre a nossa história e suas conexões com o presente.

A palavra "terra" evoca as raízes mais profundas da nossa identidade, remetendo-nos à terra como fonte de vida, sustento e pertencimento. No contexto do Movimento Sem Terra, "terra" representa não apenas um pedaço de solo, mas também o direito fundamental de todo cidadão ao acesso à terra para cultivar, viver e prosperar. É um símbolo da luta incessante dos trabalhadores rurais por uma distribuição mais justa e equitativa das riquezas naturais do nosso país.

O acampamento Terra Cabana transcende sua mera denominação geográfica para se tornar um símbolo de resistência, esperança e transformação. É um lembrete constante do poder do povo unido na busca por um futuro mais justo e igualitário. Que o nome Terra Cabana ecoe como um chamado à solidariedade, à justiça e à luta pela dignidade de todos os brasileiros, inspirando-nos a continuar avançando rumo a um mundo melhor para as gerações futuras.

O acampamento é um território situado no município de Benevides no Pará (PA).

Esse município possui uma área total de 187.826 km, correspondente a 10% da região de integração Metropolitana e um pouco mais de 1% da área estadual. Localiza-se a 25 km de distância de Belém, a capital do estado. Em seguida apresentamos a localização do município:

Figura 1 - Localização do município de Benevides - PA.



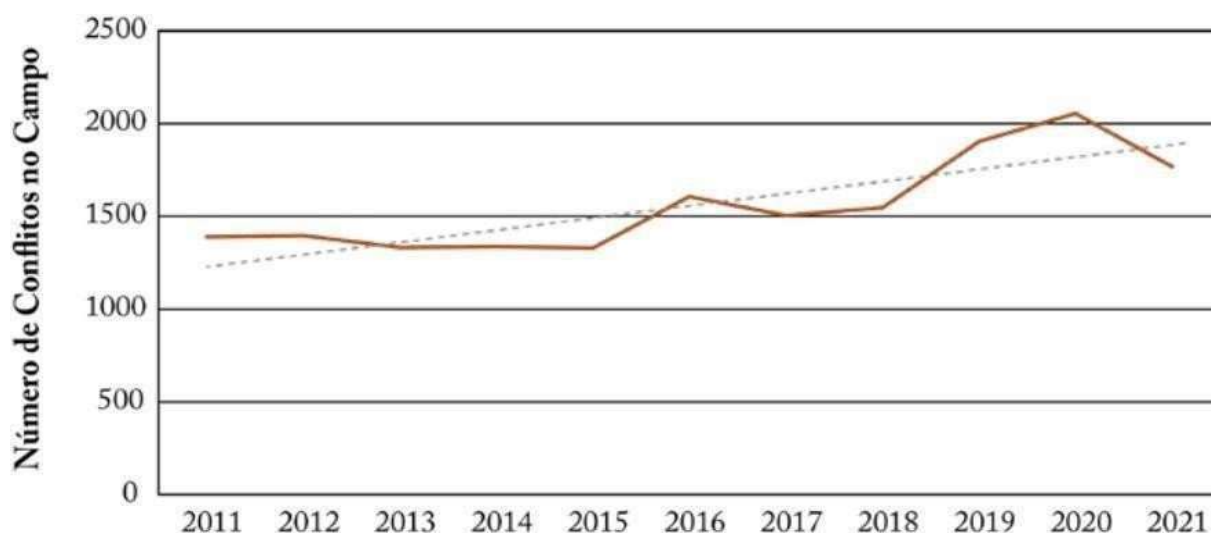
Fonte: Maps google, 2022.

A ocupação⁴ se encontra próximo de Belém com várias vias de mobilidade fazendo integração da região metropolitana da capital do estado. É um imóvel que é denominado de Fazendas São Tome I e II. O processo de ocupação se deu por volta de 2015 com trabalho de base nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba junto às trabalhadoras e trabalhadores que almejam a terra para viver, plantar e construir com o MST a luta pela terra.

Abaixo segue um registro da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

⁴ Podemos afirmar de acordo com Rosa (2012) que o uso do termo ocupação de terra no seu sentido contemporâneo foi cunhado pelo MST e que seu uso é estratégico na planificação das bases para justificar as demandas da Reforma Agrária Brasileira. Também vale lembrar que o termo invasão foi utilizado nos anos 1960 e 1970, trazia consigo tons pejorativos e denotava ilegal no que diz respeito ao direito de propriedade.

Figura 2 - Números de conflitos no Campo – (2011- 2021)



Fonte: Relatório CPT, 2021.

De acordo com o relatório da CPT (2021) e à figura acima, ocorreu a evolução dos conflitos de 2011 a 2021 (os dados para este último ano devem ser considerados preliminares), evidenciando a tendência de crescimento a partir de 2016. Os dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro foram os mais violentos da série história produzida pela CPT.

Já em 2020 registrou-se o maior número de conflito desde que a CPT iniciou o seu mapeamento e a denúncia pública de violência no campo, foram 2.054 conflitos envolvendo cerca de 1 milhão de pessoas; em 2019, 1.903 conflitos. Em 2016, com o conturbado golpe e a presidenta Dilma Rousseff sendo retirada da Presidência da República, assumindo o seu vice, Michel Temer, do MDB, contabilizou 1.607 conflitos que envolveram 900 mil pessoas. No ano de 2022 ocorreu a vitória da democracia com a eleição do candidato Luiz Inácio Lula da Silva dos Partidos do Partido dos Trabalhadores (PT).

O Acampamento Resistência Terra Cabana nasceu no dia 26 de junho de 2015 e reúne atualmente cerca de 68 famílias, totalizando aproximadamente 180 pessoas devido a organicidade do MST com o Núcleo de Famílias. Dessa forma, os quatro, núcleos pertencentes ao território trazem demandas como saúde, produção, segurança, educação, questões de gênero, entre outros, as quais são identificadas e traçadas estratégias de resolução com os encontros e reuniões internas.

Em entrevista sobre o início da ocupação, o senhor Mo. comenta sobre as tomadas de decisões e o trabalho de base realizado.

[...] o Terra Cabana é construído a partir de algumas conversas na direção da frente de massa, e com o dirigente nacional da época, Ulisses Manaças. Já estávamos há algum tempo sem realizar uma atividade de ocupação na regional Cabana, e então decidimos que era o momento de avançar um pouco. Tomamos a decisão de fazer uma ocupação na nossa regional, mais próxima de Belém. Assim, decidimos fazer o trabalho de base nos três municípios: Benevides, Santa Isabel e Marituba. A partir de um militante da Frente de Massa [...], que conheceu um camarada que já havia ocupado a área em Benevides, que era a fazenda SOPALM, e apresentou essa área para nós, decidimos fazer o trabalho de base. Em 26 de junho de 2015, entramos nessa área, que hoje é denominada Terra Cabana. Escolhemos esse nome porque não queríamos personalizar a ocupação com o nome de uma pessoa. Como nossa regional já homenageia a Cabanagem, resolvemos fazer essa outra homenagem referente à Cabanagem, que foi uma revolução, ou uma revolta, ou motim. Nós a chamamos de revolução, uma revolução dos trabalhadores e trabalhadoras da época no Pará, que por um tempo alcançaram o poder central do Estado (Entrevista com Mo. concedida em março de 2024, PA).

A entrevista com Mo. sobre o início da ocupação Terra Cabana revela não apenas a estratégia e a organização por trás da ocupação, mas também o espírito de resistência e luta que permeia os movimentos sociais no Brasil. Sua narrativa destaca a importância do trabalho de base, da decisão coletiva e da simbologia histórica que fortalece a identidade e a motivação dos militantes.

Ratificando a entrevista acima, o militante da Frente de Massa indicado por Mo. é atualmente dirigente estadual do Setor da Produção. Está há mais de 25 anos no MST e mora no Assentamento Paulo Fonteles. Ele diz:

O trabalho de base é feito com as lideranças da comunidade nos bairros. A partir das realidades, a gente desce para as comunidades, marca reunião com as lideranças comunitárias de dentro das áreas, das periferias, e fazemos as conversas com o povo. Convocá-las para ocupar uma terra, mas não falamos do local por medidas de segurança, porque corremos os riscos de quando chegar lá e já está ocupado. Temos que ter estratégias, também não dizemos o local exato da ocupação [...] (Entrevista com Ed. concedida em março de 2024, PA).

A experiência de Ed. reforça a importância do trabalho de base e da organização estratégica no MST. Com mais de duas décadas de militância, ele exemplifica a persistência e a adaptação necessárias para manter o movimento ativo e eficaz. A descrição detalhada do processo de mobilização das comunidades locais mostra a combinação de segurança, planejamento estratégico e envolvimento direto com as bases.

Ed. também elucida sobre os argumentos utilizados para o convencimento no

trabalho de base e fala sobre a mobilização das famílias:

[...] 220 famílias entraram conosco no Terra Cabana. Foram 45 dias de trabalho de base. A luta pela terra é então, só um tempo da terra. O método que utilizamos de convencimento foi pedir que as famílias olhassem para suas realidades e, a partir daí, convencê-las a tirar o sustento da terra, pois as áreas de moradia nas periferias são muito pequenas. Tem muita gente que quer produzir, então por isso usamos esse método: chamar as pessoas para a terra e mostrar a importância, falando da nossa experiência como assentados e acampados. Temos uma terra já produzindo, então precisamos que mais gente produza também, para poder tirar o sustento da terra e não depender da miséria da cidade, pois só come quem tem dinheiro (Entrevista com Ed. concedida em março de 2024, PA).

A fala de Ed. sobre a ocupação Terra Cabana revela várias camadas de resistência e transformação social que são centrais para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao mencionar as 220 famílias que participaram da ocupação após 45 dias de trabalho de base, Ed. destaca a importância do engajamento comunitário e da mobilização coletiva como pilares do movimento. Essa abordagem não é apenas uma tática organizacional, mas um princípio que reflete a luta contínua pela terra e pela justiça social no Brasil.

O processo de trabalho de base que durou quarenta e cinco dias, demonstra a dedicação do MST em construir uma base sólida e consciente. Esse trabalho é essencial para que as famílias envolvidas entendam a importância e os desafios da luta pela terra. Pedir que as famílias olhassem para suas realidades e considerassem a possibilidade de tirar o sustento da terra é uma estratégia que vai além do convencimento superficial. Trata-se de uma abordagem que valoriza a autonomia e a dignidade das pessoas, oferecendo uma alternativa real e sustentável à vida precária nas periferias urbanas.

Conscientização e Convencimento. A metodologia de convencimento, que envolveu a reflexão sobre as realidades das famílias, é uma prática fundamental na pedagogia do oprimido, como propõe Paulo Freire. Ao reconhecer a opressão e as limitações impostas pelas condições de vida nas periferias, o MST oferece a possibilidade de uma vida digna através da produção agrícola. Essa forma de chamar as pessoas para a terra mostrando a importância da autossustentação na produção de alimentos é um ato de resistência à lógica da produção capitalista que marginaliza os trabalhadores rurais e urbanos.

Ed. menciona que a produção na terra é uma forma de não depender da "miséria da cidade", onde "só come quem tem dinheiro". Essa afirmação ressoa

profundamente com a crítica ao sistema econômico que exclui e explora os mais pobres. A busca pela terra não é apenas uma questão de sobrevivência, mas uma luta pela dignidade e pela autodeterminação. Ao produzir seus próprios alimentos, as famílias não apenas garantem sua subsistência, mas também resistem à dependência do mercado e às condições desumanas das periferias urbanas.

A experiência dos assentados e acampados serve como um exemplo vivo do que é possível alcançar através da luta coletiva. Ao compartilhar suas experiências, os militantes do MST mostram que a vida na terra é viável e desejável. Essa troca de experiências é fundamental para criar um senso de solidariedade e pertencimento entre os novos membros do movimento. A terra já produzindo é um símbolo de sucesso e de possibilidade, encorajando mais pessoas a se juntarem à luta.

Dona An., corroborando os depoimentos dos dirigentes Mo. e Ed. descreve as dificuldades enfrentadas na construção dos barracos devido ao mau tempo e compartilha detalhes sobre a ocupação:

Éramos cerca de 200 famílias, mais ou menos, aqui nesse tempo que estou há 7 anos. Certa vez, por volta do meio-dia, caiu uma chuva tão forte que quando estávamos montando as barracas para nos proteger, algumas pessoas se machucaram. Muitos também foram embora porque não queriam morar tão próximos uns dos outros. Moramos pertinho uns dos outros como forma de proteção. Eu sou uma das poucas famílias que está aqui desde o início, assim como a Gisele e em breve a Maria do Socorro estará aqui também (Entrevista com Dona An. concedida em março de 2024, PA).

Dona An., ao compartilhar suas experiências na ocupação Terra Cabana, oferece uma perspectiva valiosa sobre os desafios enfrentados pelas famílias durante o processo de assentamento. Seu relato sobre a chuva intensa durante a construção dos barracos evidencia as condições adversas e a resiliência necessária para superar. A decisão de morar próximos uns dos outros como forma de proteção revela não apenas a necessidade de segurança coletiva, mas também a solidariedade e o apoio mútuo entre os ocupantes.

Ao mencionar que muitos foram embora devido à dificuldade em viver tão próximos, Dona An. destaca os desafios sociais e psicológicos enfrentados pelas famílias na transição para a vida comunitária. Esse aspecto sublinha a complexidade da organização comunitária e a importância de abordagens sensíveis às necessidades individuais dentro do movimento.

A continuidade de Dona An. na ocupação desde o início é um testemunho de seu compromisso e da sua participação ativa na luta pela terra. Sua história se conecta

diretamente aos objetivos do MST, reforçando a narrativa de resistência e de construção de um futuro sustentável baseado na justiça social e na autossuficiência.

Durante a trajetória da luta pela Reforma Agrária Popular e os demais direitos garantidos em constituição, principalmente entre anos de 2019 a 2023, o Acampamento passou por algumas situações de enfrentamentos jurídicos levando a emissão de posse em favor do fazendeiro, o qual levou a emissão da reintegração de posse, mas o movimento entrou com uma petição de agravo, realizando mobilizações contra os despejos, inclusive durante o período pandêmico de COVID-19. O acampamento também vivenciou conflitos com os exploradores de piçarra e com invasores ao redor, ao mesmo tempo em que também se dedicou a processos organizativos internos, destacando-se a espacialização dos lotes e a realização de assembleias e reuniões em núcleos de base para tomadas de decisões importantes.

A luta do movimento se organiza sobre algumas estruturas organizacionais de base e os acordos coletivos, sendo dentre elas, o acampamento enquanto forma de ocupação de terra. O acampamento é uma forma de resistência, organização e luta do MST, ele é preparado se organizar para as Políticas Públicas da Reforma Agrária. Nele como já falado, organiza-se as famílias, tendo em vista a realização de vários atos simbólicos, se tornando uma instância de luta. Acampamento, no Dicionário da Educação do Campo, pode ser definido como:

Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para a produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da reforma Agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra; outra parte, está se organizando para a preparação da ocupação da terra. A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando as famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio (Caldart *et al.*, 2012, p.21)

Isso ocorre porque entendemos algumas questões práticas, como as divisões de famílias e indivíduos e como se organizam. O programa do MST de reforma agrária popular⁵ busca mudanças estruturais na forma de uso dos bens da natureza que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e na construção de novas relações sociais. Com isso tem como fundamento a agroecologia como base fundante e estrutural da produção alimentar, priorizando o mercado interno, sem destruir o meio

⁵ MST. **O que é o Programa Reforma Agrária Popular?** Online: MST, 2014. Disponível: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em 21/11/2023.

ambiente, mas ressaltando que a produção de alimentos saudáveis quer ir além, com a transformação social.

Caldart (2004) considera que o sentido educativo do MST pode ser entendido como parte sociocultural que tem múltiplas dimensões, entre as quais, algumas que extrapolam suas contribuições internas, atingindo a sociedade como um todo, quando entendemos o objetivo da Reforma Agrária como parte de um processo histórico mais abrangente:

Por sentido sociocultural estou entendendo a produção histórica de um conjunto articulado de significados que se relacionam com a formação do sem-terra brasileiro enquanto um novo sujeito social, que se constitui também como um novo sujeito sociocultural, estando nesta condição uma das dimensões importantes da sua força política atual, que extrapola sua influência para além dos limites da questão agrária, ou das questões ligada ao campo. Talvez seja por isto que o MST esteja sendo considerado por alguns analistas como um movimento social que é hoje uma referência forte na contestação, ou mesmo no combate ao modelo capitalista atual. E isto não porque esteja deixando de lado a sua luta principal, mas sim pela forma que a realiza, e os valores e comportamentos que nela e através dela produz, expressa, socializa (Caldart, 2004.p.24).

Ou seja, o sentido pedagógico do MST, em sua luta e em sua organização coletiva, educa seus próprios integrantes, ao mesmo tempo em que educa a sociedade brasileira apontando pautas e direitos que dão visibilidade aos dilemas em que vivem os camponeses e camponesas neste país.

No Acampamento Terra Cabana, a forma organizativa do MST tem possibilitado uma aprendizagem coletiva a partir da convivência, dos debates e das lutas realizadas. O encontro das famílias desde o momento inicial da ocupação, é também um encontro de diferentes origens, diferentes culturas, diferentes formas de apreender o mundo.

A partir do diálogo do MST e a Universidade Federal do Pará, articulou-se através da Profa. Dr.^a Nelissa Peralta Bezerra, a realização de um levantamento socioeconômico na ocupação, com os objetivos de um estudo científico sobre a economia das famílias bem como o apoiar o nosso processo na luta pela Reforma Agrária Popular na Amazônia, assim, se deu-se através de um projeto de extensão desenvolvido a partir da disciplina Tópicos Temáticos em Sociologia, ministrada pela professora. Assim, conforme o levantamento Socioeconômico (Peralta, 2022) o perfil demográfico dos moradores do Acampamento é composto por 68 famílias, a amostra foi realizada em 54 famílias e 132 moradores. Tendo como resultado a média de idade é de 37 anos (DP=20) a maioria desta amostra está na faixa entre 39 e 52; e há 19

crianças até 13 anos de idade. Entre as pessoas entrevistadas 50% declaram-se do gênero feminino e a outra metade masculina. Quanto a raça, 56% pardo, 34% pretos, 9% branco e 1% indígena.

Esse encontro de diferenças é também a ressignificação do espaço na luta pela Reforma Agrária Popular.

É importante destacar, entre os dados acima apontados, que 90% dos integrantes deste acampamento são autodeclarados pardos ou pretos, e que metade de seus integrantes são mulheres. Essa informação dialoga diretamente com o tema desta pesquisa, e orienta de maneira geral as reflexões e análises que nele estão apontados. A espacialização da luta pela Reforma Agrária Popular tem cor, raça e gênero, questões que precisam ser levadas em conta na discussão do tema em sua universalidade, e no caso da particularidade do acampamento Resistência Terra Cabana, demonstra um perfil indicando o papel da mulher negra nesta espacialização.

2.4 Espaço e Reforma Agraria Popular

O espaço desempenha um papel fundamental na formulação e implementação de políticas de Reforma Agrária Popular, pois é o cenário onde se desdobram as relações sociais, econômicas e políticas que permeiam a questão agrária. Segundo Milton Santos (2000), renomado geógrafo brasileiro, o espaço não é apenas um suporte físico onde as atividades humanas ocorrem, mas uma construção social, resultado das interações entre os diferentes atores sociais e suas práticas no território.

No contexto da Reforma Agrária Popular, compreender o espaço significa entender as dinâmicas de ocupação e uso da terra, os conflitos agrários, as desigualdades regionais e as demandas das populações rurais por acesso à terra e condições dignas de vida. Como Milton Santos argumenta em suas obras sobre geografia, o espaço é o palco onde se manifestam as contradições do sistema agrário, revelando a concentração de terras, a exploração dos trabalhadores rurais e a marginalização das populações camponesas.

Ao formular políticas de Reforma Agrária Popular, é essencial considerar as especificidades de cada espaço, levando em conta suas características geográficas, socioeconômicas e culturais. Conforme Santos (1994) destaca, o espaço não é homogêneo, e as soluções para os problemas agrários devem ser adaptadas às particularidades de cada região, respeitando as demandas e os saberes locais.

Além disso, a análise espacial permite identificar os territórios prioritários para

intervenção, onde a implementação de políticas de Reforma Agrária Popular pode gerar impactos significativos na redução da desigualdade social e na promoção do desenvolvimento rural sustentável. Segundo autores como Lefebvre (1974), o espaço é um campo de lutas e resistências, onde as comunidades rurais reivindicam seus direitos e lutam por uma distribuição mais justa dos recursos e oportunidades.

A articulação entre as dimensões espacial, social, econômica e política é essencial para o sucesso das políticas de Reforma Agrária Popular. Como ressalta Santos (2002), é necessário superar uma visão fragmentada do espaço e adotar uma abordagem integrada, que considere as múltiplas interações entre os diferentes elementos que compõem a realidade agrária. Somente assim será possível construir um modelo de desenvolvimento rural que promova a equidade, a sustentabilidade e o bem-estar das populações do campo.

A coroa portuguesa, na contramão desse entendimento de espaço, após sua chegada inicial, usava o discurso para diminuição de despesas, criando o sistema das capitanias hereditárias, através da doação de extensas faixas de terra aos chamados capitães hereditários.

Podemos então afirmar que foi o início da história latifundiária do nosso país sem previsões de futuras mudanças, ou pelo menos por enquanto. Assim, o interesse desse trabalho não é esmiuçar e sim dar ao leitor um pequeno seguimento para compreender a questão do grande latifúndio. Essas doações eram feitas aos interessados que comprovassem possuir recursos para investimentos e exploração dessas áreas.

Segundo as pesquisadoras e professoras Cândida Vilares Gancho (Gancho, 2008), Helena de Queiroz Ferreira Lopes (Lopes, 2015) e Vera Vilhena de Toledo (Toledo, 2012), a doação de terra à primeira vista pode fazer crer que a influência do pretendente foi enorme, mas ocorreu o contrário. Os portugueses ricos e nobres que preenchiam os requisitos para tal não se interessaram. Em vista disso, a doação das terras brasileiras teve que assumir grandes proporções para atrair aqueles que se dispuserem a arriscar possuir latifúndios no Brasil.

Além das terras, o rei de Portugal concedia poderes políticos, administrativos, militar e jurídico àquele que recebia a maior porção de terra doada, a capitania. Cabia ao capitão donatário, que a recebia doar as terras chamada sesmaria, a qualquer requerente que preenchesse as seguintes condições: fosse cristão, pagasse o dízimo à igreja e se prontificasse de fato a cultivar as terras (Gancho; Lopes; Toledo, 1995,

p.17).

A Lei de Terra de 1850⁶ foi criada, justamente no mesmo ano em que foi realizada a aprovação da Lei Eusébio de Queirós (Lei 581 de 4 de setembro de 1850), a legislação que proibiu “definitivamente” o tráfico de escravos para o Brasil sob fortes pressões da Europa. O processo de escravização negra foi permeado de muita resistência, mas “Não é ressaltado pela história oficial o fato que o primeiro Estado livre de todo continente americano existiu no Brasil, República Negra de Palmares-1595-1695” (Gonzalez, 2020, p.51).

Estabeleceu que a formação da propriedade só se faria a título oneroso e em hasta pública, o que afastou a possibilidade da grande população se tornar proprietária, tornando a propriedade de terra um privilégio de poucos e não um direito. As consequências dessa legislação permanecem até a atualidade, e deu origem a muitas lutas sociais pelo acesso à terra e à permanência nela, fazendo parte da formação do campesinato brasileiro.

Mas no Brasil a moderna propriedade de terra foi instituída pela Lei de Terras de 1850, com o objetivo de criar mecanismos que tornassem compulsório o trabalho nas grandes fazendas, especialmente as de café, no século XIX. Foi estabelecida como contrafação de uma acumulação primitiva não tivemos nem tínhamos condições de ter, na falta de um campesinato a ser expropriado e proletarizado e permanecer na terra sob o jugo de novas relações de produção. É um processo diverso do que ocorreu nos países europeus, cuja realidade e cuja história funda a teoria da acumulação primitiva foi estabelecida (Martins, 1985, p. 100).

Cabe aqui refletir sobre as circunstâncias dessa lei de terra de 1850, pois, foi criada justamente no mesmo ano, no mesmo período da aprovação da Lei Eusébio de Queirós, a legislação que proibiu definitivamente o tráfico de escravos para o Brasil, sobre fortes pressões da Europa. Hoje, os resultados são múltiplos e sem precedentes, principalmente por um modelo de expropriação, e nessa corrida por aquisição de terras.

Compreendemos que, com o fim da escravidão, restou no Brasil uma superpopulação sem-terra, e para sobreviver muitas pessoas ficaram cativos de fazendas, postergando assim, sua real liberdade, que seria sua sobrevivência sem amarras.

Vale lembrar que, há pouco mais de 130 anos, na transição da abolição da

⁶ “Foi com a Lei de Terras de 1850 que a propriedade privada da terra é instituída no Brasil - e, com ela, o mercado de terras, uma vez que a terra passa a ser acessível apenas por meio da compra”. ALENTEJANO (2012, p.742)

escravatura, para efeito jurídico administrativo, a Coroa Portuguesa vai deixar de existir deixando como legado a constituição de grandes latifúndios que se tornaram uma das mercadorias mais importantes do sistema capitalista, “a terra”⁷. Assim, segundo os estudos sobre a lei de 1850, os argumentos de Martins reafirmam o papel que a Lei de Terras terá na constituição agrária do país:

Mas no Brasil a moderna propriedade de terra foi instituída pela Lei de Terras de 1850 com o objetivo de criar mecanismos que tornassem compulsório o trabalho nas grandes fazendas, especialmente as de café, no século XIX. Foi estabelecida como contratação de uma acumulação primitiva, não tivemos nem tínhamos condições de ter, na falta de um campesinato a ser expropriado e proletarizado, e permanecer na terra sobo jugo de novas relações de produção. É um processo diverso do que ocorreu nos países europeus, cuja realidade e cuja história fundada na teoria da acumulação primitiva foi estabelecida (Martins, 1985, p. 100).

Sobre os fortes argumentos de Martins (1985), é possível identificar uma das matrizes que orientam a formação da classe trabalhadora e sua relação com a questão racial no Brasil, na medida em que se estabelece a cessação da escravidão negra:

[...] uma carência compulsória, uma pobreza compulsória, meios de recrutamento compulsório de trabalhadores, para assegurar a força de trabalho que, em grande quantidade, era necessária para o desenvolvimento da cafeicultura e à continuidade da economia do açúcar na cessação próxima e previsível da escravidão negra. O que, de fato, acabou ocorrendo em 1888 (Martins, 1985, p. 200).

Compreende-se que com o fim da escravidão, restou uma superpopulação sem-terra, e não tendo como sobreviver fora desse sistema muitas ficaram cativos de muitas fazendas, postergando assim, sua real liberdade, que seria sua sobrevivência sem amarras. Como exemplos têm: Corumbiara, em Rondônia e a de Eldorados dos Carajás, no Pará ambas com muitas mortes e a ação truculentas de polícias estaduais. Nesse sentido, podemos perceber que a colonização e a Lei de Terras de 1850 representam marcos fundamentais na estruturação fundiária do Brasil, influenciando profundamente a distribuição de terras e as relações sociais no campo. A chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, no século XVI, estabeleceu um modelo de ocupação baseado na concessão de grandes extensões de terras para a exploração agrícola, promovendo um sistema latifundiário que perdura até os dias atuais (MARTINS, 2001).

⁷ Desde os tempos da colonização, terra é sinônimo de poder e riqueza no Brasil e de disputas acirradas pelo seu controle. Existem ainda hoje no Brasil diversas formas dominantes é, sem dúvida, a propriedade privada (Alentejano, 2012. p.742)

A Lei de Terras de 1850, por sua vez, foi um instrumento legal que consolidou e legitimou esse modelo de propriedade fundiária, ao estabelecer a necessidade de registro e compra das terras devolutas, excluindo assim a possibilidade de acesso à terra para a grande maioria da população (Souza, 2018).

A discussão sobre o legado da colonização e da Lei de Terras de 1850 é crucial para compreender os padrões de concentração de terras e exclusão social no campo brasileiro. Estudos recentes apontam que a concentração fundiária no Brasil continua sendo uma das mais elevadas do mundo, com uma parcela mínima de grandes proprietários detendo a maior parte das terras disponíveis (Carvalho, 2019).

Essa concentração de terras está diretamente relacionada à exclusão social no campo, uma vez que a posse da terra é essencial para garantir acesso a recursos produtivos e condições dignas de vida. Pesquisas indicam que a falta de acesso à terra está associada a altos índices de pobreza, desigualdade e conflitos no meio rural (Silva, 2020).

Além disso, a concentração fundiária contribui para a manutenção de estruturas de poder e dominação, perpetuando relações de dependência e subordinação no campo. Segundo Santos (2015), a distribuição desigual da terra é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento social e econômico do país, pois limita as oportunidades de trabalho e geração de renda para a população rural.

É importante destacar que, mesmo após mais de um século da promulgação da Lei de Terras de 1850, seus efeitos ainda se fazem presentes na realidade brasileira. A ausência de uma reforma agrária efetiva e a falta de políticas públicas voltadas para a redistribuição de terras contribuem para a perpetuação da concentração fundiária e da exclusão social no campo (Azevedo, 2019).

Diante desse cenário, torna-se necessário repensar o modelo agrário vigente e buscar alternativas que promovam uma distribuição mais justa e equitativa da terra. Isso envolve não apenas a implementação de políticas de reforma agrária, mas também a valorização da agricultura familiar e o fortalecimento da agroecologia como formas de produção sustentáveis e socialmente justas (Oliveira, 2019).

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que a branquidade é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas aos capitalistas, mas também aos brancos sem propriedades dos meios de produção que recebem seus dividendos

do racismo⁸ (Gonzalez, 2020). Se olharmos para o campo, a inquietação sobre este tema ainda aumenta: Como ocorre a exploração capitalista no campo em sua relação com a questão racial? Que mediações existem entre o tema da posse da terra, da questão racial e da questão de gênero?

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a Amazônia foi alvo de um modelo desenvolvimentista que visava à exploração intensiva de seus recursos naturais. Essa política resultou em uma série de impactos significativos sobre o espaço agrário e social da região (Oliveira, 2019).

Uma das principais características desse modelo foi a expansão do agronegócio, especialmente a produção de soja e dendê. Grandes áreas de floresta foram desmatadas para dar lugar a monoculturas, causando uma série de problemas ambientais, como o aumento do desmatamento e da emissão de gases de efeito estufa (Silva, 2020).

Além disso, a mineração também foi intensificada na Amazônia durante esse período, com a exploração de minérios como ouro, ferro e bauxita. Essa atividade resultou na degradação do solo e da água, além de conflitos sociais com as comunidades locais, que muitas vezes foram expulsas de suas terras para dar lugar às mineradoras (Carvalho, 2018).

Os impactos sociais dessas políticas foram significativos. Muitas comunidades tradicionais, como ribeirinhos e indígenas, foram marginalizadas e perderam seus meios de subsistência devido à destruição de seus habitats naturais (Souza, 2017).

Além disso, houve um aumento nos conflitos fundiários na região, com disputas entre grandes proprietários de terras, empresas e trabalhadores rurais sem-terra. Esses conflitos muitas vezes resultaram em violência e mortes, exacerbando ainda mais a tensão social na região (Martins, 2016).

A falta de políticas públicas eficazes para regular e controlar o desenvolvimento na Amazônia durante a Ditadura contribuiu para a perpetuação desses problemas. A região tornou-se alvo de interesses econômicos, muitas vezes em detrimento da sustentabilidade ambiental e do bem-estar das populações locais (Oliveira, 2019). Atualmente, os efeitos desse modelo desenvolvimentista ainda são sentidos na

⁸ Ver o texto de Boechat (2020) - A Questão em São Paulo: debate sobre o fim do colonato e o surgimento do boia-fria na agricultura paulista. BOECHAT, Cássio Arruda. A questão agrária em São Paulo: o debate sobre o fim do colonato e o surgimento do boia-fria na agricultura paulista. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 24, n. 2, p. 203–225, 2020.

Amazônia. O desmatamento continua a ser uma questão preocupante, com taxas alarmantes de perda de floresta todos os anos (Silva, 2020).

Além disso, a mineração ilegal e a expansão do agronegócio continuam a causar impactos negativos sobre o meio ambiente e as comunidades locais. Muitas dessas comunidades enfrentam dificuldades para acessar recursos naturais e enfrentam ameaças constantes de violência e deslocamento (Carvalho, 2018).

Diante desse cenário, torna-se cada vez mais urgente a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. É necessário um modelo que leve em consideração não apenas os interesses econômicos, mas também a preservação ambiental e o respeito aos direitos das populações tradicionais (Souza, 2017).

Avançando um pouco mais, já na redemocratização do país, durante o processo de redemocratização do Brasil, que se intensificou na década de 1980, a região amazônica foi palco de diversos conflitos agrários, muitos dos quais se mantiveram e se intensificaram nos anos seguintes (Costa, 2018). Esses conflitos estão intrinsecamente relacionados à posse da terra, à expansão do agronegócio e à exploração mineral, e refletem as tensões sociais e econômicas presentes na região.

Uma das principais causas dos conflitos agrários na Amazônia é a disputa pela posse da terra. Muitos pequenos agricultores e comunidades tradicionais reivindicam o direito à terra para garantir sua subsistência e preservar seu modo de vida (Souza, 2019). No entanto, essa reivindicação muitas vezes entra em conflito com os interesses de grandes proprietários de terra e empresas agropecuárias que buscam expandir suas atividades na região (Almeida, 2020).

Além da disputa pela posse da terra, a expansão do agronegócio na Amazônia tem sido uma fonte significativa de conflitos agrários. O avanço das monoculturas, como a soja e o dendê, tem levado ao desmatamento de grandes áreas de floresta e à expulsão de comunidades locais de suas terras (Carvalho, 2017). Essa expansão muitas vezes ocorre de forma ilegal, com a grilagem de terras públicas e utilização de trabalho escravo (Silva, 2018).

A exploração mineral também tem contribuído para os conflitos na região amazônica. A busca por recursos como ouro, ferro e bauxita tem levado à destruição do meio ambiente e à contaminação de rios e solos, afetando as comunidades que dependem desses recursos para sua subsistência (Santos, 2016). Além disso, a

presença de garimpeiros ilegais tem gerado conflitos com as comunidades locais e levado à violência e à insegurança na região (Oliveira, 2020).

Diante desse cenário, torna-se necessário implementar políticas públicas eficazes para resolver os conflitos agrários na Amazônia. É fundamental garantir o direito à terra das comunidades tradicionais e dos pequenos agricultores, promover práticas agrícolas sustentáveis e combater a exploração ilegal de recursos naturais (Azevedo, 2019). Além disso, é importante investir em programas de desenvolvimento econômico e social que promovam a inclusão e o bem-estar das populações locais (Rocha, 2021).

Fernandes (2001) afirma que a Reforma Agrária Popular⁹ se define como uma política pública capaz de diminuir as desigualdades sociais, que funciona como parte integrante de seu desenvolvimento. Portanto, no âmbito da justiça social significa proporcionar a melhor distribuição de terra e de renda às famílias brasileiras, dando oportunidades ao indivíduo de exercer a cidadania com dignidade de vida, e assim, a consequente diminuição dos conflitos sociais no campo e nas cidades.

O programa agrário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) representa uma proposta de Reforma Agrária Popular que visa promover a justiça social e a distribuição equitativa de terras no Brasil (Gonçalves, 2017). Fundado em 1984, o MST tem como princípio fundamental a luta pela terra como um direito fundamental de todo cidadão (Santos, 2019).

O programa agrário do MST baseia-se em uma série de princípios e objetivos, sendo um dos principais a ocupação de terras improdutivas ou subutilizadas por meio de acampamentos e assentamentos (Fernandes, 2016). Essas ocupações são realizadas de forma pacífica, mas determinada, com o objetivo de pressionar o Estado a promover a Reforma Agrária e garantir o acesso à terra para os trabalhadores rurais sem-terra (Almeida, 2020).

Além da ocupação de terras, o programa agrário do MST também inclui a

⁹ Juridicamente, o conceito de Reforma Agrária pode ser conferido pelo §1º do artigo 1º da Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra): Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de sua produtividade. É importante ressaltar que, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Reforma Agrária foi consolidada como um direito social e uma política pública de interesse coletivo. O artigo 184 da Constituição de 1988 estabelece que compete à União desapropriar por interesse social as propriedades rurais que não estejam cumprindo sua função social, sendo essas terras destinadas à Reforma Agrária.

implementação de projetos de assentamento que visam promover a produção agroecológica e a organização coletiva dos trabalhadores rurais (Marques, 2018). Esses projetos têm como objetivo criar condições para que as famílias assentadas possam produzir alimentos de forma sustentável e garantir sua autonomia econômica e social (Gimenes, 2021).

Uma das estratégias fundamentais do programa agrário do MST é a educação popular, que visa conscientizar os trabalhadores rurais sobre seus direitos e promover a formação política e técnica das comunidades (Oliveira, 2017). Por meio de escolas de formação e atividades educativas, o MST busca fortalecer a organização e a mobilização dos trabalhadores rurais em torno da luta pela terra e pela Reforma Agrária (Rocha, 2019).

A pedagogia do Movimento¹⁰ está presente também em seus trabalhos coletivos. Em sua forma de organização política, ou organicidade, se estruturam vários setores, como por exemplo: gênero, segurança, saúde, produção de alimentos saudáveis moradia, cultura, educação escolar, entre outros.

Considerando-se o papel pedagógico desses espaços, vistos como lugares autênticos de produção de saberes e conhecimentos. Buscamos nesta pesquisa explicitar as contribuições que trazem os movimentos sociais para a prática educativa dentro de suas linguagens e valores próprios.

Desse modo, as experiências pedagógicas desenvolvidas a partir dos movimentos sociais, neste caso o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra (MST), se configuram como o chão, ou a base de todas as reflexões que trazemos neste trabalho.

O programa agrário do MST tem contribuído significativamente para a transformação do espaço rural brasileiro ao promover a ocupação e o uso social da terra, a produção de alimentos saudáveis e a organização política dos trabalhadores rurais (Silva, 2015). Ao longo de sua história, o MST já conquistou milhares de hectares de terra e assentou milhares de famílias em todo o país, demonstrando sua capacidade de mobilização e sua importância na luta pela justiça social e pela democratização do acesso à terra (Barbosa, 2020).

¹⁰ A expressão Pedagogia do Movimento é usada atualmente em duplo e articulado sentido. Como nome abreviado de Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), identifica uma síntese de compreensão do trabalho de educação desenvolvido por esse movimento social de trabalhadores produzida por ele próprio ou desde sua dinâmica histórica. (Caldart, 2012, p.546)

Sua existência possibilitou a implementação de territórios com cerca de 450 mil famílias assentados, cerca de 60 cooperativas, 120 agroindústrias, e 1900 associações (MST, 2022)¹¹.

Além disso, organizou e lutou contra o fechamento de escolas do campo, produzindo uma pedagogia própria para suas experiências educativas e aportando enormemente para a luta pela educação pública no Brasil, e para o fortalecimento da perspectiva de educação popular promovida por Paulo Freire.

Em seus 40 anos de existência (1984-2024) o Movimento Sem Terra em sua organicidade e processos de educação / formação buscou avançar na superação das desigualdades de gênero, e uma das formulações mais recentes, que envolve os debates construídos junto à Via Campesina Internacional, é o Feminismo Camponês e Popular, que se encontra imbricado à sua concepção de Reforma Agrária Popular. Ainda, recentemente, o MST tem avançado na discussão sobre a relação intrínseca entre questão agrária e questão racial, através de seu grupo de estudo nacional. Essas questões demonstram que a construção do espaço na luta pela Reforma Agrária Popular converge diferentes dimensões da vida material.

¹¹ MST. **Nossa Produção.** In: **MST.** Online: Website MST, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/> Acesso em maio de 2023

3 A MULHER NEGRA E A MÍSTICA ACAMPADA NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA AMAZÔNIA

Rebela-te

Diante de quem arquiteta a morte,
Manipula consciências,
mobiliza destruição,
Negocia direitos, incentiva a ignorância.
Destrói o sonho.
Março está em nós

Rebela-te

Repõe a insurgência
O fervor do caldeirão,
A decisão de não retroceder,
De manter-se em bando (...)
(Divina Lopes, poeta do MST)

A mística para o MST significa “mistério” e é a alma do movimento, tem como característica centrais mensagens não dita, dentro de uma concepção das práticas políticas cotidianas da produção dos espaços e organicidade, sem a mística a luta é morna. A vida é contada nas histórias, nas poesias, nas canções, celebrações, na bandeira, na morte e no nascimento. O seu desdobramento vem da origem religiosa principalmente da teologia da libertação, em que o MST vem ressignificado conforme o seu momento histórico político e social.

A mística, que abrange a dimensão da subjetividade materializada nas simbologias que representam a identidade dos seres humanos com determinados processos, tem na trajetória do MST se revelado em sua dimensão cultural e artística, na poesia e na ação concreta da luta pela terra em seus diferentes momentos, nas expressões imagéticas que representam sentidos e significados para seus integrantes, ou na canção que sintoniza sonhos e perspectivas, ou ainda nas representações teatrais que sintetizam e provocam reflexões.

A mística tornou-se uma dimensão estrutural na luta pela terra organizada pelo Movimento Sem Terra e está presente nos momentos de mobilização, de ocupação, de acampamento, de construção de assentamentos, de encontros, congressos, cursos e reuniões.

Nesse capítulo, apresentaremos de maneira geral a trajetória e o lugar das mulheres no processo de ocupação e da luta pelo território na construção do

Acampamento Terra Cabana, o papel da mística na luta pela terra e no processo de conscientização de mulheres sem-terra, assim como uma discussão que envolve as estratégias de reprodução social puxadas pelas mulheres negras acampadas.

3.1 As mulheres do Acampamento Terra Cabana na luta paraense pela Reforma Agrária Popular na Amazônia

Inspiradas pelo lema da jornada, "Lutaremos! Por nossos corpos e territórios, nenhuma a menos" (Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra, 2024), é relevante destacar a análise de González (2010) sobre a história do Dia Internacional das Mulheres e o "mito" que o envolve, bem como o debate sobre a difícil construção da luta pela igualdade entre mulheres e homens. González (2010) aponta para o acúmulo de experiências históricas que ecoam o coro da esquerda, ao mesmo tempo em que evidenciam os limites do movimento feminista quando não se insere na busca por transformações estruturais nas relações sociais e econômicas.

Vale registrar que a proposta de instituir o Dia Internacional da Mulher não foi totalmente original e teve antecedentes, como o *Woman's Day* (Dia da Mulher), comemorado pelas socialistas americanas desde 1908, com o propósito de reivindicar os direitos de voto para as mulheres (González, 2010). Clara Zetkin apresentou a proposta durante a 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague, em 1910.

Para compreender melhor esse contexto e o significado alcançado pela celebração do *Woman's Day* nos Estados Unidos, é necessário revisitar o movimento sufragista estadunidense, desde suas origens até a aprovação da 19ª emenda à Constituição em 1920. No entanto, não é o aprofundamento histórico que se busca aqui, mas sim a reflexão sobre o significado desse dia marcante na luta internacional das mulheres trabalhadoras, aliado às Jornadas das Mulheres Sem Terra no Brasil e no Estado do Pará.

Portanto, a obra de Ana Isabel Alvares González (2010) retrata o debate da época e nos provoca a reflexão sobre as caracterizações e contribuições que o feminismo trará, posteriormente, para uma análise marxista e os desafios da luta socialista. É importante reconhecer que a luta contra a opressão das mulheres não surgiu com a sociedade de classe, conforme é apresentado na obra.

[...] em todas as formações sociais homem e mulher foram reinseridos

segundo sua classe e a desigualdade entre homens e mulheres se remodelar favorecendo a dominação masculina ao combinar as relações do sexo ou gênero com dominação de classe as lutas feministas socialistas ou distintos instrumentos teóricos e políticos é de cada época acho que é de cada época é marcada pelo esforço de construir as condições para uma transformação integral das relações isso exige uma elaboração teórica e uma ação política que altere o Estreito limite com os quais A esquerda ainda enxerga as lutas das mulheres (González, 2010, p. 11).

Se nos atentamos rapidamente ao mito criado em torno do dia 08 de março, do qual as mulheres operárias tecelãs foram queimadas numa fábrica entorno de uma mobilização grevista, destacamos que:

Basta um olhar sobre o calendário para colocar em xeque as 2 teorias, um 8.03.1908 era domingo, um dia tanto estranho para se declarar em greve e se trancar em uma fábrica ou para provocar uma manifestação que não provocaria prejuízo ao empresário com a perda de 1 dia de trabalho e isso sem esquecer o trabalho da historiadora Renée Côté que através da pesquisa que desenvolveu nos arquivos das mais prestigiadas universidades Americanas e europeia não encontrou rastro algum da existência de uma manifestação de tais características e nenhuma cidade Estados Unidos nem em 1857 e nem em 1908 (González, 2010, p 31).

O mito em torno do Dia Internacional da Mulher foi concebido em 1955, conforme apontado pelas historiadoras Liliane Kandel e François Picq, com o objetivo de desvincular a data de sua conotação comunista ao longo da história. Por sua vez, a escolha da data de 1857, segundo a investigação dessas historiadoras, foi motivada pelo fato de ser o dia do nascimento de Clara Zetkin, uma das principais impulsionadoras da celebração de um dia dedicado às demandas dos direitos das mulheres (González 2010).

No entanto, conforme Mari Jo Buhle, citada por González (2010), o acontecimento de extrema importância associado à data não foi o responsável por dar origem ao Dia Internacional da Mulher. Buhle, especialista estadunidense, revelou em seus estudos sobre o incêndio na *Triangle Shirtwaist Company*, intitulado "As mulheres e o socialismo americano, 1870-1920", que a tragédia ocorreu dias antes da primeira comemoração da data, no dia 25 de março de 1911 (González, 2010).

De todas as formas, massificou-se na esquerda o significado do dia 8 de março, como dia internacional da luta das mulheres, e atualmente tem movimentado mulheres do campo e da cidade entorno das pautas que combatem a violência, o machismo, e os direitos da mulher em geral. Algumas organizações sociais dedicam suas lutas estritamente a estas pautas, mas outras conectam-nas estrategicamente a outras lutas, como por exemplo, à luta socialista ou à luta pela Reforma Agrária Popular. As

mulheres do MST, tem desde suas origens buscado conectar a luta das mulheres, atualmente a luta feminista, como parte estrutural da luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação societária.

A criação do setor de gênero dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi motivada por uma série de fatores que refletiam as demandas e necessidades das mulheres dentro do movimento e da sociedade em geral. Uma dessas motivações foi o reconhecimento da importância da participação e do protagonismo das mulheres na luta pela reforma agrária e por justiça social. As mulheres representam uma parcela significativa da base do MST e desempenham papéis fundamentais nas ocupações de terras, na produção de alimentos, na educação dos filhos e em várias outras atividades dentro dos assentamentos e acampamentos.

Além disso, a composição do setor de gênero foi uma resposta às demandas das próprias mulheres dentro do movimento, que buscavam espaços de discussão e organização para tratar de questões específicas relacionadas à sua realidade e às suas experiências de vida. Isso inclui a luta contra a violência de gênero, a divisão desigual do trabalho, a discriminação e o machismo, tanto dentro do movimento quanto na sociedade em geral.

A abertura dessas discussões e práticas no MST reflete o compromisso do movimento com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres tenham voz, participação ativa e acesso igualitário a recursos e oportunidades. A coletividade e a solidariedade são valores fundamentais do MST, e a inclusão das questões de gênero nas suas pautas de luta fortalece essa visão de transformação social.

No contexto das ocupações de terras e dos enfrentamentos com a polícia e os latifundiários, as mulheres muitas vezes se encontram na linha de frente da resistência, demonstrando coragem e determinação na defesa de seus direitos e de suas comunidades. Essa resistência se baseia na compreensão de que a luta pela terra está intrinsecamente ligada à luta pela justiça de gênero e pela igualdade social, e que é necessário enfrentar as estruturas de poder e as desigualdades que perpetuam a opressão das mulheres no campo e na cidade.

Antecedendo a Jornada das Mulheres Sem Terra de 2024, diversos eventos e ações marcaram a trajetória das mulheres no MST e na luta por seus direitos. No ano anterior, em 2023, ocorreram várias atividades de mobilização e organização das

mulheres Sem Terra em diferentes regiões do país. Entre esses eventos, destacam-se as assembleias, encontros de formação política, marchas e ocupações de terras. Na regional Cabana do MST, que abrange 11 territórios em vários municípios, inclusive o Acampamento Terra Cabana, as mulheres Sem Terra estiveram ativas e engajadas em diversas ações ao longo do ano de 2023. Em um desses eventos, no dia 07 de março, as mulheres ocuparam o prédio do INCRA-SR01 para reivindicar seus direitos e demandas específicas. A participação nessa ocupação foi significativa, com cerca de 200 mulheres presentes, demonstrando a força e a determinação das trabalhadoras rurais na busca por melhores condições de vida e acesso à terra.

Durante a ocupação do INCRA, as mulheres Sem Terra apresentaram suas demandas, que incluíam questões fundiárias relacionadas à desapropriação e criação de assentamentos, regularização dos registros de beneficiários, acesso a crédito e fomento agrícola, entre outras. Essas demandas refletem as necessidades urgentes das famílias Sem Terra e evidenciam a importância da luta coletiva para conquistar seus direitos e garantir uma vida digna no campo.

Essa ocupação e outras ações realizadas pelas mulheres Sem Terra na regional Cabana e em outras regiões do MST contribuíram para fortalecer a mobilização e a organização das trabalhadoras rurais, ampliando sua visibilidade e sua voz na luta pela reforma agrária e pela justiça social. Esses eventos antecedentes à Jornada das Mulheres Sem Terra de 2024 demonstram a continuidade e a persistência das mulheres na busca por seus direitos e na construção de um mundo mais justo e igualitário.

O surgimento e fortalecimento do setor de gênero no MST, como destacado na coletânea de textos (MST, 2021) representou um avanço significativo na construção das lutas das mulheres Sem Terra. Por meio de suas linhas políticas e ações de formação, o setor de gênero tem desempenhado um papel fundamental na mobilização e conscientização das mulheres para os desafios enfrentados em março, um mês simbólico de rebeldia e ousadia na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

As atividades promovidas pelo setor de gênero constituem marcos importantes que inspiram e animam as mulheres Sem Terra a enfrentar os desafios e violações de direitos que muitas vezes são perpetradas pelo próprio Estado. Essas ações proporcionam espaços de reflexão, aprendizado e empoderamento, capacitando as mulheres para atuarem de forma mais assertiva na defesa de seus direitos e na

transformação da realidade em que estão inseridas.

Ao incluir questões políticas, econômicas, sociais e familiares na agenda geral de lutas, as feministas e os movimentos sociais buscam romper com um modelo de poder baseado na opressão, exploração e discriminação. Essa abordagem ampla e integrada reconhece as interseccionalidades das opressões enfrentadas pelas mulheres, articulando a luta feminista com a luta da classe trabalhadora como um todo.

Assim, as ações promovidas pelo setor de gênero no MST e em outros movimentos sociais contribuem para a construção de uma agenda política mais inclusiva e abrangente, que visa não apenas à conquista de direitos específicos das mulheres, mas também à transformação das estruturas de poder e da ordem social vigente. Essa articulação entre as lutas de gênero e as lutas sociais mais amplas é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de opressões.

Figura 03- Mobilização da Jornada Nacional de Luta Mulheres Sem Terra (2024)



Fonte: Arquivo do MST (2024)

A mobilização da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra em 2024 foi marcada por uma marcha carregada de mística, simbolizando a determinação e a união das mulheres na luta pela reforma agrária popular. O objetivo principal da jornada era garantir a soberania popular, combater a fome, enfrentar a crise econômica e ambiental e denunciar todas as formas de violência no campo.

Essa marcha, impulsionada pela força e solidariedade das mulheres Sem Terra, representa um importante momento de resistência e mobilização coletiva. A

solidariedade entre elas não se limita à busca por políticas públicas, mas se orienta pela construção do comum, fortalecendo laços que vão além da reivindicação institucional. Por meio da mística, as participantes encontraram inspiração e coragem para seguir adiante na busca por justiça social e igualdade no campo brasileiro.

A presença marcante das mulheres Sem Terra nessa jornada demonstra o papel fundamental que desempenham na luta por direitos e na construção de um país mais justo e democrático. Ao marcharem juntas, elas reafirmam seu compromisso com a transformação da realidade e sua disposição para enfrentar os desafios que se apresentam.

É por meio de mobilizações como essa que as mulheres Sem Terra conseguem amplificar suas vozes, denunciar as injustiças e reivindicar seus direitos. A mística presente na marcha fortalece o espírito de solidariedade e resiliência, inspirando todas as pessoas envolvidas na luta por um futuro melhor para o campo e para o país como um todo.

Figura 04- Mística manifesta na marcha



Fonte: Arquivo do MST (2024)

A participação ativa das mulheres do Acampamento Terra Cabana na marcha "Da Amazônia à Palestina, Nenhuma à Menos", realizada em Belém, evidencia a solidariedade e o engajamento das mulheres Sem Terra em questões globais e em defesa dos direitos das mulheres em todo o mundo. A manifestação, promovida pela Frente Feminista, teve como objetivo expressar apoio às mulheres palestinas e denunciar as violações de direitos humanos que enfrentam.

Nesse contexto, a presença das mulheres Sem Terra na marcha destaca a importância de uma abordagem interseccional na luta feminista, que reconhece e

aborda as interconexões entre diferentes formas de opressão e injustiça. Além disso, demonstra a necessidade de solidariedade internacional entre os movimentos sociais e de uma visão ampla da luta por justiça e igualdade.

A agroecologia, como mencionado, desempenha um papel central nesse processo, oferecendo uma alternativa ao modelo agrícola dominante e promovendo práticas sustentáveis de produção de alimentos. Ao integrar a perspectiva agroecológica em suas lutas, as mulheres Sem Terra reafirmam seu compromisso com a defesa do meio ambiente, da soberania alimentar e do bem-estar das comunidades.

Portanto, a participação das mulheres Sem Terra nesta marcha representa um importante passo na construção de alianças solidárias e na promoção de uma agenda feminista ampla e inclusiva. Ao unirem suas vozes em defesa das mulheres palestinas e de todas as mulheres oprimidas, elas reafirmam seu papel como agentes de transformação social e defensoras dos direitos humanos.

Figura 05 - Mesa de negociação com o INCRA



Fonte: Arquivo do MST (2024)

A imagem retrata um momento crucial de diálogo e negociação entre as lideranças das mulheres Sem Terra da Regional Cabana e o superintendente do INCRA-SR01, Manuel Raimundo, após a realização da marcha em Belém. Essa mesa de negociação evidencia a busca das mulheres Sem Terra por soluções concretas para as demandas dos territórios e reforça o compromisso de continuar lutando por seus direitos.

No ano anterior, em 2023, as mulheres Sem Terra enfrentaram violência

durante as manifestações do dia 08 de março, demonstrando a persistência das adversidades e dos desafios enfrentados na luta por terra e democracia. As questões fundiárias, como desapropriação e criação de assentamentos, assim como a regularização e atualização dos registros de beneficiários, foram alguns dos temas discutidos durante as negociações.

No entanto, os desafios ainda persistem, e as mulheres Sem Terra continuam firmes em sua luta pela Reforma Agrária Popular. O objetivo é garantir alimentos saudáveis, combater a fome e enfrentar a crise climática e ambiental, enquanto denunciam de forma contínua as violências enfrentadas no campo. Essa mesa de negociação representa um passo importante na busca por justiça e igualdade no acesso à terra e aos recursos naturais, reforçando o papel ativo e determinado das mulheres Sem Terra na construção de um mundo mais justo e sustentável.

Figura 06 - Marcha do 8 de março de 2023



Fonte: Arquivo do MST (2023)

Dona Ira., assim como muitas outras mulheres Sem Terra, compartilha sua história de vida marcada pelo "tempo de Acampar", um período de luta e resistência que muitas vezes é negligenciado pelo Estado. Nesse relato, não buscamos reduzir a experiência das mulheres à categoria de gênero, mas sim destacar como essa categoria histórica é moldada por representações sociais e normativas que limitam a subjetividade dos sujeitos e permeiam as estruturas sociais e institucionais.

Em sua trajetória, Ira. oferece um olhar sobre a construção social do masculino e do feminino, evidenciando como essas normativas afetam suas vivências e lutas

dentro do movimento Sem Terra. Em sua entrevista, ela compartilha suas experiências, desafios e conquistas, destacando a importância de reconhecer e valorizar o papel das mulheres na luta pela terra e pela justiça social.

O relato de Ira. representa não apenas sua história individual, mas também a história coletiva das mulheres Sem Terra, que enfrentam obstáculos diários em sua busca por direitos e dignidade. É um lembrete poderoso da resiliência e da determinação dessas mulheres, que continuam a lutar por um futuro mais justo e igualitário, onde suas vozes sejam ouvidas e suas contribuições sejam reconhecidas.

Quantas coisas eu quero - estou com 18 anos eu não consegui, né, nós corremos o risco aqui de ser despejado. Eu sei como é que vai ficar aqui para frente, mas é assim, é uma luta, né? Uma batalha cada dia todo dia da nossa vida. A vida não é fácil eu já apanhei da polícia com a minha filha de colo (Entrevista com Dona Ira. concedida em 2022 no acampamento Terra Cabana).

A expressão marcante do sistema patriarcal se faz presente neste momento, caracterizado pela dominação estrutural dos homens sobre as mulheres. A categoria de gênero nos ajuda a compreender esse processo de subjugação e exploração que atravessa nossos corpos, moldando nossas experiências e oportunidades.

É importante ressaltar que o patriarcado tem suas raízes na opressão sobre as mulheres, assim como sobre as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. Esse sistema é fundamentado na divisão sexual do trabalho e na produção privada, anteriores ao que conhecemos hoje como capitalismo.

Para discutir a violência social, recorreremos aos autores Brilho, Alves e Lobos (2012), que definem violência como qualquer ato que viole ou constranja a integridade psicofísica do ser humano.

Ao conduzirmos entrevistas, buscamos integrar as vivências cotidianas com as narrativas da memória e da história oral, resignificando experiências por meio de místicas e relatos. Reconhecemos que essas histórias nem sempre são fáceis de ouvir, mas podem ser uma fonte de cura para as dores e sofrimentos vivenciados. Optamos por uma abordagem que não se limite a estruturas formais de questionários acadêmicos, mas que preserve seu vigor epistemológico.

Dessa forma, as entrevistas foram conduzidas de maneira mais informal, em um formato de bate-papo, visando à naturalização do diálogo e evitando constrangimentos, para que o estudo possa capturar com eficácia a realidade das experiências das entrevistadas.

É para dizer para aquelas pessoas que chegam dentro do acampamento que não tem água não, e se tenho hoje uma casa foi com muita luta. Aí eles ficam botando dificuldade problema, né? Eu acho que quando a gente vai para um lugar desse a gente sabe que não tem sabe não tem banheiro. A gente sabe que não tem água e energia não tem nada que a gente tem que, cada dia enfrentar, né e vencer esses obstáculos, o começo vai ser difícil, mas a vida é para seguir para frente, eu acho que na minha opinião é isso. (Entrevista com Dona Ira. concedida em 2022 no acampamento Terra Cabana).

A observação de Dona Ira. destaca um aspecto importante dos processos de ocupação e luta por terra: a necessidade de solidariedade e colaboração entre os ocupantes para enfrentar os desafios comuns. Ao mencionar que "eles colocam dificuldades", ela indica que alguns novos ocupantes podem não estar plenamente conscientes das dificuldades e dos esforços coletivos necessários para superá-las.

O desabafo de Dona Ira. reflete uma preocupação com a falta de compreensão ou comprometimento de algumas pessoas em relação aos princípios de cooperação e apoio mútuo que são fundamentais para o sucesso de uma ocupação. Ela expressa um incômodo ao perceber que alguns indivíduos podem não estar contribuindo de forma construtiva para alcançar os objetivos coletivos, como garantir acesso a recursos básicos como água, energia, saúde e educação.

Essa reflexão ressalta a importância de uma consciência coletiva e solidária dentro das ocupações, onde todos os ocupantes devem estar engajados em trabalhar juntos para superar os desafios e construir uma comunidade forte e resiliente. É um lembrete de que a solidariedade e a colaboração são fundamentais para o sucesso de qualquer empreendimento coletivo, especialmente em contextos desafiadores como os processos de ocupação de terra.

A trajetória de Ira. reflete a sua dedicação e comprometimento com a luta por terra e justiça social ao longo de muitos anos. Sua participação em várias ocupações em diferentes municípios do Pará evidencia sua disposição em resistir à pauperização e lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais e sem-terra.

Os locais onde Ira. esteve envolvida em ocupações, como o Acampamento Olga Benário, o Acampamento Quintino Lira, o Acampamento de Resistência Terra Cabana e o Acampamento do Tauá, representam pontos de resistência e mobilização popular contra as injustiças sociais e a concentração de terras. Esses espaços são fundamentais para a organização e articulação dos trabalhadores rurais na luta por reforma agrária e melhores condições de vida.

O retorno de Dona Ira. para a ocupação Terra Cabana após a morte de seu

companheiro, Paulo Vicente, demonstra seu vínculo emocional e sua determinação em continuar a luta mesmo diante de adversidades pessoais. A perda de um líder como Paulo Vicente pode representar um desafio para a continuidade da luta, mas o retorno de Iracy destaca a resiliência e a força do movimento em persistir na busca por seus objetivos.

Nesse contexto, a citação de Scott (2011) pode estar relacionada à importância da memória e da narrativa pessoal na construção da história e da identidade de um movimento social. O registro da trajetória de luta de Ira. contribui para preservar a memória coletiva do MST e inspirar as futuras gerações a continuarem a luta por justiça e igualdade.

[...] a insubordinação ostensiva provocará, em praticamente em qualquer contexto, uma resposta mais rápida e feroz do que uma insubordinação que pode ser tão penetrante, mas nunca se aventure a contestar as definições formais hierarquia e poder. Para a maioria das classes subalternas que de fato, tiveram historicamente escassas possibilidades de melhorar seu *status*, essa forma de resistência foi a única opção. O que pode ser realizado *no interior* dessa camisa de força simbólica é, não obstante, até certo ponto, um testemunho da persistência e inventividade humana (Scott, 2011, p.223).

A abordagem empregada nas entrevistas, como descrita, demonstra sensibilidade em relação à rotina e às atividades das mulheres entrevistadas. Ao garantir que as entrevistas não interferissem nas responsabilidades diárias das mulheres, como o trabalho na roça, os cuidados domésticos e o cuidado com as crianças, foi possível criar um ambiente mais acolhedor e propício para o diálogo.

O relato da senhora Re., que será apresentado a seguir, provavelmente refletirá não apenas suas experiências e perspectivas individuais, mas também as realidades compartilhadas por muitas mulheres que enfrentam desafios semelhantes em suas vidas cotidianas. Essa abordagem respeitosa e inclusiva permite que as vozes das mulheres sejam ouvidas de maneira autêntica e significativa, contribuindo para uma compreensão mais completa e contextualizada de suas lutas e resistências.

Mãe do Rio creio, e já conheço um pouco, a maioria da minha família são da reforma agrária. Sempre foram são da reforma agrária... tanto que eu conheci o Ganser (político do Partidos dos trabalhadores-PT), sabia sempre fui do PT, são pessoas humildes, né? E acolhem as pessoas humildes. Vim para Belém sustentar os meus filhos que nessa época eu não tinha casa, eu não tenho estudo completo, sou analfabeta no caso, né? E é isso, vim para Santa Bárbara e lá conheci pessoas que moravam no Terra Cabana e me convidaram para conhecer e possivelmente, até pegar um lote para mim... (Entrevista com Re., concedida em meio aos serviços domésticos ao som da água com o enxague da lavagem de louça, em 2022 no acampamento TerraCabana).

Ao relatar sua jornada, a senhora Re. demonstra uma compreensão clara de suas circunstâncias e das oportunidades que a luta pela reforma agrária pode oferecer. Sua disposição para enfrentar desafios e buscar uma vida melhor para si e sua família é evidente, assim como seu reconhecimento da importância da solidariedade e do apoio mútuo entre os membros da comunidade. Suas palavras destacam a resiliência e a determinação das mulheres que enfrentam dificuldades em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, ao mesmo tempo em que ressaltam a importância da organização coletiva na busca por justiça e igualdade.

Scott (2011) destaca a importância de reconhecer e valorizar a história das mulheres que sempre estiveram na linha de frente de suas próprias lutas, resistindo à opressão e rejeitando a submissão imposta pelo discurso colonial. Essas mulheres, ao longo da história, têm sido protagonistas de suas próprias narrativas de resistência e emancipação, desafiando as estruturas de poder e buscando sua autonomia em seus territórios.

Ao construir um projeto, que é político-pedagógico, voltado para a emancipação feminina e a quebra das cercas da ignorância, é fundamental considerar essa história de resistência e protagonismo das mulheres. Isso implica em reconhecer suas lutas, suas conquistas e seus desafios, bem como em promover espaços de reflexão e aprendizado que valorizem suas experiências e promovam sua participação ativa na construção de um mundo mais justo e igualitário.

Nesse sentido, esse projeto político-pedagógico deve ser pautado pela promoção da autonomia das mulheres em seus territórios, pela desconstrução de narrativas opressoras e pela valorização de suas vozes e saberes. Ao integrar a luta pela terra com a luta pela autonomia das mulheres, esse projeto se torna uma ferramenta poderosa para a transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada.

Em outras palavras, é possível dizer algo significativo sobre o peso relativo da consciência, por um lado, e da repressão (na verdade, lembrada ou potencial), por outro, no que diz respeito à contenção dos atos de resistência (Scott, 2011, p. 231).

Nesse sentido, Scott (2011) aponta que o grau de resistência de um grupo ou comunidade pode ser influenciado tanto pela sua consciência das injustiças quanto pelo medo das consequências da resistência. Em outras palavras, quanto mais

conscientes são as pessoas sobre as formas de opressão que enfrentam e sobre as possibilidades de resistência, mais propensas podem ser a desafiar essas estruturas. No entanto, a presença ou ameaça de repressão pode atuar como um impedimento significativo, limitando a disposição ou capacidade das pessoas de se engajarem em atos de resistência.

Portanto, a compreensão desses dois elementos - consciência e repressão - é essencial para entender os processos de resistência e as dinâmicas de poder em uma sociedade. O equilíbrio entre esses dois fatores pode variar dependendo do contexto histórico, social e político, e pode influenciar significativamente a forma como os movimentos de resistência se desenvolvem e são moldados ao longo do tempo.

Assim, a trajetória das mulheres no processo de ocupação no acampamento Terra Cabana é marcada por uma série de desafios, conquistas e lutas que refletem não apenas a busca pela terra, mas também pela igualdade de gênero e justiça social. Desde o início do movimento de ocupação, as mulheres desempenharam um papel fundamental, enfrentando as adversidades do campo e contribuindo ativamente para a construção e organização da comunidade.

No contexto da ocupação, as mulheres enfrentaram e enfrentam duplas jornadas de trabalho, combinando as responsabilidades domésticas com as atividades agrícolas e de mobilização política. Elas são responsáveis pelo cuidado da família, pela produção de alimentos e pela participação em assembleias e decisões coletivas. Essa sobrecarga de trabalho muitas vezes é agravada pela falta de infraestrutura básica no acampamento, como acesso à água potável e serviços de saúde.

No entanto, apesar dos desafios, as mulheres do acampamento Terra Cabana demonstram uma notável resiliência e determinação em enfrentar as dificuldades. Elas se organizam em grupos de apoio mútuo, compartilhando tarefas e experiências para superar as adversidades do dia a dia. Além disso, elas se engajam ativamente em atividades de conscientização e mobilização, participando de manifestações, protestos e negociações com as autoridades locais e estaduais.

Ao longo do processo de ocupação, as mulheres têm conquistado importantes vitórias e avanços na luta pela terra e pela igualdade de gênero. Elas têm se destacado como líderes e articuladoras do movimento, defendendo seus direitos e os direitos de suas famílias com coragem e determinação. Sua presença ativa e protagonismo no acampamento Terra Cabana são um testemunho da sua força e da sua contribuição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e

igualitária.

3.2 O papel da mística na organização das mulheres do Acampamento Terra Cabana

Nos estreitos laços que consegui desenvolver junto ao MST e seus vínculos com a cultura e a educação popular, considero que me trouxeram de volta ao meu processo educacional que se deu ao longo de minha formação, tendo a mística como ponto de encontro para o levante dessa inercia.

Durante o período de pandemia do Covid-19, da crise sanitária e um longo processo de isolamento social, vivemos em uma frenética sensação de despejo da ocupação Terra Cabana, além do aumento da desigualdade social e destruição de políticas públicas que fortalecem os direitos da classe trabalhadora, em especial para as pessoas do campo.

Nesta ocupação, organizam-se as famílias e se realizam atos simbólicos que se tornam espaços de resistência e carregam a mística da luta pela terra.

Para Bogo (2002):

A mística da ocupação é diferente da mística do Assentamento. O primeiro se organiza para a ação, o segundo para a passividade. Para fazer o acampamento, todos os sem-terra se envolvem de uma forma ou de outra; para funcionar um assentamento e uma cooperativa, dependente do sistema que se adota, só as lideranças se envolvem e, por isso, a grande massa que impulsionou a transformação do latifúndio em terra repartida adormece à espera de que dirigentes desenhem seus sonhos (Bogo, 2002, p.82).

No caso da ocupação Terra Cabana é possível visualizar o envolvimento e a participação das acampadas e dos acampados na construção cotidiana do espaço e da luta pela terra, e concordamos com Bogo (2002) que a mística da ação, do envolvimento, da coletividade, e da materialização conjunta do sonho está manifestada explicitamente, e acaba sendo o combustível para a recriação do espaço na perspectiva da Reforma Agrária Popular.

Freda Indursky (2014) entende que a mística, de uma forma geral:

[...] consiste em *acontecimentos sócio-políticos* que se manifestam em práticas discursivas e não-discursivas através das quais os *sem-terra identificam-se e reidentificam-se* com os saberes do MST. Esses rituais simbolizam uma forte *economia coletiva do desejo*, atualizando a memória de suas lutas em contraposição a saberes-outros, oriundos de campos diferentes e/ou adversos da sociedade (Indursky, 2014, p. 110).

A mística, nascida nos domínios religiosos, encontra suas raízes no vínculo

profundo entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Igreja Católica, especialmente por meio da atuação da Pastoral da Terra. Como observa Indursky (2014), essa conexão inicial com o discurso religioso remete à contemplação do homem em relação a Deus, um legado perceptível nas práticas místicas de São João da Cruz, um dos pilares da Contra Reforma.

No decorrer do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, movimentos político-religiosos proliferaram por todo o Brasil, impulsionados por líderes carismáticos conhecidos como beatos, que personificavam o que se convencionou chamar de messianismo. Exemplos emblemáticos incluem figuras como Antônio Conselheiro, que liderou o arraial de Canudos na Bahia, e o Beato José Maria, central na Revolta do Contestado na fronteira entre Santa Catarina e Paraná (Indrsky, 2014).

É intrigante refletir se algo semelhante teria ocorrido no seio do Movimento Sem Terra. Porém, é crucial destacar que, enquanto nos movimentos anteriores a mística frequentemente se manifestava por meio do messianismo, no MST essa dimensão é ressignificada. Conforme salienta Indursky (2014), a mística, ao migrar do domínio religioso para o político, carrega consigo resquícios do sagrado, mas sua essência se volta para questões terrenas.

Especialmente vinculada a teologia da libertação, a mística vincula a espiritualidade e a militância na luta por direitos e pela justiça social. Ela torna-se uma dimensão integradora que busca reanimar constantemente as ações políticas em busca de uma experiência humana que busque a construção de um mundo novo e novas relações humanas sociais. Nessa perspectiva a mística é uma força criativa e inovadora que leva à coragem, à resistência, ao protesto, sendo, portanto, um ato de amor e política na defesa dos povos oprimidos, ela vincula espiritualidade e política, e se expressa diante da conjuntura ou mesmo da cultura de determinados povos. Assim, a festa, a poesia, a celebração das conquistas e do sonho, a ternura, e a transcendência da realidade imediata são parte da mística que associa a convicção e o esforço individual e coletivo nas lutas pela libertação dos povos oprimidos (Boff; Betto, 1994).

No MST, a mística emerge como uma prática que ritualiza o político, distanciando-se do viés religioso. Ela se torna um instrumento de mobilização e conscientização política, transformando as experiências individuais em engajamento coletivo e identidade comum. Essa metamorfose da mística, conforme argumentado por Indursky (2014), reflete a complexidade das relações entre o sagrado e o político

no interior do movimento.

Durante a participação dos Círculos de Diálogos com mulheres do MST, uma atividade impulsionada pelo Setor de Gênero no intuito de resgatar e reavivar a memória da participação das mulheres na luta pela terra, por ocasião do aniversário dos “40 anos de MST”, foi possível identificar relatos primorosos que dialogam com o tema dessa dissertação. Por exemplo, num desses diálogos, em lembrança de uma atividade sobre educação do campo em uma audiência pública, algumas mulheres relataram:

Percebemos que a mística ainda é um mistério para nós, mas quando foram trazidos os elementos (bandeira, músicas, performances, poesias) em um momento em que estávamos em uma audiência sobre as nossas escolas de educação do campo com a promotora da Vara Agrária de Castanhal, Ione, e os acampamentos Terra Cabana e Chico Mendes, a Be., cantou um refrão: “eu quero uma escola do campo, que não tenha cercas e não tenha muros, onde vamos aprender a sermos construtores do futuro”. Ambas cantam. A gente canta a música e ao mesmo tempo estamos entendendo o significado dela, não apenas o significado na nossa percepção teórica do nosso entendimento, mas vivenciando, quando cantamos” (Depoimento de Ca. durante Círculo de Diálogo com mulheres do MST, em abril de 2024).

Ca. continua dizendo e cantando “olha, eu quero uma escola do campo, que não tenha cercas e não tenha muros, onde vamos aprender a sermos construtores do futuro”. E continua Be. “Essa é a nossa proposta, de sermos construtoras do futuro”.

As falas de Ca. e Be. refletem não apenas um momento de expressão cultural e política, mas também uma profunda reflexão sobre os ideais e os desafios enfrentados pelos movimentos sociais, especialmente no contexto da educação do campo e das lutas pela terra.

Ao mencionar que “a mística ainda é um mistério para nós”, Ca. ressalta a importância dos elementos simbólicos como bandeiras, músicas, performances e poesias dentro do movimento. Esses elementos não são apenas formas de expressão artística, mas também instrumentos para fortalecer a identidade coletiva e inspirar ações de resistência e mobilização. A mística, nesse contexto, serve como um elo emocional que une os participantes em torno de um propósito comum, transcendendo as barreiras da teoria para a prática vivencial.

A citação do refrão “eu quero uma escola do campo, que não tenha cercas e não tenha muros, onde vamos aprender a sermos construtores do futuro” durante uma audiência sobre escolas de educação do campo demonstra um desejo profundo por uma educação libertadora e integrada ao contexto rural. A música não é apenas uma

forma de entretenimento, mas um veículo poderoso para transmitir ideias e ideais de forma acessível e memorável.

A ênfase de Ca. e Be. em "entender o significado" da música não apenas teoricamente, mas através da vivência, destaca a importância da experiência prática na formação de consciência crítica e engajamento político. A música não apenas transmite palavras, mas também valores e aspirações compartilhados pelo movimento.

Essa abordagem ressoa com os princípios da pedagogia Freireana, onde a aprendizagem é uma prática dialógica e transformadora, e demonstra também o papel pedagógico da mística e suas expressões artísticas (como a música) na formação da consciência que assume com suas mãos a construção da própria história. Ao afirmar que "essa é a nossa proposta de sermos construtoras do futuro", Ca. e Be. destacam o compromisso com a transformação social e a construção de um futuro mais justo e igualitário. A frase não se limita à educação do campo, mas ecoa o desejo de autonomia e empoderamento das comunidades rurais, desafiando as estruturas de poder estabelecidas e reafirmando a importância da participação ativa na construção de políticas públicas inclusivas e representativas.

Dessa forma, a mística no MST transcende suas origens religiosas para se tornar uma expressão política e social que fortalece a identidade e a luta dos trabalhadores rurais sem terra. Sua evolução, ancorada nas reflexões de Indursky (2014), revela uma trajetória de ressignificação e adaptação às demandas políticas e sociais do movimento, destacando a vitalidade e a relevância dessa prática cultural dentro do contexto da luta pela reforma agrária no Brasil.

As místicas são representações artísticas desenvolvidas coletivamente pelos militantes do Movimento Sem Terra (MST) desde sua origem. Elas têm o objetivo de manter o engajamento e a unidade dos militantes na luta pela reforma agrária no Brasil. Essas representações são feitas por meio de símbolos que conectam os fatos da luta com uma experiência de elevação da alma, impulsionando os militantes ao avanço da luta (Stedille, 1999).

Morisawa (2001) identifica que nas lutas sociais, existem momentos de repressão que parecem ser o fim de tudo, mas, aos poucos, uma energia misteriosa toca cada um, e a luta recomeça com maior força. Essa energia é o que chamamos de "mistério" ou de "mística". Sempre que algo se move em direção a um ser humano para torná-lo mais humano, aí está se manifestando a mística.

A mística unifica a luta, fortalece a identidade dos assentados e acampados e

torna-se um símbolo para os militantes do MST. Ela não deve ser apresentada somente em grandes eventos, mas realizada em todos os encontros ou festividades que reúnam muitas pessoas, pois é uma manifestação coletiva de um sentimento (Stedille, 1999).

Os grupos de teatro do MST estão intimamente ligados a assentamentos ou acampamentos e são desenvolvidos com a supervisão e assessoria do Coletivo de Cultura (Santos, 2006; Bôas, 2006). A parceria entre o MST e o Centro do Teatro do Oprimido (CTO), de Augusto Boal, teve início em 2000, com a realização de um curso de capacitação exclusivo para ativistas do MST em todo o Brasil (CTO, 2000). Essa parceria formalizou-se em 2001, trazendo um caráter sistemático à prática teatral no movimento (Bôas, 2006).

O Teatro-Fórum, apropriado por outros setores do MST, tornou-se um processo de avaliação das turmas do Curso Básico de Formação de Militantes da Escola Nacional Florestan Fernandes (Bôas, 2006). Nesse sentido, o teatro adquire dimensões que ultrapassam os limites da mera encenação artística e passa a ter um caráter de formação pedagógica e instrumento de avaliação das atividades do Movimento (Bôas, 2006).

Foi utilizando o teatro em uma campanha de alfabetização no Peru, em 1973, que Boal começou a desenvolver uma técnica teatral que naquele momento chamou de Dramaturgia Simultânea (Boal, 2005b). Assim nasceu o Teatro Fórum (TF), a mais utilizada das técnicas do TO e que, por isso mesmo, trataremos de forma mais detalhada neste artigo. Segundo Boal, no início o TF (Silva, 2014, p. 29).

A produção teatral para o público externo ao MST desempenha um papel fundamental na disseminação das reais intenções do movimento, sem filtros midiáticos distorcidos. O Teatro do Oprimido torna-se um canal de comunicação para alcançar aqueles que estão fora do movimento, permitindo que compreendam suas ações e objetivos (Pavis, 2005).

A Brigada de Teatro do MST mantém um vínculo permanente com grupos profissionais de teatro. Observando a seriedade com que o MST encara a prática teatral, fica evidente como o Teatro se tornou um instrumento de diálogo interno e externo ao Movimento, promovendo o engajamento político e a conscientização das questões sociais (Bôas, 2006).

Certa vez, na construção de uma mística para o final de ano no Acampamento Terra Cabana, nos reunimos numa tarde para refletir sobre como estruturar a mística

durante a confraternização com os acampados. Neste contexto, enfrentávamos desafios de comunicação entre evangélicos, católicos e membros dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMAS). Particularmente, alguns evangélicos assembleianos relutavam em participar, expressando desrespeito pejorativo aos praticantes de outras crenças.

Como então conceber a mística? Reconhecemos que a estrutura da mística era essencial para o evento, incluindo aspectos físicos do ambiente e convívio coletivo, como o caso da alimentação (consideramos um café da manhã coletivo), a própria decoração e o envolvimento com convidados.

O primeiro passo para a construção do ato místico foi o de buscar alcançar os corações daqueles que relutavam em se unir. Optamos por promover valores como solidariedade, união e coletividade, com líderes religiosos de cada segmento convidados a falar. Mas como implementar isso? Inicialmente, aceitamos algumas condições até mesmo para ganhar tempo e confiança ao que era proposto naquele momento.

Para abrir o encontro, realizamos uma mística emocional, lembrando os seis trabalhadores rurais e três funcionários da empresa G5 Internet Telecom que perderam suas vidas numa explosão causada por um defeito na rede elétrica, no Acampamento Terra e Liberdade em Parauapebas (PA). Fato que ocorreu em dezembro de 2023.

A abertura ocorreu ao ar livre, no Ginásio Che-Guevara. Iniciamos com um minuto de silêncio em memória das nove vítimas, cujos nomes foram citados, seguido pelo uníssono grito de ordem: "presente! presente! presente!" Em seguida, simbolicamente, plantamos uma muda de árvore, marcando o compromisso com a memória e a renovação no Acampamento Terra e Liberdade em Parauapebas (PA).

Figura 7 - Plantio de mudas de árvores em memória aos trabalhadores



Fonte: Arquivo do Setor de Comunicação MST – PA, 2023

Figura 8 - Encerramento da atividade de confraternização no Acampamento



Fonte: Arquivo do Setor de Comunicação MST – PA, 2023

Após os momentos de reflexão e união, retornamos ao Ginásio Che-Guevara com poesias inspiradoras. Em seguida, cada representação religiosa presente fez uma saudação, encerrando o evento com um grande círculo de solidariedade, onde permanecemos de mãos dadas.

Refletindo sobre a relação entre a Mística e o Teatro, percebe-se as especificidades dessas manifestações culturais, sendo que a Mística se desenvolve esteticamente e constrói ou é representada em imagens poderosas que compõe os encontros, eventos, assembleias e cursos de formação. Esses momentos desafiam ainda mais a curiosidade sobre as manifestações teatrais no MST.

O Teatro Fórum, principal modalidade do arsenal do Teatro do Oprimido, foca na criação de peças relacionadas a situações de opressão, que são debatidas por meio da prática teatral (Boal, 1999). Essas peças abordam temas como racismo, machismo, violência doméstica, discriminação dos sem-terra nas escolas urbanas e preconceito em torno da educação sexual (Bôas, 2006).

A partir desse sistema do CTO, os assentamentos e acampamentos são desafiados a buscar soluções para seus problemas, promovendo não apenas o engajamento político, mas o diálogo entre os militantes (Bôas, 2006). O Teatro do Oprimido demonstra sua capacidade de identificar problemas de opressão e discriminação enfrentados pelas comunidades, que muitas vezes são difíceis de serem discutidos em reuniões e assembleias (Bôas, 2006).

Por meio dessas influências do CTO, os militantes do MST conseguem elaborar o teatro com função política, tanto dentro quanto fora do movimento, promovendo o empoderamento e a conscientização das comunidades (Bôas, 2006).

No ano de 2020, em um desses momentos que trazem a mística como ferramenta de envolvimento entre os acampados/as, ocorreu o I Encontro das Mulheres na ocupação Terra Cabana, com o tema “Mulheres contra o vírus e as violências”, realizado em dia 05 de setembro de 2020.

Figura 09 - Reunião de preparação do I Encontro de Mulheres Sem Terra no Acampamento Terra Cabana



Fonte: Arquivo do acampamento Terra Cabana (2020)

As mulheres, em círculo, ritualizaram as vivências de lutas de algumas mulheres históricas no cenário brasileiro. Num desses momentos houve uma encenação realizada por uma senhora chamada Ângela Alves. Aqui trazemos uma fala de Ângela sobre Margarida Alves: “*é melhor morrer na luta do que de fome!*”.

Ângela é uma mulher de 55 anos, mulher negra mãe, agricultora e acampada que luta para conquistar sua terra. Essas palavras destacam necessidades básicas, que deveriam ser garantidas, e marcaram a passagem das místicas, várias mulheres em uma só voz.

Após a encenação vieram à tona algumas reflexões causadas pelo impacto dessa ação de caráter educativo, onde aquelas mulheres, sujeitos políticos, cognitivos, éticos, sociais, culturais, emocionais, que carregam a memória coletiva vivências e de indignação se fazem sujeitos de presente ativo e de busca de um futuro mais digno.

É importante destacar que em meio a uma conjuntura política de crise sanitária, este Acampamento foi noticiado com uma reintegração de posse e pedido de desocupação do espaço, sem nenhuma assistência mínima as 68 famílias que residem nesse local.

As famílias resistiram diante da opressão e exclusão dos direitos básicos num cenário político e econômico bastante desfavorável para a classe trabalhadora no Brasil. Os desmontes de políticas públicas em saúde, educação e cultura vieram acompanhadas pelo negacionismo da ciência e a criminalização dos movimentos sociais de forma mais intensa. Nesse sentido, a busca de constante reinvenção da vida concreta, buscando não abandonar a produção da existência enquanto matriz do princípio educativo da formação humana, o acampamento, a mobilização se fazem pedagógicos, são ferramentas de existência, mas também de aprendizagem, de conscientização.

A mística como linguagem educativa desenvolvida nos encontros, nas ações políticas de protesto, é repleta de gestos, simbologias, de canções e poesia, de ferramentas de trabalhos, bandeiras, de expressão corporal, tudo isso integrado as formas de luta e reivindicações como, por exemplo as lutas junto ao Instituto de Terra do Pará - ITERPA, as rodas de conversas, as práticas de mutirões, as reuniões de núcleos quinzenais, a reunião semanal da militância e coordenação, o exercício dos princípios organizativos do MST.

Assim, a mística é parte da práxis humana dessa gente na luta pela existência,

e pela re-existência de suas famílias aprendendo a ser coletivo na luta pela Reforma Agrária Popular.

No Acampamento Terra Cabana, a resolução de conflitos acontece de forma coletiva, sempre com muita escuta e diálogo. As assembleias são momentos essenciais, onde tanto as tensões do dia a dia quanto questões mais profundas, como as violências estruturais, são trazidas à tona e discutidas com base no respeito e na solidariedade entre os acampados. A metodologia do Teatro do Oprimido é uma das ferramentas que ajudou a criar esses espaços, permitindo que, de maneira simbólica, os moradores possam vivenciar e refletir sobre formas de lidar com a opressão e os desafios que enfrentam juntos.

Nas assembleias, todos são incentivados a compartilhar suas vivências, e a busca por soluções é sempre coletiva, fortalecendo os laços entre os participantes e criando um ambiente de apoio mútuo. Essa forma de enfrentar os conflitos vai além de resolver problemas imediatos; ela ajuda a transformar as relações dentro do acampamento, promovendo uma consciência coletiva que reconhece as diferentes opressões – de gênero, raça e classe. Ao adotar essa abordagem, o acampamento reforça a autonomia das pessoas, em especial das mulheres, que ganham mais voz e poder nas decisões que impactam suas vidas e a comunidade.

Assim, a luta pela Reforma Agrária Popular, a qual o Movimento Sem Terra se inscreve, e ainda construiu como formulação, está calcada juridicamente no cumprimento da função social da terra, que de acordo com a Constituição Nacional de 1988, indica que, buscando erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais, cabe a união realizar a desapropriação de terras, imóveis que não cumprem essa função social, para fins de interesse social.

Neste programa de Reforma Agrária popular, a democratização da terra, as sementes como patrimônio da humanidade e a serviço dos povos, a água como alimento da natureza em benefício da humanidade e a soberania popular em energia, são as bases pelas quais se propõe uma nova estrutura agrária. Dessas bases, ainda se enfatiza: a organização cooperada da produção agrícola; a construção de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia; a educação do campo; infraestrutura para o desenvolvimento humano nas comunidades camponesas; a saúde humana, do solo e da biodiversidade; assim como a construção de novas relações sociais de gênero (MST, 2014).

Desse modo, a formação proposta pela reforma agrária popular está

inevitavelmente ligada a transformação da realidade, na busca pela criação básica das condições de reprodução e produção da vida. E, nesse sentido, são inseparáveis o acesso à terra, ao trabalho, à moradia, à saúde, transporte, educação e comunicação.

Percebe-se na pedagogia do Movimento somos continuamente desafiados a intervir na realidade. Nossa ação se qualifica na medida que sabemos interpretar a realidade para transformá-la. Quero destacar que o fato da minha vivência no espaço anteceder das análises sociológicas que me proponho a realizar, pode ser visto como algo positivo na medida que me afasto do risco de investigar com o olhar moldado a encaixar os dados, em algumas teorias pré-concebidas. Acredito que ao contrário, usarei a teoria a luz da realidade do cotidiano, observadas em campo, principalmente pelas mulheres e mulheres negras, pois esse espaço que me proponho a analisar é majoritariamente vivido por corpos negros.

Esse espaço socioterritorial a que nos propomos a analisar ainda é atravessado pela especificidade da intervenção organizativa de um movimento social popular reconhecido mundialmente por sua proposta política, e por isso, o olhar também é carregado pelo compromisso militante que esse estudo se propõe debruçar-se.

Uma ocupação, um acampamento, é, portanto, “uma escola a céu aberto”. Um território em que o campo se faz gente e gente se faz campo. A ocupação, este espaço coletivo confunde-se no seu modo de ser de cada integrante que nele se reconstrói, contrapondo-se à estrutura perversa do sistema capitalista, assim a luta se reinventa e se ressignifica, na asfixia do transpor da escrita, pois não preenche os sentimentos místicos ao convite de científicá-las. E, nesta “escola a céu aberto” – o acampamento, que a mística cotidiana se faz e refaz, através de ações coletivas, através da conexão dessas mulheres que se fortalecem pisando e trabalhando na terra e no devir, através dos momentos conjuntos de discussão, de organização interna, de projeção do sonho, de produção agroecológica, de ações criadoras e criativas que melhoram as condições de vida do acampamento, de preparação do amanhã.

Essas ações concretas e carregadas de subjetividade, materializam o desejo e a perspectiva de futuro no cotidiano da produção e reprodução social da vida. Ao mesmo tempo, produzem processos de consciência e politização dessas mulheres que se engajam de corpo e espírito, aprendem sobre si mesmas, sobre esse ser coletivo organizativo, sobre o papel da mulher e da mulher negra na luta pela Reforma Agrária Popular e transformação societária, como se fosse continuidade das históricas

batalhas de suas ancestrais.

3.3 Apontamentos sobre algumas estratégias de produção e reprodução social da vida das mulheres negras acampadas

A pesquisa realizada pela professora Melissa da Universidade Federal do Pará revela um dado marcante: 90% das pessoas acampadas no “Terra Cabana” se declaram pardas ou pretas. Isso lança luz sobre a realidade dessas comunidades, onde o trabalho de reprodução é realizado, em grande parte, por mulheres negras e pobres, uma herança do período escravocrata no Brasil. Nesse contexto, é pertinente mencionar a entrevista concedida por Silvia Federici durante sua visita ao Brasil em 2017, na qual ela enfatizou a diferença entre o regime capitalista e a classe trabalhadora na Europa e os lugares onde o sistema escravista foi predominante. No Brasil, grande parte da classe trabalhadora é preta ou parda, e advém de uma formação socioeconômica marcada pelos processos colonizatório, escravista, de servidão, de expulsão e expropriação da população de seus territórios, em detrimento do privilégio de classes mais abastadas, que sugaram historicamente a energia do trabalhador e da trabalhadora para seu enriquecimento.

É interessante observar como esse contexto se manifesta na experiência de Ângela Maria, mulher negra, uma das primeiras mulheres a ocupar a terra no Acampamento Terra Cabana. Um dos diálogos que chama atenção é a frase por ela proferida: “Deus no céu e o MST na terra”, indicando o papel que este movimento tem na sua trajetória e concepção de mundo. Esta expressão ressoa profundamente com a complexidade teórica que tentamos conferir ao universo dinâmico da ocupação. Nas áreas ocupadas, encontramos famílias camponesas que perderam suas terras, muitas vezes vendidas devido às dificuldades e distâncias das cidades, outras famílias expulsas de seus territórios pelos conflitos agrários que tem se complexificado nas últimas décadas devido ao desenvolvimento do capital no campo, manifestado através do agronegócio, do hidronegócio e da mineração em larga escala.

Figura 10 - Registro da Dona Ângela: marcha das mulheres (08.03.2023)



Fonte: Reportagem veiculada em www.amazonialatitude.com

Com seu lenço de chita, chapéu de palha e segurando um pedaço de madeira com a bandeira do MST na ponta, Dona Ângela se apresenta com um olhar firme e profundo, os olhos marejados de determinação. Ela representa não apenas a luta pelo fim da violência contra as mulheres, mas também semeia a resistência que desafia as estruturas capitalistas, racistas e patriarcais, buscando forjar um mundo novo.

Pela importância da imagem, registramos a memória desse rosto, o de dona Ângela, que dialoga com os escritos recentes da estudiosa e feminista Silvia Federici, na sua obra “Mulheres e a caça às bruxas”. Essa associação entre a imagem e as reflexões da autora, me fez lembrar uma passagem dos seus escritos: “[...] na relação entre caça às bruxas e o processo contemporâneo de cercamento e privatização das terras” (Federici, 2019, p.22).

A presença de Dona Ân. na marcha das mulheres em 08 de março de 2023 também nos convida a refletir sobre a persistência das formas contemporâneas de violência e controle sobre o corpo das mulheres. A conexão estabelecida por Silvia Federici (2019) entre a caça às bruxas histórica e as políticas atuais de controle reprodutivo ressoa de forma poderosa neste contexto. Federici (2019) argumenta que a perseguição às mulheres através da caça às bruxas foi um mecanismo para disciplinar e controlar não apenas as suas práticas de cura e conhecimento, mas também suas vidas reprodutivas, subjugando-as ao controle estatal e religioso sobre sua sexualidade e reprodução.

Em outro plano a autora aborda a discussão da íntima relação entre a caça às bruxas e o aumento do controle do corpo da mulher por meio do controle estatal sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva (Federici, 2019). Podemos associar essa discussão ao recente Projeto de Lei 1904/24 no Brasil que de maneira polêmica iguala o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive no caso de gestação resultante de violência sexual.

No Brasil contemporâneo, o Projeto de Lei 1904/24 exemplifica essa tentativa de restringir ainda mais os direitos reprodutivos das mulheres, equiparando o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, mesmo em casos de gestação resultante de violência sexual. Essa legislação representa não apenas um retrocesso nos direitos conquistados pelas mulheres, mas também uma forma de controle estatal que perpetua a marginalização e a violência contra elas.

Dona Ân., ao marchar com seu lenço de chita e bandeira do MST, não apenas protesta contra essa realidade, mas também simboliza a resistência feminina que desafia essas estruturas de poder. Sua presença na marcha é um testemunho vivo da necessidade urgente de proteger e ampliar os direitos das mulheres, especialmente em um momento de retrocessos legislativos e ataques aos direitos humanos.

Além disso, a participação de Dona Ângela na marcha ressalta a importância de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres negras e camponesas para os movimentos sociais no Brasil. Ela personifica a força e a resiliência das mulheres que, há séculos, lutam não apenas pela igualdade de gênero, mas também pela justiça social, racial e econômica.

Assim, ao registrar a presença e a voz de Dona Ân. na marcha das mulheres, reconhecemos não apenas um momento de resistência, mas também um chamado à ação coletiva para transformar as estruturas opressivas que continuam a perpetuar a violência e a desigualdade de gênero em nossa sociedade.

Portanto, essa criminalização dos corpos femininos, em especial da mulher negra, será a mais afetada pelas condições sociais, por apresentarem, desafios e características peculiares, influenciadas por questões históricas, sociais e econômicas. A intersecção entre a experiência de mulheres negras e pobres na reprodução social, a herança da escravidão e a análise crítica das estruturas econômicas e sociais é essencial para compreendermos a complexidade desse cenário.

Como a maioria da população negra ocupa os espaços de pobreza, vulnerabilizados por políticas públicas de habitação e infraestruturas precárias as mulheres negras, maioria na população também nestas áreas, acabam sofrendo ainda mais todas estas iniquidades (Franco;Francisco; Tavares, 2017, p. 12).

Neste sentido, as condições de produção e reprodução social da vida da população negra, da população sem-terra, e melhor definindo, das mulheres negras sem-terras, é historicamente estruturada nas parcas condições de renda, de habitação, saúde, acesso à educação e à cultura, ao mesmo tempo em que o trabalho, triplicado, esteve sempre vinculado aos serviços domésticos, ao cuidado dos filhos, filhas e idosos, aos trabalhos precarizados nas periferias urbanas, aos trabalhos informais (sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas).

O trabalho doméstico e de cuidado desempenhado pelas mulheres na Europa, mesmo quando também trabalhavam fora de casa, era entendido como essencial para cuidar dos trabalhadores e garantir sua produtividade. Essa abordagem fazia parte de um projeto capitalista de investimento na classe trabalhadora, fornecendo-lhes condições para serem mais produtivas. No entanto, na África e na América Latina, essa dinâmica era diferente. O Estado não estava preocupado em investir nos trabalhadores, mas em consumi-los. Nesse contexto, a tarefa das mulheres não era reproduzir sua própria comunidade, mas sim sustentar a vida dos ricos (Federici, 2016).

Segundo Gonzalez (2020), ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Essas mulheres enfrentam não apenas as barreiras impostas pelo machismo, que limitam suas oportunidades e restringem sua autonomia, mas também sofrem as consequências do racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

A interseção entre racismo e sexismo resulta em uma experiência única de marginalização e exclusão, na qual as mulheres negras são frequentemente invisibilizadas e desvalorizadas. Elas enfrentam obstáculos adicionais em suas trajetórias educacionais, profissionais e sociais, devido às múltiplas formas de discriminação que enfrentam diariamente (Gonzalez, 2020).

Essas mulheres são frequentemente estereotipadas e objetificadas, sendo vistas como hipersexualizadas, agressivas ou incompetentes, com base em preconceitos profundamente enraizados na sociedade. Esses estereótipos limitam

suas oportunidades de progresso e perpetuam a desigualdade estrutural que as coloca em desvantagem em relação a outros grupos sociais.

Nesse contexto, é relevante observar a sensibilidade de Federici em relação à questão racial, evidenciada por sua proximidade com os movimentos abolicionistas e com os *Black Panthers* (Panteras Negras) na década de 1970. Sua experiência como professora na Nigéria também ampliou sua compreensão das lutas e desafios enfrentados pelas comunidades negras, fortalecendo sua atuação como acadêmica. (Federici, 2016). A compreensão dessas interseções entre gênero, raça e classe é fundamental para abordar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras e promover a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Durante uma entrevista para a Revista Cult em 2017, Federici foi questionada sobre o significado da Terra como uma possibilidade de conexão, uma palavra de grande importância para os povos originários e comunidades tradicionais no Brasil. Em sua resposta, ela destacou a ancestralidade como uma memória coletiva e a habilidade de preservar a identidade e os valores de um povo. Essa conexão com as raízes culturais e históricas é fundamental para compreendermos o papel da terra e das comunidades na luta pela justiça social e ambiental.

A ancestralidade é a memória coletiva, é a habilidade de preservar a si mesmo neste mundo que é maior do que você. E o capitalismo tenta destruír nossas memórias. Ele nos isola da natureza, das pessoas. Esse individualismo, em que ficamos fechado em nossas casas, acabou com um trabalho coletivo. Tudo o que importa é o futuro o progresso o desenvolvimento. Isso enfraquece e esvazia a nossa existência. Porque você só sabe resistir se sentir parte de um corpo maior que você, se conhecer as histórias de quem lutou antes. Uma feminista historiadora mexicana descobriu que, em comunidades onde as memórias coletivas estão presentes, as pessoas são muito mais aptas à resistência. Conectadas ao passado temos um sentido de pertencimento ao lugar, ao terreno, onde se planta comida às pessoas que reconhecemos. (Federici *apud* SANTANA, 2017, [n.p])

Assim, Federici (Santana, 2017) aponta que uma profunda reflexão sobre os impactos do capitalismo na nossa relação com a ancestralidade e a memória coletiva é crucial. Destaca-se a forma como o sistema capitalista promove o individualismo, isolando-nos da natureza e das comunidades, e enfraquecendo o sentido de coletividade e pertencimento.

A análise aponta para a importância crucial das memórias coletivas na resistência, evidenciada pela descoberta da historiadora mexicana sobre a relação entre a presença dessas memórias e a capacidade das comunidades em resistir. Essa

conexão com o passado não só fortalece a identidade e a resistência, mas também nutre a solidariedade e a coesão social, elementos fundamentais para enfrentar os desafios impostos pelo sistema capitalista e construir um futuro justo e igualitário em que a vida dos seres vivos estejam à frente da ganância humana.

"Nossos passos vêm de longe", uma frase frequentemente utilizada pelas mulheres negras no Brasil, ressoa como um lembrete poderoso da história de resistência e luta dessas mulheres. Ao reconhecer a centralidade da mulher negra camponesa na resistência negra brasileira, percebemos a importância dos elementos de gênero na construção do trabalho de base.

Ao analisar a gênese da Constituição da base trabalhadora brasileira, torna-se evidente a interseção entre patriarcado, racismo e capitalismo, os quais têm um impacto profundo na luta emancipatória do povo.

Gonzalez (2020) argumenta que no Brasil coexistem três processos distintos de acumulação econômica: capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista. O capital monopolista detém hegemonia sobre os demais, embora existam articulações entre os três setores, incluindo formas pré-capitalistas de exploração da mão de obra. Isso resulta em um desenvolvimento desigual e dependente, onde diferentes momentos históricos se entrelaçam. Em termos de superpopulação relativa, há não apenas um exército industrial de reserva, mas também uma massa marginal crescente, especialmente entre as mulheres negras. A divisão racial e sexual do trabalho contribui para o processo de tripla discriminação enfrentado por essas mulheres, que sofrem discriminação com base em raça, classe e gênero (Gonzalez, 2020).

A análise de Lélia Gonzalez também destaca a situação socioeconômica das mulheres negras, especialmente em relação à educação e ao emprego. O Censo de 1950 revelou que a maioria das mulheres negras tinha níveis educacionais muito baixos, com altas taxas de analfabetismo. Em termos de atividades econômicas, apenas 10% estavam empregadas na agricultura e/ou indústria, enquanto os 90% restantes trabalhavam na área de prestação de serviços pessoais. Os censos seguintes também revelam uma tentativa de escamotear as informações sobre a população "de cor" do Brasil, ocultando a miséria e o desamparo em que se encontram (Gonzalez, 2020).

Apesar das dificuldades enfrentadas, Gonzalez destaca o papel fundamental da mulher negra como sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família. Mesmo

diante da pobreza, solidão e aparente submissão, a mulher negra é vista como a portadora da chama da libertação, pois não tem nada a perder e transmite às suas irmãs o ímpeto de não se recusarem à luta pelo povo (Gonzalez, 2020).

Assim, é imperativo romper com as bases de opressão e exploração que perpetuam a marginalização da classe trabalhadora (MST, 2017).

Ao considerarmos a experiência de militância do MST, observamos que a maioria das pessoas nos acampamentos e assentamentos são negras. Souza (2017) também afirma que a cor predominante da classe trabalhadora brasileira é negra e que as desigualdades sociais e territoriais no campo estão intimamente ligadas às desigualdades raciais.

Como argumenta Florestan Fernandes (Souza, 2017), a classe e a raça são elementos interdependentes na luta pela transformação social. A luta negra dissociada da articulação com a classe ou a luta pela terra sem considerar a questão racial seriam incompletas e não conduziriam à verdadeira transformação social. Portanto, tanto os movimentos que lutam pela Reforma Agrária quanto os movimentos negros precisam articular suas lutas raciais como uma luta de classe e reconhecer a importância da questão agrária na superação das desigualdades socio-raciais no Brasil (Souza, 2017).

Isso evidencia que os negros sem-terra também são vítimas do racismo estrutural na sociedade brasileira, apresentando-nos um desafio significativo na compreensão da relação entre a luta pela terra e o combate racial. O período escravista é marcado pela superexploração da mulher negra, e o Brasil, apesar do mito da democracia racial, testemunhou a miscigenação como resultado das violações do corpo da mulher indígena e negra. Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro, contribuiu para a formulação desse mito, especialmente em sua obra “Casa Grande, Senzala”, escrita na década de 1930.

Em diálogo com a entrevistada, senhora Ira:

Dinheiro do bolsa família, porque ele não dar conta das despesas da casa praticamente, né? Estou morando debaixo de uma casa, mas porque já estava quando, eu cheguei já estava pronta com você, consegui fazer a melhoria da uma casa, mas muito pouco. Após o falecimento do meu marido as coisas ficaram bem mais difíceis. Nunca nos preocupamos com as crianças, hoje, após o falecimento dele, me vejo sozinha. Ele foi um bom militante, só não foi um bom pai de família (Entrevista com Ira. concedida em 2022 no Acampamento Terra Cabana).

A fala de Ira. lança luz sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no

contexto dos acampamentos, especialmente após a perda de um ente querido. O dinheiro do Bolsa Família, embora seja uma fonte de renda, muitas vezes não é suficiente para cobrir todas as despesas domésticas, deixando as famílias em situação precária.

Dona Ira. compartilha sua experiência pessoal, revelando a luta diária para sustentar a casa e cuidar das crianças após a morte de seu marido, que também era um militante engajado. A dualidade entre seu papel como mãe solteira e as responsabilidades de seu marido como militante ressalta as complexidades enfrentadas pelas mulheres acampadas, que precisam conciliar múltiplos papéis e lidar com desafios socioeconômicos enquanto continuam sua luta por justiça e dignidade.

Essas complexidades são agravadas pelo cenário de desmonte dos financiamentos das políticas públicas brasileiras, como revelado pelo relatório técnico da ANESP (2022). A redução significativa dos investimentos na educação básica, os cortes em programas de alfabetização e a desvalorização dos profissionais da educação são apenas algumas das preocupações destacadas no relatório.

Este desprestígio da educação durante o governo presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022), teve um impacto direto na qualidade do ensino e no acesso à educação de qualidade para a população mais vulnerável, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e educacionais no país. Assim, as mulheres acampadas se encontram não apenas enfrentando os desafios cotidianos da sobrevivência, mas também lutando contra um sistema que desvaloriza suas vidas e oportunidades.

As despesas discricionárias, aquelas que podem ser usadas pelo MEC para a execução de programas e ações, foram reduzidas em 49,9% (R\$ 20 bilhões) entre 2015 e 2021, e sofreram reduções consecutivas mesmo considerando apenas o governo Bolsonaro - foram de R\$ 25,1 bilhões em 2019 para R\$ 20,7 bilhões em 2021. Com a redução dessas despesas, o MEC se mostra inoperante para a execução de políticas públicas, impactando negativamente a melhoria da qualidade, a garantia do acesso à escola e a redução das desigualdades educacionais. Outro fator agravante foi a dependência excessiva da utilização de emendas parlamentares. Enquanto no orçamento do MEC, em 2015, apenas R\$ 113,9 milhões foram utilizados por emendas parlamentares, em 2021 esse valor atingiu R\$ 1,5 bilhão, o que representou mais de 20 vezes o montante de 2015. Do valor de R\$ 1,5 bilhão em 2021, praticamente a metade advém das emendas de relator, comumente chamadas de "orçamento secreto", prática legislativa iniciada na gestão Bolsonaro e que representa um balcão de negócios em que os repasses ficam, na prática, a critério de acertos informais e não transparentes dos parlamentares com o relator geral do orçamento. É impressionante registrar que, para 2022, 98,3% da ação destinada ao apoio

à infraestrutura da educação básica decorre de emendas parlamentares (ANESP, 2022, p.25).

Em contrapartida ao negacionismo dos direitos das mulheres, o MST deu um passo significativo em direção à igualdade de gênero ao criar, em maio de 1996, o Coletivo Nacional de Mulheres. A partir dessa iniciativa, a luta das mulheres pelo acesso à terra ganhou força e visibilidade, representando um marco na história do movimento. Posteriormente, foi criado o Setor de Gênero, que se tornou uma ferramenta fundamental na promoção dos direitos das mulheres dentro do MST e na articulação de estratégias para enfrentar o patriarcado e a opressão de gênero, e ao mesmo tempo foram constituídos processos de educação e formação para mulheres, tanto quando a organização dos espaços de Ciranda Infantil, que promove e contribui concretamente para que as mulheres sem-terra possam realizar seus estudos, e participar do processo político-organizativo do movimento.

A formação do Setor de Gênero no MST, consolidada em 2000, foi o resultado de um processo que teve suas raízes nas ocupações de terra desde o início da década de 1980. Esse movimento gradual foi marcado pela coragem e determinação das mulheres, que desafiaram as estruturas patriarcais e se tornaram protagonistas na luta pela terra, demonstrando um ato de coragem e resistência. Segundo o Caderno de Formação de Gênero 06 (MST, 2017), o feminismo no Brasil ganhou força na década de 1970, mesmo em meio ao contexto ditatorial, com influências significativas para o protagonismo das mulheres nos processos revolucionários. No entanto, apesar dos esforços, como destacado por Butto e Hora (2012):

Apesar das desigualdades entre homens e mulheres persistirem no meio rural de forma naturalizada e estruturada sob relações de poder e em bases econômicas. Historicamente as mulheres trabalhadoras rurais ainda não foram suficientemente reconhecidas pelo estado e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária. De modo geral, as políticas públicas, pouco se direcionaram para este segmento, e quanto o faziam, eram destinadas à família rural considerando-o como um todo homogêneo. Apenas recentemente este quadro começa a se alterar, não só com um novo quadro normativo e institucional, mas também com ações efetivas na incorporação e efetividades dos direitos da mulher assentada (Butto; Horta, 2018, p.22).

Caminhando e fazendo-se caminhar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem desenvolvido uma série de estratégias sociais que visam não apenas a luta pela terra, mas também a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Entre essas estratégias que envolvem a produção e a reprodução social da vida das mulheres negras acampadas, destacam-se a Ciranda Infantil (Ciranda dos

Sem Terrinhas), a biblioteca, o processo coletivo de produção agroecológica, e os demais trabalhos e lutas coletivas, que são desenvolvidos na experiência do Acampamento Terra Cabana.

A Ciranda dos Sem Terrinhas é um espaço dedicado às crianças que vivem nos acampamentos e assentamentos do MST. É um lugar de aprendizado, brincadeiras e socialização, onde as crianças têm a oportunidade de se desenvolverem de forma saudável e educativa, mesmo em meio às condições adversas do campo. Além disso, a Ciranda busca fortalecer a identidade e a consciência das crianças em relação à luta pela terra e aos ideais do movimento.

A organização da Ciranda Infantil contribui enormemente para que as mulheres, que historicamente são responsáveis pelo cuidado e educação das crianças na família, possam destinar tempo para estudos, discussões, e participação na vida política e organizativa do acampamento.

Outro espaço fundamental é a biblioteca, que funciona como um centro de conhecimento e cultura nos acampamentos e assentamentos do MST. Nela, os moradores têm acesso a uma variedade de livros, revistas e materiais educativos, que contribuem para o desenvolvimento intelectual e a formação política da comunidade. Além disso, a biblioteca promove atividades como rodas de leitura, debates e oficinas, estimulando o pensamento crítico e a troca de experiências entre os membros da comunidade.

Esses espaços não apenas proporcionam lazer e educação, mas também fortalecem os laços de solidariedade e coletividade entre os integrantes do MST. São locais onde a cultura popular e a luta pela transformação social se encontram, alimentando a esperança e a resistência em meio às adversidades do cotidiano no campo. Assim, a Ciranda dos Sem Terrinhas e a biblioteca representam não apenas espaços físicos, mas também simbólicos, onde se constrói um futuro mais justo e digno para todos.

Figura 11 - Atividade com (as) os sem terrinhas, Acampamento Terra Cabana



Fonte: Arquivo do acampamento MST (2020)

A imagem retrata a contação de histórias para as crianças Sem Terrinha, evidenciando a celebração da vida em meio às dificuldades enfrentadas, incluindo a pandemia. Nesse momento, foram trazidas canções, símbolos, a bandeira do movimento e a própria alegria das crianças, que também contagiou alguns adultos presentes. Assim, dentro desse universo de sujeitos e sujeitas oriundos das massas populares, que frequentemente são privados de direitos fundamentais, como o acesso à educação formal, devido às suas condições de pobreza material e exploração laboral, a mística se apresenta como uma estratégia e um exercício da pedagogia popular por excelência.

Através da mística, ocorre uma reconexão com as raízes culturais e históricas do povo, reforçando sua identidade e sua resistência. É um momento de fortalecimento espiritual e emocional, que fortalece os laços de solidariedade e coletividade entre os participantes. Além disso, a mística possibilita a transmissão de valores, conhecimentos e saberes populares, contribuindo para a formação integral das crianças e jovens, mesmo em um contexto de adversidade.

Assim, a contação de histórias e a prática da mística não apenas alimentam a alma e a esperança das comunidades Sem Terra, mas também representam uma forma de resistência cultural e política contra as injustiças e desigualdades presentes na sociedade. É um momento de reafirmação da vida e da dignidade humana, que inspira e fortalece o movimento na luta por um mundo mais justo e solidário.

A primeira entrevista que conduzi para a construção desta dissertação foi um momento crucial, realizado durante um diálogo inspirador no Acampamento Resistência Terra Cabana. Essa conversa inicial revelou-se não apenas informativa, mas profundamente elucidativa ao capturar as experiências e perspectivas das mulheres sem-terra. Dona Re., uma das participantes do acampamento, compartilhou sua história e reflexões de maneira impactante.

Durante nossa conversa, perguntei a Dona Re. como ela começava seu dia no acampamento. Sua resposta foi direta e poderosa: "Trabalho". Essa simples palavra ecoou como uma reflexão sobre o trabalho não apenas como uma atividade diária, mas como uma dimensão essencial de sua identidade e luta social. Em um contexto em que a divisão social do trabalho implica não apenas diferenças de gênero, mas também especificidades marcadas pelo trabalho das mulheres negras, a resposta de Re. ganha ainda mais profundidade.

Explorar essas nuances é crucial para compreender não apenas as dinâmicas internas do acampamento, mas também as complexas interseções entre gênero, raça e classe social. A partir da fala de Re., emerge não apenas uma narrativa individual, mas um ponto de partida para uma análise mais ampla sobre as estruturas sociais que moldam as vidas e as lutas das mulheres sem-terra.

A maioria das mulheres no acampamento Terra Cabana se dedica aos afazeres domésticos, à criação de animais de pequeno porte e à manutenção das hortas. A senhora Jo., uma das mulheres que coordena o acampamento, descreve seu dia a dia:

Pela manhã, arrumo as crianças para a escola, concilio o almoço, e duas vezes por semana temos reunião de coordenação, onde nos reunimos para planejar os espaços que habitamos e organizar as famílias que estão sob nossa responsabilidade (Entrevista com a senhora Jo., concedida em março de 2024).

Dona Jo., uma mulher preta de 40 anos e mãe de quatro filhos, coordena o acampamento e é responsável, junto a outros militantes, pelo núcleo de famílias "Semeando a Resistência", formado por 12 famílias. Ela afirma: "Eu gosto de ser mãe, de ser dona de casa, de ser mulher, gosto de ser coordenadora". Essa afirmação destaca que as reuniões e atividades são organizadas em torno das mulheres, especialmente as mães, as mulheres evangélicas e as evangélicas do sétimo dia, assim como as mulheres que pertencem aos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMAS).

Essa organização reflete a centralidade das mulheres na estruturação e no cotidiano do acampamento. As reuniões e as atividades são, em grande parte, moldadas pelas experiências e necessidades das mulheres que desempenham um papel fundamental na organização da vida comunitária.

A participação ativa dessas mulheres na coordenação e na organização do acampamento demonstra não apenas sua resistência, mas também a força e a vitalidade das suas ações cotidianas na luta por uma vida digna e por direitos sociais. Essa dinâmica destaca a importância de reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres no contexto dos movimentos sociais, especialmente em áreas rurais, onde suas contribuições muitas vezes são invisibilizadas.

Figura 12 - Mulheres fazendo a colheita do mangostão



Fonte: Arquivo do Setor de Comunicação do MST – PA, 2021

Figura 13 - Mulher fazendo a colheita de Jambu



Fonte: Arquivo do Setor de Comunicação do MST – PA, 2021

No Acampamento Terra Cabana, o trabalho da mulher negra é essencial e multifacetado, fundamentando-se na resistência e na construção de autonomia. As mulheres registradas nas figuras acima exemplificam a dedicação e o protagonismo destas mulheres na colheita de mangostão e do Jambu, atividades que não apenas garantem a subsistência das famílias, mas também fortalecem a economia local e soberania alimentar na comunitária.

A colheita, além de ser um momento de trabalho árduo, representa um ato de resistência contra as estruturas opressivas. As mulheres do acampamento não apenas cultivam alimentos, mas cultivam também uma rede de solidariedade e cooperação entre os moradores. Elas não se limitam ao trabalho doméstico e agrícola; são também líderes comunitárias, militantes, participando ativamente das decisões e da organização interna, contribuindo para a sustentabilidade e para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

Ao destacar as imagens destas mulheres na colheita, consideramos que elas personificam a força e a resiliência das mulheres negras no Movimento Sem Terra. Elas desafiam estereótipos e enfrentam desafios diários com determinação, inspirando não apenas dentro do acampamento, mas também além de seus limites geográficos, como símbolos de resistência contra o racismo estrutural e a desigualdade de gênero.

Portanto, essas figuras não apenas colhem frutos, mas também semeiam

esperança e fortalecem a luta por justiça social e pela garantia de direitos fundamentais, reafirmando a importância do trabalho da mulher negra no contexto do Acampamento Terra Cabana e no movimento MST como um todo.

É importante destacar que mesmo com essas experiências enriquecedoras para o processo de consciência dessas mulheres, elas vivem num contexto macro onde o racismo e a violência de gênero se revelam como força estruturante, articuladas às ideologias e práticas que perpetuam uma divisão racial do trabalho. Essa divisão, fortemente enraizada em sistemas patriarcais, coloniais e capitalistas, exerce controle sobre a vida e a reprodução das mulheres, especialmente as mulheres negras. Como destacado por Gonzalez (2020), o racismo é eficaz na medida em que legitima e promove essa divisão, sendo compartilhado por formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas.

Diante desse cenário, torna-se necessário criar estratégias pedagógicas para promover e fortalecer a participação das mulheres negras nas atividades de coordenação nos acampamentos. Isso inclui incentivar sua inclusão nas tomadas de decisões, encaminhamentos e resoluções de conflitos internos. A organização de mulheres e sua participação em espaços de debate são passos importantes nesse sentido, contribuindo para ampliar sua representatividade e fortalecer sua voz dentro do movimento.

Figura 14 - Momento da reunião de núcleo de família.



Fonte: Arquivo do acampamento Terra Cabana (MST, 2021)

No momento da reunião de núcleo de família, a força da mulher negra se manifesta de forma marcante, como representado em uma simples imagem que ilustra

sua participação contundente. Dentro da organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde a presença familiar é essencial, as mulheres muitas vezes são vistas assumindo papéis de liderança sozinhas, sem a presença de seus companheiros. Observando a imagem, destacam-se mulheres com o punho erguido, segurando o livro de canções do MST e a bandeira em forma circular ao centro.

Os símbolos do MST, como o vermelho representando o sangue, o mapa simbolizando o território, o homem e a mulher como o casal que luta unido com o facão, que é instrumento de trabalho, o preto como luto pelos mortos e o branco como a paz que almejam conquistar, estão presentes nessa representação. Além disso, a luta, o trabalho e a resistência se apresentam com as trocas de experiências entre mulheres, tanto no Acampamento de Resistência Terra Cabana, como na interpelação deste com outros acampamentos e assentamentos.

A imagem acima também reflete a determinação e a solidariedade das mulheres acampadas e assentadas, que enfrentam desafios diários com coragem e resiliência, unidas em busca de justiça e dignidade.

As assembleias realizadas no Acampamento Terra Cabana desempenham um papel fundamental na organização política e social das mulheres acampadas, especialmente na abordagem das questões de violência de gênero. Esses encontros coletivos são espaços de escuta, troca de experiências e construção de estratégias para enfrentar a violência, tanto dentro do contexto familiar quanto nas relações de poder dentro do movimento e da sociedade em geral. O processo assembleia no MST é pautado pela horizontalidade, permitindo que todas as vozes, especialmente as das mulheres negras, possam ser ouvidas e valorizadas. As assembleias não só fomentam o debate sobre as desigualdades de gênero, como também são momentos de fortalecimento coletivo, nos quais as práticas de solidariedade e apoio mútuo se consolidam como pilares da resistência cotidiana.

Além disso, nas assembleias, são discutidas e implementadas práticas de resolução de conflitos, com base em metodologias como o Teatro do Oprimido, que permite que as acampadas elaborem e experimentem novas formas de enfrentar opressões e violências. A construção desses espaços não se limita à denúncia da violência, mas avança para a formulação de respostas que visam fortalecer a autonomia das mulheres, com a criação de mecanismos de proteção e solidariedade comunitária. Nesse sentido, as assembleias se tornam uma ferramenta política e

pedagógica para a transformação das relações de poder, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres ocupam um papel central na tomada de decisões. A seguir a figura abaixo retrada a vida de algumas crianças e mulheres no acampamento.

Figura 15 - Produção agroecológica de cheiro-verde, pepino, manjerição e outras hortaliças



Fonte: Arquivo do acampamento Terra Cabana (MST, 2022)

Assim, retrata a participando ativamente das crianças na colheita e apreciação de cheiro-verde, simbolizando a vitalidade e o engajamento das mulheres e das crianças no cotidiano das lutas pela terra e pela igualdade de direitos, e na produção agroecológica de alimentos para o consumo, ou para comercialização em feiras, ou ainda para ações de solidariedade com doação de alimentos para as periferias urbanas.

Assim, podemos identificar que uma das ações estratégicas de produção e reprodução social da vida, organizadas pelas mulheres negras do Acampamento Terra Cabana é a produção coletiva e agroecológica de alimentos saudáveis e dialogando diretamente com a perspectiva da Reforma Agrária Popular, proposta pelo MST.

Esses processos também envolvem a formação política e profissional em agroecologia, com a realização de visitas de experiências agroecológicas já consolidadas, como a participação em cursos e debates sobre o tema.

Podemos citar como exemplo, a visita ao Lote Agroecológico (LAPO) de dona Téó Mosqueiro, em Belém - PA, uma experiência que foi além da simples observação de práticas agrícolas, mas sim, um mergulho na essência do trabalho, da coletividade e da mística que permeiam a vida nos assentamentos e acampamentos. A imagem abaixo representa essa visita, que, mais do que uma simples demonstração de atividades agrícolas; ela é um símbolo da conexão profunda entre o homem, a natureza e a luta por justiça social e ambiental.

Figura 16 - Visita ao Lote Agroecológico de produção orgânica (LAPO) de dona Téó Mosqueiro, Belém – PA)



Fonte: Arquivo do acampamento Terra Cabana (MST, 2022)

Como afirma por Bogo (2004), a mística não se limita apenas ao aspecto prático, mas também é teoria, conteúdo e ideologia. É algo que se manifesta de diversas formas e em diferentes momentos, enraizada na vida cotidiana das comunidades. No entanto, é difícil explicá-la em palavras, pois para compreendê-la verdadeiramente, é necessário vivenciá-la e senti-la.

Assim, a visita ao LAPO de dona Téó Mosqueiro é uma oportunidade não apenas de conhecer práticas agroecológicas, mas também de imergir em um universo de significados mais profundos. É uma chance de aprender com as comunidades locais sobre a importância da relação harmoniosa com a terra, da solidariedade e da resistência frente aos desafios enfrentados.

Com isso, Ademar Bogo aponta em Caldart (2004)

De modo geral, as lutas pela terra assumem na história um sentido cultural destacado, com dimensões simbólicas que talvez tenham a ver com a própria força da mística da relação do ser humano com a terra. *Terra é mais do que terra, na expressão carregada de sentido* de Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia. O vínculo de várias destas lutas, no Brasil como em outros lugares, em tempos mais distantes ou mais próximos, com uma dimensão religiosa, também pode ter relação com isto [...] (Bogo, 2004, *apud* Caldart, 2004, p.22).

Portanto, a mística surge como uma forma de produzir conhecimento que transcende a racionalidade moderna e colonial, servindo como instrumento e linguagem pedagógica para compreender, expressar e refletir sobre as violências que afetam as vidas das mulheres e homens das comunidades, bem como sobre os processos de resistência enfrentados por elas.

Ao reconhecer e valorizar suas histórias, a realização da mística assume uma intencionalidade que vai além do simples entretenimento: ela busca contar e recriar motivações que possibilitam um melhor entendimento na formação educacional e política das trabalhadoras e trabalhadores acampados. Através da conscientização proporcionada pela mística, essas comunidades encontram uma ferramenta poderosa para fortalecer sua identidade, fortalecer laços de solidariedade e avançar em sua luta por justiça e dignidade.

Não se trata de afirmar que os sem-terra são sujeitos culturais porque produzem cultura. Isto seria o óbvio. Na concepção antropológica decultural, toda pessoa humana e todo grupo social, à medida que se relaciona com a natureza, produz cultura. Ao produzir-se o ser humano produz cultura, ou seja, a sua própria existência cotidiana leva-os à produção cultural. Trata-se de compreender o MST os sem-terra como algomais, ou com um ingrediente algo diferente, como sujeitos sociais que produzem como sujeitos de uma cultura que tem uma forte dimensão de *projeto*, ou seja, de algo que ainda não é mas que pode vir a ser. Daí a expressão sujeitos socioculturais para frisar uma possível diferença de sentido, em relação à produção de cultura a partir da vivência cotidiana mais simples (Bogo, 2002, p.26).

No trabalho coletivo, observa-se a formação de uma consciência voltada para um projeto libertador, impulsionada pela necessidade de cada núcleo familiar e do acampamento como um todo. As reuniões dos núcleos são organizadas de forma sistemática, integradas ao coletivo da coordenação e acompanhadas pela militância, visando alinhar as práticas às políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa abordagem estruturada permite que as ações sejam planejadas e

executadas de maneira eficiente, fortalecendo a coesão e a solidariedade dentro da comunidade.

A seguir, apresentamos mais um registro do trabalho coletivo, desta vez da estrada principal do acampamento, denominada Mariele Franco (Figura 17). Este registro simboliza não apenas o esforço físico realizado pelos membros da comunidade, mas também a luta e a resistência que permeiam cada aspecto da vida no acampamento. A denominação da estrada em homenagem a Marielle Franco, ativista brasileira assassinada em 2018, ressalta o compromisso do movimento com a defesa dos direitos humanos e a justiça social, inspirando a continuidade da luta por um mundo mais justo e igualitário.

Figura 17 - Trabalho na avenida Marielle Franco.



Fonte: Arquivo do acampamento Terra Cabana (MST, 2022)

No registro acima, destacamos o empenho coletivo na cobertura de alguns buracos, uma atividade que não apenas visa melhorar as condições de infraestrutura do acampamento, mas também fortalece a formação da consciência coletiva. Essa colaboração mútua reflete o compromisso e a solidariedade dentro da comunidade, essenciais para a construção de um ambiente mais seguro e harmonioso para todos os moradores.

Na figura abaixo, podemos observar a transição da produção agroecológica. Essa imagem ilustra a diversidade e a sustentabilidade das práticas agrícolas adotadas pelos membros do acampamento. A transição para a produção agroecológica não apenas promove a preservação ambiental e a saúde dos trabalhadores, mas também fortalece a autonomia e a soberania alimentar da

comunidade. É um testemunho do compromisso do movimento com um modelo de agricultura mais justo e sustentável, que respeita o meio ambiente e valoriza os conhecimentos tradicionais dos agricultores.

Figura 18 - Construção da horta coletiva no período pandêmico.



Fonte: Arquivo do Setor de comunicação do MST-PA (2020)

Assim como "a relação com a terra funda-se em princípios comunitários, na coletividade e na invenção da vida" (Ramos, 2020, p. 233), a educação popular também é um trabalho coletivo, construído e pensado por todas e todos, e para todas e todos.

Seguindo os ensinamentos de Paulo Freire, ela valoriza e respeita a autonomia do ser humano, reconhecendo sua capacidade de criar conhecimento a partir dos saberes que traz de sua própria experiência e daqueles que o antecederam. Nesse contexto, a educação popular não é imposta de cima para baixo, mas sim construída de forma participativa e colaborativa, onde todas as vozes são ouvidas e todos os saberes são valorizados. É um processo que busca a emancipação e a transformação social, capacitando as pessoas a se tornarem agentes ativos na construção de um mundo mais justo e igualitário.

Figura 19 - Limpeza da Rua Paulo Vicente, Acampamento Terra Cabana, MST - PA.



Fonte: Setor de comunicação do MST-PA (2021)

A imagem retratada evoca a mística, transformando o espaço em um lugar onde todos são coparticipantes, conforme explicado por Martins (2022). Essa abordagem parte dos mesmos princípios que permitem que os diversos saberes sejam acessados por meio das histórias contadas e recriadas coletivamente, dentro de uma relação pedagógica que se constrói pela reencarnação dos legados históricos de luta. Um exemplo disso é a demonstração de trabalho coletivo na Rua Paulo Vicente.

Destacando a importância da pedagogia histórica reencarnada nos saberes que se perpetuam pela dinâmica da vida, Lélia Gonzalez nos convida a refletir sobre a categoria de "amefricanidade". Esta categoria floresceu e se estruturou ao longo dos séculos, marcando nossa presença no continente e manifestando-se, especialmente durante a era escravista, em revoltas e motins que buscavam alternativas culturais para a liberdade.

De acordo com os autores mencionados, a violência é construtiva da modernidade, seja na relação com a natureza, impondo uma relação quantitativa de extração de riqueza em detrimento de uma abordagem qualitativa que reconheça a sensibilidade da natureza e a humanidade. Essa reflexão nos convida a repensar

nossa relação com o ambiente natural e a sociedade.

Figura 20 - Manifestação na PA 391 contra despejo do Acampamento Terra Cabanagem plena pandemia de COVID-19.



Fonte: Arquivo do acampamento MST, 2020

A manifestação na PA 391 contra o despejo dos acampados do Terra Cabana durante a pandemia evidencia não apenas os desafios enfrentados pela comunidade, mas também a resiliência e a força dos movimentos sociais diante das adversidades. Em um momento em que o Brasil lidava com o aumento das mortes causadas pela COVID-19, o judiciário brasileiro se viu diante da difícil decisão de deliberar sobre os despejos. Foi somente com a aprovação da PL 827/2020 que os despejos foram proibidos, uma medida que se mostrou essencial para proteger a saúde e os direitos dos acampados durante o período pandêmico.

Essa decisão foi resultado de uma resposta cautelar favorável à ADPF nº 828, que suspendeu a remoção ou reintegração de posse até o final de 2021. A votação expressiva, com 263 votos a favor e 181 contra, refletiu a importância e a urgência dessa medida para garantir a segurança e o bem-estar das famílias acampadas.

Diante das mudanças nas conjunturas políticas e sociais, os movimentos sociais como o MST se orientam por uma concepção de mundo que valoriza a justiça social e a igualdade. No caso específico do acampamento Terra Cabana, as mulheres negras desempenham um papel central nas mobilizações e na resistência contra os despejos. Sua liderança e participação ativa demonstram não apenas sua capacidade de organização, mas também sua determinação em defender seus direitos e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, a manifestação na PA 391 não apenas representa uma resistência contra os despejos, mas também um ato de solidariedade e união em meio às adversidades. É um lembrete poderoso do poder da comunidade e da importância de se unir em tempos difíceis para enfrentar os desafios com determinação e esperança. Por fim, destacamos que as estratégias que envolvem a produção e a reprodução social da vida das mulheres negras no Acampamento Terra Cabana, ademais de envolver processos coletivos de luta, como a manifestação na PA 311 contra o despejo em plena pandemia de COVID-19, também envolve: a) o trabalho coletivo, como por exemplo a construção da avenida Mariele Franco, com a contribuição dos homens do acampamento ou a limpeza da Rua Paulo Vicente; b) a produção agroecológica, com a construção de hortas coletivas e agroecológicas, produzindo alimentos saudáveis para a subsistência, comercialização e ações solidárias; c) a organização da ciranda infantil, que reúne os sem terrinhas em ações culturais educativas na medida em que as mães e responsáveis podem participar de discussões, estudos e processos organizativos do acampamento; d) e a Biblioteca, que, mais que reunir um acervo de livros, revistas e jornais, promove ações de estudo e debate entorno de temas pertinentes à luta pela terra, pela Reforma Agrária Popular e pela transformação societária.

4 O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NA LUTA PELA TERRA E A MÍSTICA COMO DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Neste capítulo, destacamos o protagonismo das mulheres negras na luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular, ressaltando as relações entre a mística acampada e o processo de conscientização dessas mulheres, além de discutir o papel educador da mística no âmbito da luta feminista.

Apresentamos depoimentos coletados durante o trabalho de campo, em diálogo com autoras que tratam do feminismo camponês e popular, além de reflexões da autora desta dissertação, uma mulher negra acampada. Esses depoimentos foram colhidos tanto em entrevistas quanto em rodas de conversa das mulheres do MST/PA, realizadas durante o Curso Feminismo e Marxismo da Regional Amazônica, em 2023, no contexto das comemorações dos 40 anos do MST.

Analisamos como as mulheres do acampamento abordam a questão racial e o papel das mulheres negras na luta pela terra. Discutimos também como essas pautas são integradas e trabalhadas nos momentos místicos e na mística cotidiana da luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular.

Nossa discussão visa mostrar como a mística, como prática e reflexão coletiva, tem um papel crucial na conscientização e no fortalecimento das mulheres negras no MST, proporcionando um espaço de resistência e transformação social.

4.1 Algumas reflexões prévias

Para Gonzalez (2020), o movimento de mulheres frequentemente discute a importância de ser sujeito da própria história. Nesse sentido, ela adota uma perspectiva lacaniana, propondo que devemos ser sujeitas e sujeitos do nosso próprio discurso, e que "o resto vem por acréscimo" (Gonzalez, 2020).

As experiências das mulheres negras acampadas revelam um processo de garantia de direitos, onde elas se tornam protagonistas na luta pela Reforma Agrária Popular, engajando-se em lutas cotidianas. Gonzalez afirma que:

Não é fácil, só na prática é que vai se percebendo e construindo a identidade, porque o que está colocado em questão também é justamente uma identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída em um processo dialético rico (Gonzalez, 2020, p. 312).

A partir de seus modos de vida e da produção humana voltada para o bem viver, observou-se que as mulheres negras e das camadas populares são germinadoras de um projeto de transformação social que abrange e mobiliza suas comunidades, nas quais elas são maioria. A práxis desse movimento está fundamentada na coletividade, na solidariedade e na relação respeitosa com a terra.

Os espaços de luta protagonizados por essas mulheres trazem consigo valores e histórias de resistências ancestrais, (re) vivificados nos passos e caminhos de suas ações e na superação de um sistema histórico de opressão. A mística, nesse contexto, como "ação cultural de conscientização", reconstrói a memória e colabora para a produção da identidade Sem Terra, referenciando-se ao território. A luta e a mística conservam a memória viva daqueles e daquelas que tombaram na luta pela liberdade e dignidade de seu povo, sendo um nutriente de fortalecimento para as lutas presentes e futuras.

A luta pela terra é, portanto, uma forma de apreensão do mundo e de nosso lugar nele, tornando a mulher negra um território em si, tanto em seus corpos quanto em suas mentes. As transformações ocorridas preconizam o protagonismo da mulher negra, valorizando saberes e conhecimentos produzidos dentro e fora dos movimentos, especialmente no Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra. Esse compromisso com um projeto de transformação social reconhece as chagas da exploração econômica e da subjugação racial e sexual que carregamos. Por isso, trazemos em nós a marca da libertação de todas as pessoas.

A luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular, tem articulado movimentos populares na América Latina, através da Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC), e em nível internacional através da Via Campesina. Dentro desses espaços, um tema que tem se fortalecido na última década é o tema do Feminismo Camponês e Popular, uma formulação que parte da organização política das mulheres de vários movimentos populares em defesa de suas pautas, em combate à violência doméstica no campo, e em luta pelos direitos sociais, políticos e econômicos de camponesas, indígenas, quilombolas, pescadoras e caiçaras.

Essa formulação, embora ainda jovem, é fruto das históricas batalhas das mulheres realizadas na esquerda e nos movimentos sociais do campo, por sua participação política nas definições, nos debates, nos momentos de estudo, enfim, em todas as dimensões das lutas populares realizadas por essas organizações. Uma formulação que busca evidenciar a interseccionalidade entre gênero, classe e raça na

especificidade da luta camponesa.

4.2 A Mulher Negra e o Feminismo Camponês e Popular

Pensar que a escravização dos corpos negros não está apenas no passado, na travessia do Atlântico, nos faz entender que os corpos de mulheres negras foram cooptados e subjugados pelo sistema colonial-moderno. O legado da escravidão e da colonização persiste nas estruturas sociais contemporâneas, manifestando-se nas múltiplas formas de violência e opressão que as mulheres negras ainda enfrentam diariamente. Essa realidade exige uma abordagem que vá além da mera denúncia; requer uma transformação radical e emancipatória.

Diante dessa proposta, utilizamos a escrevivência, conforme Evaristo (2020), que emerge como uma arte de resistência e contrariedade à estrutura racista. A escrevivência é uma enunciação emancipatória, com a possibilidade de descontinuidade das dominações do silenciamento e da subjugação. Substituir a mulher negra como objeto de estudo por mulheres negras contando suas histórias, na interface entre o racismo e o sexismo, transforma o lugar de dor em luta.

Ao narrar suas próprias histórias, as mulheres negras rompem com o ciclo de violência e opressão que historicamente as reduziu ao silêncio. Elas reclamam o direito de ser protagonistas de suas narrativas, de compartilhar suas vivências e experiências, e de denunciar as múltiplas formas de discriminação e violência que ainda enfrentam. A escrevivência, portanto, não é apenas uma forma de expressão literária, mas uma poderosa ferramenta de resistência política e social (Evaristo, 2020).

Neste contexto, a violência sofrida pela personagem do conto "Receba este turbante" não é um caso isolado, mas um reflexo de um sistema que perpetua a opressão racial e de gênero. Ao oportunizar as vozes a essas histórias, confrontamos e desafiamos as estruturas que sustentam essa violência, buscando não apenas a conscientização, mas a transformação efetiva da realidade.

As histórias de dor e resistência das mulheres negras são um chamado à ação, uma demanda por justiça e igualdade, e um lembrete da força e resiliência que emergem mesmo diante das adversidades mais cruéis.

Reconhecer a escravidão contemporânea é reconhecer a continuidade histórica da violência estrutural. As mulheres negras, que carregam em seus corpos

as marcas dessa violência, têm transformado suas vivências em narrativas poderosas de resistência e transformação. É necessário ouvir e amplificar essas vozes para desconstruir o racismo e o sexismo enraizados em nossa sociedade.

As mulheres negras estão na linha de frente da luta por justiça social, e sua escrevivência é um ato revolucionário. Elas não apenas resistem, mas criam novos caminhos para a libertação, desafiando as opressões históricas e contemporâneas. A luta delas é a luta de todas as pessoas comprometidas com a justiça e a igualdade. A resistência das mulheres negras é um farol de esperança e um chamado à ação, inspirando-nos a continuar a luta pela emancipação total.

Portanto, a escrevivência das mulheres negras é mais do que uma forma de contar histórias; é uma declaração de resistência e um manifesto pela transformação social. Ao contar suas próprias histórias, elas não apenas reivindicam sua humanidade, mas também nos convidam a reimaginar um mundo onde a liberdade e a dignidade sejam garantidas para todas e todos.

Olhando para as histórias de vida e suas reflexões, muitas vezes “escrevivências orais” das mulheres sem-terra, podemos observar os desafios enfrentados no que se refere à luta por igualdade de gênero nas áreas de acampamento.

A luta do dia a dia da gente, não é fácil. Hoje a gente pode estar aqui fazendonossa comida, tomando o nosso café, sentadas de cabeça fria, mas amanhã gente não sabe, como vai ser, se a polícia vai entrar, aqui, botar a gente para correr. Você vai levar porrada, vão jogar de jogar spray de pimenta, ninguém sabe como vai ser, tanto o homem quanto mulher, crianças, idososé a luta do dia a dia (Entrevista com Dona Ira. concedido em 2022).

O depoimento de Dona Ira. ilustra a brutalidade cotidiana enfrentada pelas pessoas em acampamentos de movimentos sociais como o MST. Ela nos lembra que a violência e a repressão não são eventos isolados, mas ameaças constantes que pairam sobre as vidas daqueles que lutam pela terra e pela dignidade. O medo de uma invasão policial, de agressões físicas e químicas, de uma desumanização que não distingue idade ou gênero, revela a face opressora de um sistema que prefere a repressão à resolução justa dos conflitos agrários.

A resistência das pessoas acampadas, particularmente das mulheres, que muitas vezes são as primeiras a sentir o peso da repressão, é um testemunho da força e da coragem necessárias para enfrentar tais adversidades. Elas não apenas cuidam

das tarefas diárias, como preparar comida e organizar o lar, mas também se preparam mental e fisicamente para as ameaças iminentes. O relato de Ira. mostra a resiliência e a tenacidade dessas pessoas, que persistem na luta por um pedaço de terra onde possam viver com dignidade, mesmo sabendo dos riscos envolvidos.

A violência sistêmica contra os acampamentos evidencia a continuidade de uma política que historicamente marginaliza e oprime as populações vulneráveis. A luta pela Reforma Agrária não é apenas por terra, mas por justiça, por um reconhecimento da humanidade e dos direitos dessas pessoas. Ao destacar essa luta, denunciamos não só a repressão, mas também a necessidade urgente de uma transformação social que coloque fim a essas práticas desumanas.

A resistência diária dos acampados é um exemplo inspirador de luta e determinação. Mesmo diante de uma repressão brutal, eles permanecem firmes, reivindicando um direito básico e inalienável: o direito à terra e à vida digna. As palavras de Ira. nos chamam à solidariedade e à ação, lembrando-nos que a luta por justiça agrária é uma luta de todos aqueles que sonham com um mundo mais justo e igualitário.

O retrato social das mulheres negras no Brasil torna-se mais visível através de sua luta e organicidade, destacando as camadas de opressão sob a luz dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988. À medida que as conquistas se tornam reais para a classe trabalhadora em diversos campos, a desumanização cotidiana promovida pelo sistema capitalista se intensifica, utilizando várias artimanhas para restaurar a ordem "natural das coisas".

Em uma roda de conversa após a Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra, realizada em março de 2024 no acampamento Terra Cabana, algumas mulheres acampadas compartilharam seus sentimentos e experiências. Seus relatos não apenas ilustram a resistência e a resiliência das mulheres negras, mas também fazem uma conexão com o conto "Receba este Turbante", destacando a contínua luta contra a opressão racial e de gênero. Uma dessas mulheres relata:

A minha família ainda não entende muito bem, mas eles sabem que eu estou bem. Então, estando bem, eles consideram que é algo bom. Agora, outras pessoas mais próximas, como amigos, já tiveram reações variadas. Teve um que disse que eu tive uma atitude revolucionária ao me formar e ir morar no acampamento em outra cidade, outro município, longe da minha família. Mas já fui criminalizada. Falam de criminosos, de invasores de terra ou de pessoas violentas. São algumas palavras que já escutei (Depoimento de Ca., realizado em março de 2024 durante roda de conversa após a Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra).

Outra mulher aponta que:

Na verdade, até hoje, não tem sido fácil. Dizem que eu uso palavras agressivas, e aquilo que a Ca. acabou de citar, chamam a gente de invasores. Dizem que eu estou mais violenta porque estou no movimento. Na verdade, eles querem que eu fique perto da família, porque ainda não conquistamos a terra, e em qualquer momento podemos ser expulsos. Eles dizem que estamos em um lugar que não é nosso, que tomamos o lugar de alguém que era dono, e que estamos brigando por coisas que não são nossas. Chamam a gente de ladrão. Eu falo: estamos aqui para lutar pelos nossos direitos, que são nossos por direito. Eles não entendem o que é o MST, ouvem e repassam aquilo que outras pessoas falam, sempre repetindo que somos violentos. Quando fui morar no Terra Cabana e conviver com as pessoas, vi que não, esse povo não é violento. As pessoas não são más, não são o que dizem. Eu repasso isso para meus familiares: se eu faço parte do movimento, eu não sou violenta, eu não sou ladrona, estou em busca de um direito, de uma melhoria de vida. Aí, eles dizem: "Mas por que você não fica aqui?" Eu respondo: não, eu quero uma terra para viver e viver da terra (Depoimento de Be., realizado em março de 2024 durante roda de conversa após a Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra).

Os depoimentos de Ca. e Be. no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) revelam as complexidades e desafios enfrentados pelas mulheres negras lutando por seus direitos e pela terra. Em suas palavras, percebemos como são constantemente estigmatizadas e criminalizadas pela sociedade e pelo Estado. Rotuladas como "invasoras" e "violentas", enfrentam uma narrativa que busca deslegitimar suas reivindicações legítimas por justiça social e dignidade.

A resistência dessas mulheres é um testemunho de sua resistência frente à dupla opressão racial e de gênero. Be., por exemplo, compartilha como é chamada de "violenta" simplesmente por participar do movimento, o que evidencia como a sociedade patriarcal e racista tenta controlar e silenciar vozes dissidentes. Para elas, estar no MST não é apenas uma questão de reivindicar um pedaço de terra, mas de reafirmar sua identidade e resistir à desumanização imposta pelo sistema capitalista.

Esses relatos se aproximam do papel da "escrivência", que conforme descrito por Evaristo (2020), dela emerge como uma poderosa ferramenta de resistência. Ao narrarem suas próprias histórias, as mulheres negras do MST não só desafiam o silenciamento imposto, mas também afirmam sua agência e protagonismo. Estabelecem as relações entre a negritude, a questão de gênero e a luta pela terra, relações essas que dialogam com a perspectiva do feminismo camponês e popular, que desde uma formulação interseccional, busca evidenciar as peculiaridades das condições das mulheres do campo, e sob essa materialidade construir as lutas e resistências em busca de transformações sociais.

Essas mulheres transformam o espaço físico dos acampamentos em territórios de luta e solidariedade, construindo comunidades resilientes que se apoiam mutuamente diante das adversidades. A coletividade e a solidariedade são fundamentais nesse contexto.

O MST se organiza em torno desses princípios, fortalecendo suas posições e enfrentando as dificuldades cotidianas com determinação. Essas histórias não apenas inspiram, mas também chamam à ação, convidando todos a refletirem sobre as injustiças enfrentadas pelas mulheres negras do campo, e a se unirem na luta por um mundo mais justo e igualitário.

Assim, esses depoimentos são um lembrete poderoso de que a luta pela Reforma Agrária Popular, vai além da luta pela terra. É uma luta por dignidade, reconhecimento e direitos humanos fundamentais. Suas vozes ressoam como um chamado à transformação social, onde a escrivência e a resistência coletiva são armas essenciais na busca por justiça e emancipação.

Ser mulher, especialmente ser mulher negra e militante do MST, e vivendo em um acampamento onde 90% da comunidade é negra, tem me revelado um contexto profundamente enraizado na formação socioeconômica brasileira, onde o campesinato se evidencia negro e feminino. Nesse ambiente, enfrentamos desafios que vão além da questão agrária, envolvendo concomitantemente a questão racial e a questão de gênero. Envolvem também a produção e a reprodução da vida, os cuidados domésticos, e a violência estrutural. Muitas de nós somos responsáveis pelo trabalho de cuidado, o que muitas vezes limita nossa participação plena nas lutas coletivas. No entanto, isso não significa que as mulheres em seus lares não estejam reivindicando seus espaços e contribuindo para a organização comunitária.

É fundamental reconhecer a importância das políticas de gênero e criar estratégias que promovam a participação efetiva das mulheres. Lideranças como a do Setor de Gênero da Frente de Massa reconhecem abertamente os desafios impostos pela estrutura patriarcal. Essa reflexão não apenas enfatiza a necessidade de desconstruir essas estruturas dentro do movimento, mas também fortalece a importância de políticas inclusivas que garantam que todas as vozes sejam ouvidas e todos os direitos sejam assegurados.

A experiência das mulheres negras no MST não se limita à luta pela terra, mas também à luta por igualdade de gênero e contra todas as formas de discriminação. É um testemunho de resiliência e resistência diante das múltiplas opressões que

enfrentamos. Estamos moldando não apenas nosso futuro coletivo, mas também desafiando as normas sociais que perpetuam desigualdades. Em cada passo, afirmamos nossa identidade e reivindicamos nosso direito a um espaço justo e igualitário na sociedade e dentro do movimento social.

Em depoimento, o senhor Mo. compartilha sua visão sobre o papel central das mulheres na luta pela terra e pela sobrevivência:

As mulheres sempre foram muito centrais na luta pela Terra, pela sobrevivência tiveram muito à frente do cuidado da família, então elas sempre tiveram muito à frente. Os acampamentos, os núcleos são coordenados por mulheres, infelizmente pelas estruturas que vivemos, quem aparece mais são os homens né, mas, as mulheres já estão à frente, desse espaço, entretanto, elas vivem mais internamente, no privado. O público, é ocupado pelos homens, por conta da estrutura machista os homens, acaba, é assumindo, ser o dirigente político. Quanto a luta na democratização da terra as mulheres são fundamentais elas que geram a vida (Entrevista com Mo. concedida em março de 2024).

O senhor Mo. oferece uma análise significativa sobre o papel das mulheres nos acampamentos do MST, destacando sua centralidade na luta pela Terra e na organização dos núcleos familiares. Ele observa que, historicamente, as mulheres têm estado à frente dos cuidados familiares e são fundamentais na manutenção e no funcionamento desses espaços coletivos. No entanto, Mo. reconhece que as estruturas sociais patriarcais ainda limitam a visibilidade das mulheres na esfera pública, enquanto os homens frequentemente ocupam papéis de liderança política devido à persistência do machismo estrutural.

Ao mencionar que as mulheres operam mais internamente, no âmbito privado dos acampamentos, Mo. destaca uma divisão de espaços que reflete não apenas a organização familiar, mas também as barreiras impostas pela sociedade patriarcal. Seu depoimento ressalta a importância crucial das mulheres na democratização da terra, não apenas como agentes da vida cotidiana, mas como líderes e articuladoras essenciais dentro dos movimentos sociais como o MST.

Além disso, ao enfatizar que as mulheres são as que "geram a vida", Mo. sublinha um aspecto vital: a conexão entre a luta pela terra e a emancipação das mulheres, reconhecendo seu papel não apenas como cuidadoras, mas como protagonistas na busca por justiça social e igualdade de direitos.

Segundo Ratts e Rios (2010), Lélia Gonzalez ao investigar o papel da mulher negra no período pós-abolição, durante o desenvolvimento de uma suposta "igualdade perante a lei", ela desempenhou um papel fundamental como a sustentáculo de sua

comunidade, sendo o "sustento moral e a subsistência da família" (Ratts; Rios, 2010, p. 40). O problema não reside apenas no trabalho doméstico e de cuidado, massim no lugar que este ocupa na reprodução da vida sob o capitalismo (Federici, 2019).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que as mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens a essas atividades. Em 2019, as mulheres dedicavam em média 21,4 horas semanais às tarefas domésticas, enquanto os homens dedicavam apenas 11 horas. Essas horas aumentam significativamente no caso das mulheres que vivem em áreas rurais. Além disso, cerca de 42% da força de trabalho no Brasil está no mercado informal, onde muitas mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam condições de trabalho precárias, sem direito a férias remuneradas, décimo terceiro salário, horas extras ou benefícios especiais. Adicionalmente, 16% das famílias brasileiras são chefiadas por uma única mulher adulta (MST, 2021).

É importante destacar que o trabalho doméstico não é reconhecido da mesma forma que outros tipos de trabalho, frequentemente sendo subjugado à ideia de um "trabalho de amor". Esse tratamento diferenciado é uma forma sutil de violência perpetrada pelo sistema capitalista, que perpetua e manipula essa condição para explorar ainda mais a classe trabalhadora (Federici, 2019).

Essa análise revela como o sistema econômico atual não apenas explora, mas também invisibiliza e desvaloriza o trabalho essencial realizado pelas mulheres, especialmente as negras, na manutenção da vida familiar e comunitária, perpetuando assim formas complexas de opressão e desigualdade.

Geralmente, o trabalho feminino no campo está concentrado em subsistemas dedicados à reprodução e ao sustento doméstico, como cuidar da casa, da família, da horta, do pomar e dos pequenos animais como porcos e galinhas. Esses sistemas são fundamentais para a biodiversidade local e para a soberania alimentar, que são pilares da autonomia familiar. Em outras palavras, as mulheres geralmente estão envolvidas em tarefas relacionadas à produção e à manutenção da vida em um lote ou pequena propriedade, onde a diversidade biológica é concentrada.

Nesse contexto, o trabalho da família, incluindo mulheres, homens, crianças, jovens e idosos, está integrado nessas atividades tanto para a subsistência quanto para a geração de renda. Essas práticas não apenas garantem a segurança alimentar da família, mas também promovem uma forma de vida sustentável e enraizada na comunidade local.

Vejamos o relato de uma mulher acampada a seguir:

[...] dos maiores desafios da mulher é ser mãe, porque tu gerares uma criança, tu educares, e preparar essa criança para a vida, é desafio maior. Eu tenho 4 filhos, o meu mais velho não mora comigo, morou só um bom tempo, mas, comigo três filhos, um adolescente e 2 crianças e muita das vezes é complicado, né, porque são fases diferentes, são bem, tem hora que é bem complicado, mesmo, mas, assim, eu me sinto gratificada, porque assim cada dia, eu tenho que me superar, como mãe, para poder orientar eles. Aqui, dentro do Terra Cabana no MST é muito mais fácil, porque assim, eu acho assim, eu sempre converso, e falo assim: eu dou graças a Deus, eu louvo a Deus, porque estou tendo o privilégio de criar meus filhos, num lugar bom onde, não há violência, não há muitas coisas que possam contaminar, não que eu vá esconder meus filhos, não que eu não vá proteger, aí das coisas mas não eles vão encontrar a situação difícil na vida, mas aqui dentro é muito bom, né, você pode se deitar e deixar o teu filho correndo no terreno, sem se preocupar com alguma maldade, que o teu filho pode sair de bicicleta e deixara bicicleta na rua, sem que as pessoas levem, né, aqui, não temos essa preocupação, outra situação que nós preocupa, principalmente a nós, comomãe, são as drogas, não temos o tráfico aqui dentro da nossa área. Sou muitograta por estar criando meus filhos nesse espaço, organizado com o métodoMST (Entrevista com mãe acampada concedida no Acampamento Terra Cabana em março de 2024).

O relato da mãe dentro do acampamento Terra Cabana no MST oferece uma visão íntima e complexa dos desafios e gratificações de ser mãe em um contexto de luta pela terra. Ela destaca que um dos maiores desafios da maternidade é educar e preparar seus filhos para a vida, especialmente considerando as diferentes fases pelas quais eles passam. Com quatro filhos, incluindo um adolescente e duas crianças pequenas, ela descreve as dificuldades de lidar com essas diversas fases, mas também a gratificação pessoal de superar esses desafios diariamente.

Ela enfatiza a segurança e a tranquilidade proporcionadas pelo ambiente do acampamento do MST, onde seus filhos podem brincar livremente sem o medo da violência urbana ou do tráfico de drogas. Este espaço organizado pelo MST oferece um ambiente protegido onde as preocupações comuns das mães, como a segurança dos filhos, são mitigadas. Ela expressa sua gratidão por poder criar seus filhos em um lugar onde eles podem crescer sem essas ameaças, destacando a importância da estrutura e da organização proporcionada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Esse relato não apenas ilustra as dificuldades e os triunfos pessoais da maternidade dentro de um contexto de luta social, mas também ressalta o impacto positivo que uma comunidade organizada pode ter na vida familiar, proporcionando um ambiente seguro e propício para o desenvolvimento das crianças.

Muitas são as mulheres negras que buscam sair das condições de existência

nas periferias das cidades, onde acabam se sujeitando ao trabalho doméstico pago junto às famílias mais abastadas.

Lélia Gonzalez (2020) em sua análise destaca:

O que opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais que se reforçamos e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher geral e a negra em particular desempenhar os papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. No que se refere à discriminação da mulher, que se observem por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem, e aceitação de que “está tudo bem”. Quanto a mulher negra, sua falta de perspectiva quanto a possibilidade de novas alternativas faz com que elas se voltem para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca (Gonzalez, 2020, p. 42).

As mulheres representam uma economia de cuidados e trabalhos, frequentemente enfrentando uma sobrecarga no cuidado da família. A renda, o poder e a tomada de decisões geralmente estão concentrados no trabalho masculino, o que visibiliza e vincula a produção da renda familiar ao silenciamento das mulheres. No entanto, nos acampamentos, percebe-se uma certa autoridade das mulheres na coordenação das atividades. Um exemplo disso são as assembleias realizadas por elas quando o tema é a violação de direitos das mulheres.

Companheiros e companheiras que fazem uso abusivo de bebidas alcoólicas e utilizam essa condição para violentar corpos e mentes de mulheres, sejam pegos em flagrante ou denunciados, assim como aqueles que cometem violência contra idosos, crianças e animais, são submetidos a uma investigação pela comunidade. Caso a pessoa não queira se retirar, convocamos uma assembleia popular, exceto em casos de flagrante confirmado. Essas ações seguem o nosso regimento interno e organizativo. Durante o período da pesquisa, foram realizadas várias assembleias focadas nessa temática.

O fato de a economia capitalista contar com o trabalho não remunerado das mulheres para se manter afeta a forma como elas estão inseridas no mercado de trabalho. Não por acaso, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil era, em 2019, de quase 55%, enquanto a taxa de participação dos homens era de quase 78%. Os menores índices, cerca de 50%, eram de mulheres negras responsáveis por crianças com menos de 3 anos de idade (MST, 2021).

Reconhecer a humanidade das mulheres, especialmente das mulheres negras, e seu papel nesse contexto é ter consciência da importância delas na lógica da

produção e reprodução da vida e no papel que ocupam na família. É fundamental que toda a sociedade perceba essa realidade, pois o sistema capitalista já se utiliza dessa produção privada, intensificando a alienação do trabalho. Nosso grande desafio é avançar nos processos coletivos e de cooperação, como se observa nos acampamentos, onde as tarefas são frequentemente realizadas em mutirões.

De acordo com o Ministério da Igualdade Racial e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 54% de sua população negra, o que demanda políticas públicas interseccionais com metodologias adequadas para alcançar populações cujas diversidades culturais diferem de um padrão branco e hegemônico. Assim, é importante reconhecer o racismo como uma construção ideológica cujas práticas desqualificam o processo emancipatório. "Os discursos de exclusão têm sido perpetuados e reinterpretados de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam" (Gonzalez, 2020, p.55).

"Nós, mulheres, não estamos sós" (Depoimento de Be. e Ca., 2024). Apesar da fragmentação social e do individualismo prevalecente em nossa sociedade, a busca permanente pela organicidade coletiva, a partir das experiências vividas no acampamento, nutre nossas mentes de diversas formas. Seguem algumas dessas formas possíveis:

[...] penso que a construção da minha relação com Be., que foi uma das primeiras pessoas com quem tive contato direto no acampamento, é algo que faço diariamente. Nós nos construímos juntas, como amigas e companheiras de luta. Be. está sempre próxima, e nosso relacionamento é tanto político quanto pessoal, envolvendo nossa condição de mulheres e mães. Eu, por exemplo, preciso entender a importância da criança dela na coletividade e a maternidade nesse contexto (Depoimento de Ca., realizado em março de 2024 durante roda de conversa após a Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra).

Be diz:

Eu acredito que o que me transformou foi a união. Resumindo, a união faz a força. Como a Ca. falou, não estamos sozinhas. O que nos faz acreditar e persistir na luta é saber que não estamos sós. A união faz a força e, com isso, ficamos cada vez mais fortes. A luta diária nos transforma, nos torna melhores e permite que outras pessoas também se construam (Depoimento de Be., realizado em março de 2024 durante roda de conversa após a Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra).

As narrativas de Be. e Ca. revelam a profundidade e a complexidade da luta das mulheres dentro dos movimentos sociais e da militância. Essas histórias não apenas destacam a importância da união e da solidariedade, mas também iluminam as dinâmicas de poder e resistência que permeiam a vida nos acampamentos.

Em primeiro lugar, a afirmação de que "nós mulheres não estamos sós" encapsula a essência do movimento coletivo. No contexto de um sistema capitalista que explora o trabalho não remunerado das mulheres e perpetua a desigualdade de gênero, a solidariedade entre as mulheres torna-se uma ferramenta poderosa de resistência. Essa união não é apenas simbólica, mas também prática, como evidenciado pelas assembleias conduzidas por mulheres para tratar de questões de violação de direitos. Essas assembleias não só oferecem um espaço para as mulheres se expressarem e se defenderem, mas também desafiam diretamente as estruturas patriarcais que frequentemente silenciam suas vozes.

A relação entre Ca. e Be. exemplifica a importância das conexões pessoais na construção de uma militância forte e resiliente. A construção diária dessa amizade e parceria política reflete a interseção entre o pessoal e o político, um princípio fundamental do feminismo. Reconhecer a maternidade de Be. e a importância de sua criança na coletividade demonstra um entendimento profundo de que a luta pela justiça social deve incluir todas as dimensões da vida das mulheres. Isso desafia a noção tradicional de ativismo, que muitas vezes separa a vida pessoal da militância política.

A fala de Be. sobre a transformação através da união reforça a ideia de que a coletividade é a base da resistência. "A união faz a força" não é apenas um lema, mas uma realidade vivida que proporciona poder e esperança. Essa transformação não é um processo individual, mas coletivo, onde a força de cada pessoa contribui para o fortalecimento do grupo como um todo. A persistência na luta é sustentada pela certeza de que não se está sozinho, e essa coletividade é o que torna possível enfrentar e superar os desafios diários.

Essas narrativas também nos fazem refletir sobre a importância de políticas públicas interseccionais que reconheçam e abordem as múltiplas opressões que as mulheres, especialmente as mulheres negras, enfrentam. A menção aos dados do IBGE e do Ministério da Igualdade Racial sublinha a necessidade urgente de políticas que atendam às necessidades específicas dessas populações, promovendo a equidade e a justiça social.

Por fim, as histórias de Be. e Ca. nos lembram que a luta pela emancipação e pelos direitos das mulheres é contínua e multifacetada. É uma luta que exige a construção de relacionamentos sólidos, a valorização das experiências vividas e a resistência coletiva contra as forças opressivas do capitalismo e do patriarcado. Essas narrativas são um poderoso testemunho da resiliência e da força das mulheres militantes, e um chamado à ação para todos que acreditam na justiça e na igualdade.

O feminismo no Brasil e em toda a América Latina está intrinsecamente ligado a contextos históricos e políticos amplos, nos quais as mulheres têm lutado por direitos, igualdade e justiça em meio a condições frequentemente adversas. Essa herança de resistência e mobilização continua a informar e inspirar os movimentos feministas na região até os dias atuais. A luta das mulheres camponesas é pela vida digna e emancipada, com horizontes na construção do socialismo (Via Campesina, 2020, p.38).

Através dessa luta unificada, é possível construir um projeto de sociedade com novas relações econômicas e sociais que respeitem os corpos diversos. A Via Campesina é um instrumento de luta dos camponeses e camponesas do Brasil e do mundo. Nestes mais de 32 anos de existência, tem cumprido o papel de articular a luta pela reforma agrária, soberania alimentar e defesa do território camponês e indígena.

A luta da Via Campesina não envolve apenas a dimensão econômica estrita, mas também um projeto de sociedade que supere as relações de opressão e dominação, contribuindo para a construção de relações saudáveis e o cuidado com a Terra, o meio ambiente e a vida. Por isso, tem incorporado o debate sobre igualdade de gênero, fortalecendo a participação e o protagonismo das mulheres nos últimos anos. A luta contra o capital, que transforma a Terra, os recursos naturais e minerais em mercadorias, e expulsa camponeses e camponesas, também envolve a combinação da luta contra o racismo e o patriarcado, pois o capitalismo se apropriou desses elementos para garantir sua reprodução.

É evidente que a escravização dos povos originários e das pessoas da diáspora africana foi fundamental para a acumulação de capital e a estruturação da burguesia nacional, que utilizou justificativas biológicas, sociais, religiosas e raciais para escravizar, explorar e desumanizar a classe trabalhadora. O patriarcado fundamenta a dominação, exploração e opressão dos homens sobre as mulheres, transformando-as em objetos e propriedades, garantindo o controle sobre o seu trabalho reprodutivo.

As mulheres da Via Campesina vêm construindo o feminismo camponês popular, acumulando as experiências das mais diversas organizações do campo, especialmente dos movimentos de mulheres camponesas, quilombolas e indígenas que integram a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e, consecutivamente, a Via Campesina Internacional.

Elas buscam, nessa construção, um feminismo que seja a síntese da expressão da história e da luta vivenciada pela diversidade de mulheres camponesas e indígenas, que também são mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Essas mulheres sempre pautaram a liberdade e a autonomia, que perpassam pela libertação da classe trabalhadora, acreditando e construindo um projeto popular para o campo.

A agroecologia é uma ferramenta essencial pelo fim de todas as formas de opressão, enraizada na luta pela emancipação de toda a vida humana e na diversidade das mulheres do campo, que também podem amar outras mulheres e vivenciar formas sexuais e afetivas para além da heterossexualidade e monogamia. Essas questões compõem a linda e variada diversidade que temos como sementes e pessoas, sendo necessária a transformação das relações humanas e da relação destas com a natureza (Via campesina, 2020).

A agroecologia é uma pauta fundamental do MST, pois ela está posicionada como parte integrante do desenvolvimento político e econômico da família, da comunidade e da organização. Neste contexto, as mulheres, em sua determinação histórica em defesa da vida, têm as condições de colocar a agroecologia no centro da economia política. Assim, permitem que ela seja, de fato, uma ferramenta estratégica de enfrentamento ao agronegócio e de construção da contra-hegemonia (MST, 2021). No contexto das lutas camponesas, quilombolas e indígenas na América Latina, a construção de um feminismo camponês e popular surge como uma necessidade urgente e intrinsecamente ligada à agroecologia. Este feminismo, articulado pela Via Campesina Internacional e abraçado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reflete a expressão do feminismo socialista, integrando as demandas específicas das mulheres do campo e propondo uma transformação radical das relações sociais, econômicas e ambientais.

A perspectiva do Feminismo Camponês e popular se baseia na análise da estrutura de opressão pautada na relação classe, gênero e raça. Essas relações fazem toda a diferença para estabelecer uma leitura da realidade mais concisa, bem

como para apontar os desafios e as mediações que devem ser estabelecidas no processo organizativo da luta. E como principais autoras que aportam nessa discussão e que são frequentemente estudadas junto ao Movimento Sem Terra são Heleieth Safioti, Angela Davis, Lélia Gonzalez, ademais das experiências concretas de tantas mulheres que atuaram na história da luta camponesa, como o caso de Elizabeth Teixeira, entre outras (Almeida; Jesus, 2020).

A Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC-Vía Campesina) é uma instância de articulação continental com mais de 25 anos de compromisso constante com a luta social. Representando movimentos camponeses, de trabalhadores e trabalhadoras, indígenas e afrodescendentes de toda a América Latina, a CLOC-Via Campesina luta pelos direitos humanos, econômicos, culturais, sociais e políticos dos povos na defesa da produção e vida camponesa. Assumindo a luta de classes como um meio para alcançar uma sociedade democrática e plural, sem explorados nem exploradores, soberana e independente, a CLOC é o referencial direto da Via Campesina Internacional no continente.

As mulheres camponesas, indígenas e afrodescendentes, historicamente marginalizadas e vistas como ajudantes ou apêndices no trabalho produtivo, desempenham um papel crucial na manutenção e transmissão de saberes essenciais para a agroecologia. Elas são responsáveis por cuidar e reproduzir sementes, utilizar ervas e plantas medicinais e garantir a produção de alimentos saudáveis para suas comunidades (CLOC VIA Campesina, 2020). No entanto, enfrentam desafios significativos, como acesso à terra, transporte, saúde e educação, além de lutar contra o machismo e a violência em diversos contextos.

A construção do feminismo camponês e popular está enraizada nas lutas de resistência das mulheres do campo na América Latina, articuladas a nível continental pela CLOC-Vía Campesina. Este movimento reconhece que a opressão capitalista colonialista saqueou terras, destruiu riquezas naturais e dizimou povos originários, enquanto escravizou povos negros. As mulheres, em resposta, têm sido fundamentais na construção de processos de resistência e luta, promovendo uma perspectiva feminista que é tanto coletiva quanto emancipatória (Via Campesina, 2020).

A agroecologia, enquanto prática agrícola sustentável, não pode ser dissociada das lutas feministas. Para ser verdadeiramente transformadora, ela deve incorporar uma visão que desafie o patriarcado e o racismo estrutural. O feminismo camponês e popular promove a igualdade de gênero e valoriza a diversidade de experiências das

mulheres do campo, incluindo aquelas que são negras, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Este feminismo propõe a libertação da classe trabalhadora e a construção de um projeto popular para o campo (Via Campesina, 2020).

A Via Campesina Internacional e o MST reconhecem que a agroecologia deve ser posicionada no centro da economia política, não apenas como uma alternativa ao agronegócio, mas como uma ferramenta estratégica de enfrentamento às desigualdades estruturais. As mulheres, com sua determinação histórica em defesa da vida, têm as condições de colocar a agroecologia como uma prática que respeita os corpos diversos e promove relações humanas saudáveis e sustentáveis com a natureza.

A participação das mulheres é fundamental para a construção de uma agroecologia que desafie o agronegócio e proponha novas formas de organização social e econômica. O feminismo camponês e popular, ao articular a luta pela terra, soberania alimentar e defesa do território, promove a igualdade de gênero e combate todas as formas de opressão (Via Campesina, 2020). Sem a inclusão das mulheres e a promoção da igualdade de gênero, a agroecologia perde seu potencial emancipatório e transformador.

Portanto, a luta por uma sociedade justa e igualitária é inseparável da luta feminista. Sem feminismo, não há agroecologia. As mulheres do campo, em sua diversidade e resistência, são a chave para a construção de uma agroecologia que seja verdadeiramente sustentável e emancipatória, capaz de enfrentar o patriarcado, o racismo e o capitalismo. A Via Campesina Internacional e o MST continuam a promover a igualdade de gênero, reconhecendo a importância da mulher negra e das mulheres do campo na construção de uma sociedade socialista, onde todas as formas de opressão sejam superadas e a vida seja valorizada em sua plenitude (Via Campesina, 2020).

Da mesma forma que afirmamos que “Sem feminismo, não há agroecologia”, ou “Sem feminismo, não há socialismo” (projeto político), também podemos afirmar que “Com racismo, ou LGBTfobia não há agroecologia, não há socialismo”. Chegamos numa maturidade de consciência onde é impossível desconectar a questão de classe, a questão de gênero, a questão racial, e a questão ambiental, para a construção de um projeto político de país e de mundo que busque superar as atrocidades da ordem capitalista nesse tempo histórico. Assim, o Feminismo Camponês e Popular, é necessariamente uma proposta antirracista, anti-machista, antissexista, que se soma

a esse projeto societário mais amplo rumo à emancipação humana.

4.3 Mulheres semeando a resistência no chão da terra

A trajetória das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é marcada por desafios e conquistas que evidenciam sua resistência e capacidade de transformação. Através de depoimentos coletados na roda de conversa durante o curso de Feminismo e Marxismo da Regional Amazônica, com mulheres das federações de Tocantins, Pará e Maranhão, é possível compreender a importância dessas experiências na territorialização do MST no Pará.

Um dos momentos emblemáticos lembrados foi a ocupação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Belém, em 1998. As mulheres participantes, com o rosto pintado de batom, ocuparam o INCRA, e no dia seguinte, o jornal Liberal estampava em sua primeira página: "MST de batom ocupa o INCRA de Belém". Essa imagem poderosa, relatada por M.R.C. do Setor de Cultura da Regional Araguaia, mostrou a força e a criatividade das mulheres na luta pela terra. "Achei bonito e quando eu vou escrever alguma coisa assim, eu costumo chamar nós de as mulheres "O MST DE BATOM". Então, essa história do batom nós fomos incorporando nas nossas místicas e nas atividades", contou M.R.C. em Depoimento. A resistência das mulheres não se limitava às ocupações. Elas também enfrentavam desafios cotidianos para garantir a sobrevivência nos acampamentos. Acompanheira R. do Setor de Educação do MST-Araguaia, lembrou uma situação em que a falta de comida quase comprometeu uma ocupação:

O T. chegou e falou: se a gente conseguiu um saco de farinha M., e o pessoal está comendo uns peixinhos fritos com farinha, e já estão dois dias comendo isso, e estão felizes da vida. Com dois sacos de farinha nós vamos fazer uma ocupação muito grande nessa regional (Depoimento de R. durante o Curso Feminismo e Marxismo, dezembro de 2023).

A solução foi buscar ajuda em outras regiões, demonstrando a solidariedade e o espírito de coletividade que permeiam o movimento.

Outro depoimento de M.R.C. destacou a importância da presença feminina nas brigadas de ocupação, desafiando a tradicional predominância masculina:

Na territorialização da Regional Cabana já foi uma equipe de brigada, antes era muito homem, [...] nessa já, foi L. e, eu (M.R.) e So. e depois V. Entretanto, nessa tinha uma turma maior de mulheres, com as primeiras lutas, e nós corremos para fazer o trabalho de base em Castanhal (Depoimento de M.R.C.).

durante o Curso Feminismo e Marxismo, dezembro de 2023).

A presença de mulheres como L., M.R., So. e V. na brigada e nas atividades de territorialização de Castanhal é um testemunho da mudança nas dinâmicas de gênero dentro do MST. Essas mulheres não apenas participaram das lutas, mas também assumiram papéis de liderança e de organização, demonstrando que a luta pela terra não é exclusiva dos homens. Essa inclusão é vital, pois as mulheres trazem consigo experiências e sensibilidades únicas que enriquecem o movimento e ampliam suas estratégias de ação.

A presença de uma turma maior de mulheres nas primeiras lutas e nos trabalhos de base trouxe novas perspectivas e práticas para o MST. As mulheres, frequentemente envolvidas nas tarefas de cuidado e na administração do lar, introduziram abordagens mais integradas e comunitárias nas estratégias do movimento. Elas destacaram a importância de considerar as necessidades sociais e emocionais das famílias, além das necessidades econômicas. Isso se traduziu em uma visão mais holística da reforma agrária, que não busca apenas a redistribuição de terras, mas também a criação de comunidades sustentáveis e solidárias.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres não eram apenas externas, mas também internas. Uma das mulheres históricas na luta do MST, R., lembrou a expulsão das mulheres das instâncias de direção do MST em 1999, situação essa que exigiu resiliência e organização para a retomada e participação nesses espaços: "[...] porque são dois movimentos da ação de tirar as mulheres, que ficaram de fora das instâncias, e o outro, é como a gente se coloca novamente nesse espaço e assumir outras frentes na organização" (Depoimento de R. durante o Curso Feminismo e Marxismo, dezembro de 2023).

A construção da identidade e da memória das mulheres no MST também se deu através de atividades culturais e de formação. Em um dos encontros, uma oficina de fazer sabão gerou controvérsia, mas também união: "Desse encontro teve muitas mulheres que sofreram violências físicas, tem muitas histórias [...], com o uso do pejorativo o encontro teve duplo sentido, 'o grupo que faz sabão'" (Depoimento de R. durante o Curso Feminismo e Marxismo, dezembro de 2023). Dando continuidade à reflexão, M.R.C relata que: "na região fazer sabão é mulher lésbica, com a história do sabão são, eu sei, esse monte de mulher reunida. [...] Eu sei que tem uma foto bem bonita desse encontro" (Depoimento de M.R.C. durante o Curso Feminismo e

Marxismo, dezembro de 2023).

Esse encontro foi extremamente místico, que se expressou nos depoimentos, na conexão entre as mulheres em luta, no estudo de temas que lhes são comuns, e principalmente na construção coletiva da projeção do que se pretende para o futuro. A narrativa das mulheres evidencia a complexidade de suas experiências e a importância de abordar a interseccionalidade nas análises e pautas políticas do movimento. Um aspecto crucial dessa narrativa é a necessidade de desconstruir falas homofóbicas e a inclusão de perspectivas interseccionais para uma compreensão mais abrangente e justa das lutas sociais.

A controvérsia gerada durante a oficina de fazer sabão, mencionada no depoimento, é um exemplo claro de como falas e atitudes homofóbicas podem emergir mesmo em espaços de resistência e luta coletiva. A expressão "grupo que faz sabão" utilizada de forma pejorativa para se referir a mulheres lésbicas evidencia o preconceito e a discriminação presentes nas interações sociais. Esse tipo de linguagem não apenas marginaliza indivíduos com base em sua orientação sexual, mas também enfraquece a coesão e a solidariedade necessárias para a construção de um movimento inclusivo e transformador.

Para que o MST avance em sua luta pela justiça social, é fundamental que o movimento se empenhe na desconstrução de falas homofóbicas e na criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo. Isso requer um compromisso ativo com a educação e a sensibilização de seus membros sobre questões de gênero e sexualidade, promovendo o respeito e a valorização da diversidade. Além disso, é necessário implementar políticas internas que garantam a segurança e o bem-estar de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica essencial para entender as múltiplas camadas de opressão que afetam as mulheres no MST. As experiências dessas mulheres não podem ser separadas de seus contextos sociais, econômicos, raciais e de gênero. A análise interseccional permite reconhecer como essas diversas formas de opressão se entrelaçam e se reforçam, criando desafios únicos para as mulheres que estão na linha de frente da luta pela terra e pela justiça social.

Incorporar a interseccionalidade nas pautas políticas do MST significa reconhecer que a luta pela terra e pela reforma agrária não é apenas uma questão econômica, mas também uma questão de direitos humanos, que envolve a luta contra

o racismo, o sexismo, a homofobia e outras formas de discriminação. É necessário ampliar o foco do movimento para incluir a defesa dos direitos das mulheres, das pessoas LGBTQIA+, dos povos indígenas e quilombolas, e de outras comunidades marginalizadas. Isso não só fortalecerá o movimento, mas também promoverá uma sociedade mais justa e igualitária.

As narrativas dessas mulheres revelam a complexidade e a riqueza de suas experiências no MST. Elas não apenas enfrentaram a violência e a repressão, mas também criaram espaços de solidariedade, aprendizado e resistência. A organização das mulheres no movimento é uma prova de sua capacidade de transformar dificuldades em oportunidades, de construir uma luta coletiva a partir de suas vivências individuais.

Nesse sentido, esse trabalho de pesquisa sobre a participação das mulheres no MST revela aspectos essenciais que sustentam a resistência no chão da terra. Primeiramente, a territorialização do MST no Pará e a inclusão ativa das mulheres na organização destacam a importância da presença feminina nas lutas agrárias. As mulheres não são apenas coadjuvantes, mas líderes e estrategistas que moldam o movimento.

A memória coletiva e a construção de narrativas são ferramentas poderosas na luta das mulheres do MST. A contação de histórias, como a do batom e das ocupações, fortalece os laços comunitários e inspira novas gerações de militantes. Essas histórias também servem como meio de transmitir conhecimentos e estratégias de resistência, criando uma cultura de solidariedade e empoderamento.

A luta das mulheres do MST também é marcada pela interseccionalidade, abordando questões de gênero, classe e raça. O movimento reconhece a necessidade de combater múltiplas formas de opressão e discriminação, criando espaços onde as mulheres podem expressar suas identidades e experiências de maneira plena e autêntica.

A roda de conversa revela a complexidade da organização das mulheres no MST e a evolução de suas estratégias de luta. Desde os primeiros encontros e oficinas, como a polêmica oficina de fazer sabão, até a participação ativa em cargos de liderança, as mulheres têm continuamente reivindicado e ampliado seus espaços de atuação dentro do movimento. A expulsão de mulheres da direção em 1999 e a subsequente reorganização demonstram a resiliência e a capacidade das mulheres de se reerguer e continuar a luta.

A organização inicial das mulheres no Pará, apesar de muitos desafios, resultou em uma estrutura sólida e ativa, com mulheres desempenhando papéis cruciais na base e na liderança do movimento. A integração de mulheres em diversas frentes de trabalho, como educação, saúde e produção, fortalece o MST e promove uma abordagem holística da luta pela reforma agrária.

Em suma, as mulheres do MST no Pará semeiam resistência e cultivam a luta pela terra com coragem, criatividade e solidariedade. Seus depoimentos e experiências são testemunhos vivos da importância de uma abordagem interseccional e inclusiva na construção de um movimento que busca justiça social e igualdade para todas e todos. A memória coletiva e a transmissão de histórias fortalecem a identidade e a coesão do movimento, inspirando novas gerações a continuar semeando a resistência no chão da terra.

Portanto, a história das mulheres no MST é uma história de resistência, de luta por direitos e por reconhecimento. Elas semeiam a resistência no chão da terra, enfrentando adversidades e construindo novas possibilidades de vida. As suas vozes, os seus depoimentos, as suas ações são fundamentais para compreender a essência do MST e a importância da luta pela terra no Brasil. A presença das mulheres no movimento não é apenas uma questão de participação, mas de protagonismo, de transformação social e de construção de um futuro mais justo e igualitário. Além de que, demonstram ser carregadas de sentido místico, dessa força que mobiliza, impulsiona, coopera, se solidariza, e potencializa a visualização do caminho comum a ser seguido – o da longa jornada pela emancipação humana.

As ações de ocupação, de vivência dos processos organizativos de um acampamento, as lutas nas ruas e diante dos órgãos públicos em busca da efetivação dos direitos, os estudos, a preparação das batalhas, a construção coletiva de um projeto de Reforma Agrária Popular, um projeto de país, tudo isso, atravessado pela força mística, produzem processos de consciência junto às mulheres camponesas, às mulheres negras camponesas, para enfrentar os desafios cotidianos de enfrentamento à ordem capitalista e todas suas atrocidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, investigamos as dinâmicas da luta pela Reforma Agrária Popular na Amazônia, destacando o protagonismo das mulheres negras no Acampamento Terra Cabana e o papel da mística como dimensão pedagógica e política. As mulheres negras emergem como agentes centrais na construção de um projeto coletivo de transformação social, articulando raça, gênero e classe em suas práticas de resistência. A pesquisa trouxe uma contribuição inédita ao evidenciar como essas mulheres, por meio de suas trajetórias e resistências, mobilizam a luta pela terra e, ao mesmo tempo, participam da reformulação de identidades e da reconstrução da memória coletiva.

Ao destacar a mística como ferramenta pedagógica, compreendemos sua importância não apenas como inspiração espiritual, mas como um elemento que estrutura a práxis política das mulheres acampadas. A dimensão pedagógica da mística revelou-se crucial na formação de uma consciência crítica e coletiva, fortalecendo a luta pela terra por meio da solidariedade e do pertencimento ao território. Esse enfoque permitiu uma leitura inovadora da mística camponesa, associando-a diretamente às lutas feministas e raciais no contexto da Reforma Agrária Popular.

A metodologia empregada, baseada em entrevistas com mulheres negras e indígenas do Acampamento Terra Cabana, possibilitou uma escuta qualificada de suas vivências, valorizando os saberes locais e as vozes frequentemente invisibilizadas nas narrativas hegemônicas. Essa abordagem interseccional foi essencial para compreender a luta das mulheres negras no campo, conectando-a às dimensões materiais e simbólicas da terra e do território.

O ineditismo deste estudo reside na articulação entre a luta pela terra e o feminismo negro e camponês, evidenciando como as mulheres negras estão no centro dessa resistência. A pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla da Reforma Agrária Popular, que transcende a luta econômica e territorial, tornando-se também um espaço de construção de identidades e resistências. Nesse contexto, as mulheres negras, historicamente marginalizadas, assumem o protagonismo.

Os achados revelam que, no contexto amazônico, a luta pela terra está intrinsecamente ligada às especificidades culturais, raciais e de gênero. As mulheres negras e indígenas enfrentam desafios singulares, mas também carregam saberes

ancestrais que transformam o território em um espaço de resistência e autonomia. Além disso, esta pesquisa inova ao trazer à tona as particularidades da luta agrária na Amazônia, comparando-a com outras regiões do país, e evidenciando as particularidades de um território marcado pela exploração capitalista e pela violência colonial.

Concluimos que a luta pela Reforma Agrária Popular, impulsionada pelas mulheres negras do MST, é um espaço de constante reinvenção das relações de poder, onde gênero, raça e classe se entrelaçam de forma complexa. A força dessas mulheres, sua solidariedade e capacidade de organização são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse protagonismo nos desafia a repensar não apenas as políticas públicas, mas também as epistemologias que sustentam a luta por direitos no campo.

A partir das vivências no Acampamento Terra Cabana e em outros espaços de luta e formação, como cursos e encontros, refletimos sobre as contradições e desafios enfrentados pela classe trabalhadora, em especial as mulheres, que lidam com a dupla jornada de trabalho e a violência de gênero. As mulheres do MST trazem consigo uma rica tradição de resistência e solidariedade, essenciais para a construção de um movimento inclusivo e emancipatório.

O feminismo negro e camponês, parafraseando bell hooks (2019), é para todos, pois emerge da luta cotidiana e se transforma em vivências radicais e pulsantes diante das relações de poder. Essa perspectiva feminista é inseparável da luta por justiça social, pela soberania alimentar e pelo direito à terra, oferecendo uma visão de um futuro mais justo e equitativo. No território amazônico, essa luta enfrenta desafios específicos, como a violência de grileiros, a destruição ambiental e a marginalização das comunidades indígenas e quilombolas.

É importante ressaltar que as responsabilidades com o trabalho doméstico ainda limitam a participação plena das mulheres em atividades políticas e sociais no acampamento. Nesse sentido, a estrutura organizacional do Movimento Sem Terra carece de medidas mais concretas para garantir a inclusão dessas mulheres, como a oferta de cirandas infantis, que possibilitariam a participação das mães e responsáveis.

Além disso, a resistência das mulheres no MST, ao integrar uma perspectiva interseccional, não só fortalece a reforma agrária, como também promove uma justiça social mais ampla e inclusiva. A interseccionalidade é uma ferramenta crucial para compreender como diferentes formas de opressão se sobrepõem e se reforçam,

exigindo uma luta coletiva e abrangente.

O feminismo no MST não se limita à igualdade de gênero, mas abrange uma luta mais ampla por justiça, dignidade e liberdade. A inclusão das mulheres nesse processo é essencial, pois traz novas perspectivas e práticas que fortalecem o movimento. A mística mobilizadora desempenha um papel central nesse processo, materializando-se em atos concretos de coletividade e resistência, e contribuindo para o avanço da consciência crítica das mulheres envolvidas.

Em suma, a luta pela Reforma Agrária Popular é uma luta por justiça social, dignidade e liberdade. As mulheres do MST têm desempenhado um papel crucial na redefinição dessa luta, desafiando as estruturas opressivas do patriarcado e do capitalismo, e oferecendo uma visão poderosa de um futuro mais justo e equitativo para todos. A resistência dessas mulheres é uma fonte de inspiração e um lembrete do poder da solidariedade e da ação coletiva na construção de um mundo mais justo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. L. **O dilema da política agrária na Amazônia**. Editora Unicamp, 2020.
- ALMEIDA, J. L. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: história, conquistas e desafios**. SP: Editora Unicamp, 2020.
- ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de (2020). “Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista”. In: MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (orgs.). **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras Expressões/Expressão Popular, p. 75-85.
- ANESP - Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. **Cortes de orçamento e execução precária marcam gestão Bolsonaro no Ministério da Educação**, aponta EPPGG, 2022. Disponível em: <<https://anesp.org.br/todas-as-noticias/cortes-de-oramento-e-execuo-precia-marcam-gesto-bolsonaro-no-ministrio-da-educacao-aponta-eppgg>>. Acesso em: 1 ago. 2024.
- ASSIS, William Santos de. **A construção da representatividade dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2007.
- AZEVEDO, Ana Carolina Ripardo. Regularização fundiária, serviços ambientais e o cadastro ambiental rural no estado do Pará: um novo paradigma. Orientador: Robson Carrera Ramos. 2019. 43 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Florestal)** – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2019.
- BARBOSA, C. MST: 35 anos de luta pela terra e pela justiça social. In: **Brasil de Fato**. Online: Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/25/mst-35-anos-de-luta-pela-terra-e-pela-justica-social>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- BARBOSA, C. Massacre de Eldorado do Carajás completa 24 anos: “Um dia para não esquecer”. In: **Brasil de Fato**. Online: Brasil de Fato, abril de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/massacre-de-eldorado-do-carajas-completa-24-anos-um-dia-para-nao-esquecer>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BÔAS, R. Sem Terra identificam suas lutas em experiências teatrais do MST. In: **Jornal MST**. Online: Jornal MST.ORG, 26 DE JULHO DE 2006. Disponível em: <https://mst.org.br/2006/07/27/sem-terra-identificam-suas-lutas-em-experiencias-teatrais-do-mst/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BOFF, Leonardo; BETTO, Frei. **Mística e Espiritualidade**. RJ: Rocco, 1994.

BOGO, Ademar. O vigor da mística. **Caderno de cultura nº 02**. São Paulo: MST, 2002. 192 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, C.R.; STRECK, D.R. (Ed). **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006. Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/PESQUISA/PESQUISA%20PARTICIPANTE/A%20PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20DA%20PESQUISA%20E%20A%20PESQUISA%20PARTICIPANTE%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf> Acesso em dezembro de 2023

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 21-37.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Salete Roseli *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo/Riode Janeiro: Expressão Popular, 2012. 788 p.

CALDART, Salete Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

CARVALHO, A. P. Concentração fundiária no Brasil: origens, desenvolvimento e desafios. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

CARVALHO, F. G. Agronegócio e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Pará: Editora UFPA, 2017.

CARVALHO, Pedro Franco. A concentração fundiária no Brasil: origens, desenvolvimento e desafios. Curitiba: Editora da UFPR, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. SP: Boitempo Editorial, 2019.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In: Caldart *et al.* **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 113-120.

COSTA, M. G. **Conflitos agrários na Amazônia: causas, impactos e desafios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

VIA CAMPESINA. **Protagonismo de las mujeres campesinas y el feminismo campesino y popular**. In: CLOC-VIA CAMPESINA. Online: CLOC-VIA CAMPESINA, [s.d.]. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/protagonismo-de-las-mujeres->

campesinas-y-el-feminismo-campesino-y-popular>. Acesso em: 17 jul. 2024.

DAVES, Angela. **Mulher, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candini. São Paulo: Boitempo, 2017. 200 p.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição: **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016. 116 p.

FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária: a questão do MST**. S.P.: Editora Expressão Popular, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, nº 8, 2001, Washington – DC. **Anais**. Washington: Unesp, 2001.

FRANCO, Marielle; FRANCISCO, Mônica; TAVARES, Rosana. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: Os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. In: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. **Direito à Cidade**: uma outra visão de gênero. São Paulo: IBDU, 2017, p. 10-1

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a libertação e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 120 p.

FEDERICCI, Silvia. **O capital fictício**: o feminismo e a crise global. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

FEDERICCI, Silvia. **O patriarcado do salário**: feminismo, marxismo e a luta pelo socialismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

GANCHO, Cândida Vilarés. **A colonização portuguesa e o latifúndio no Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIMENES, A. **Agricultura familiar e agroecologia: desafios e perspectivas para o desenvolvimento rural**. SC: Editora UFSC, 2021.

GONÇALVES, F. **Reforma agrária e desenvolvimento rural no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia (aut.); RIOS, Flavia & LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **"Racismo e sexismo na cultura brasileira"**. São Paulo: Editora

da Fundação Santo André, 1988.

GONZALEZ, Ana Isabel Alvarez. **As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. SP: Editora Expressão Popular & SOF, 2010.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 288 p.

hooks, bell. **O feminismo para todo mundo**: política arrebatadora. Tradução Bhuvi Libano. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. **Olhares Negros**: raça e representações. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

INDURKY, F. "O ritual da mística no processo de identificação e resistência." In: **RUA**. Edição Especial. Consultada no Portal Labeurb. Online: Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, 2014.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo**. 10. Ed. São Paulo: Ática, 2014

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962. 50 p.

KILOMBA, Grada. **Memória de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Oxford: Editores Blackwell, 1974.

LOPES, Diva. Aromas de Março. In: **Um instante de Transgressão**. Imperatriz, MA: Ética, 2011.

LOPES, Helena de Queiroz Ferreira. **História Agrária do Brasil**: Do Período Colonial à República. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.

MARQUES, M. A. **Agroecologia e soberania alimentar**: desafios e possibilidades para o século XXI. Editora Unesp, 2018.

MARTINS, J. S. A atualidade do pré-capitalismo. SP: Contexto, 2016. MARTINS, José de Souza. A atualidade do pré-capitalismo. SP: Contexto, 2001.

MARTINS, Leonardo Campos. A mística do MST como organizador coletivo. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**, 2.1., 2022.

MELO, Maria de Nazaré Santos; DOS SANTOS, Maysa Leite Serra. Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará. In: **Brazilian Journal of Development**. Online: Brazilian Journal of Development, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 114 p.

MORISAWA, Mitsue. **A história da Luta pela Terra no Brasil e o MST**. SP: Expressão Popular, 2001.

MST. A conspiração de gêneros: elementos para o trabalho de base. **Caderno de Formação nº 06**. São Paulo: MST, 2017. 112 p.

MST. **Caderno Setor de Gênero do MST**: Coletânea de textos - Coluna Aromas de Março, São Paulo: MST, 2021

MST. **Programa Agrário do MST**. VI Congresso Nacional do MST, fevereiro de 2014.

OLIVEIRA, A. S. **Garimpo e conflitos na Amazônia**: uma análise socioambiental. SP: Editora Senac, 2020.

OLIVEIRA, Ana Ulysséa. **Agroecologia e agricultura familiar: caminhos para a sustentabilidade no campo brasileiro**. SP: Editora da Unicamp, 2019.

OLIVEIRA, M. C. **Educação popular e movimentos sociais no Brasil**. Editora SP: Autêntica, 2017.

PERALTA, Nelissa. **Estudo Socioeconômico do Acampamento Terra Cabana, MST, Benevides. Relatório Técnico**. Belém: UFPA, 2022.

RAMOS, Márcia Mara. Educação popular: instrumento de formação, luta e resistência no projeto educativo do MST. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, p. 233-238, 2020.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia M. **Lélia Gonzalez**: Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010, 173 p.

REIS, Marcos. **Cabanos, A História**. Joinville, Clube de Autores, 2009.

ROCHA, R. S. **Desenvolvimento sustentável, na Amazônia: desafios e perspectivas**. SP: Editora Saraiva, 2021.

ROCHA, R. S. **Movimentos sociais no campo: lutas e resistências**. SP: Editora Atlas, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 39p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. S.P. Editora Universidade de São Paulo, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**: entrevista com Milton Santos. 2. Ed. São

Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, Brasília, nº 5, p. 217-243, janeiro-julho 2011.

SILVA, Flávio José Rocha. Uma história do teatro do oprimido. In: **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, 2014, 7.19: 23-38.

SILVA, M. R. **Desigualdade e exclusão social no campo brasileiro**: perspectivas e desafios. RS: Editora da UFRGS, 2020.

SILVA, P. C. Movimentos sociais e lutas pela terra no Brasil contemporâneo. RJ: Editora Paz e Terra, 2015.

SILVA, Roberto Cardoso. **Desigualdade e exclusão social no campo brasileiro: perspectivas e desafios**. RS: Editora da UFRGS, 2020.

SOUZA, A. U. **Lei de Terras de 1850**: origens, contexto e impactos na estrutura fundiária brasileira. Curitiba: Editora Juruá, 2017.

SOUZA, Maria Antonieta de. **Lei de Terras de 1850**: origens, contexto e impactos na estrutura fundiária brasileira. Curitiba: Editora Juruá, 2018.

SOUZA, Raumi de. **Terra, raça e classe: a classe trabalhadora é negra**. SP: MST, 2017. Texto xerografado.

TOLEDO, Vera Vilhena de. **Terras devolutas e latifúndio: política fundiária no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

TRASPADINI, Roberta. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente / Agrarian question and Latin America: brief contributions to an urgent debate. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 1694–1713, 2018.

TRUTH, Sojourner. Discurso "Ain't I a Woman?". Apresentado durante a Women's Convention em Ohio, 1851. In: **Migaraw English**. Online: Migaraw English, 20 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalaw-english/307474/direitos-das-mulheres--os-discursos-de-sojourner-truth-em-traducao> Acesso em janeiro de 2024.

VIA CAMPESINA. **LGBTI-La Via Campesina: DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA VIA CAMPESINA**: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo. SP: Via Campesina, outubro de 2020

WITCEL, Rosmeri. **A luta do “Oito de março” como espacialização emancipatória do debate feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe), Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Guararema - SP, 2020.